

## 15. PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

O **Plano de Ação e Investimentos**, elaborado para um horizonte de 5 anos (2009/2013), organiza as principais propostas, em concordância com as demandas da sociedade e as discussões durante todas as audiências públicas do Plano Diretor de Morretes.

Na 3ª Audiência Pública, ocorrida em 27/06/08, as propostas (Quadro 15.1) discutidas até então, foram apresentadas e discutidas com a população. Estas ações foram elaboradas com base no levantamento das potencialidades e deficiências, nas reivindicações da comunidade e divididas em temas de acordo com os resultados da metodologia CDP – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades.

Considera-se como curta duração, 1 a 4 anos, média duração, 5 a 8 anos e longa duração, mais de 9 anos. É importante ressaltar que alguns prazos podem estar distintos dos apresentados na “diretrizes e proposições” pois as discussões entre a população, equipe municipal, comissão de acompanhamento e consultoria avançaram neste período.

**QUADRO 15.1 – SÍNTESE DAS PROPOSTAS (VERSÃO INICIAL)**

	Propostas	Prazo de Execução	Valor (R\$)	Local
REG	1. Integração Comercial com a RMC	3 anos/ Curta duração	30.000,00	Município
	2. Integração Turística com os municípios do Litoral	3 anos/ Curta duração	30.000,00	Município
AMBIENTAL	3. Plano de Saneamento Ambiental	5 anos/ Média Duração	150.000,00	Município
	4. Plano de Paisagem Sustentável com a reestruturação da paisagem urbana	3 anos/ Média Duração	400.000,00	Sede Municipal
	5. Implantação do Parque do Nhundiaquara	10 anos / Longa Duração	3.000.000,00	Sede Municipal
	6. Ampliação do Programa de Coleta Seletiva e Reciclagem do Lixo Urbano	2 anos / Curta Duração	300.000,00	Município
	7. Programa de Educação Ambiental	5 anos/ Média Duração	200.000,00	Município
	8. Projeto de Macrodrenagem Urbana	10 anos / Longa Duração	2.500.000,00	Município
	9. Programa de Controle das APP's urbanas e rurais	2 anos / Curta Duração	250.000,00	Município
URBANISMO E INFRA-ESTRUTURA	10. Programa de Melhoria na Segurança Viária	5 anos/ Média Duração	150.000,00	Município
	11. Programa de Requalificação das Vias do Sistema Viário Básico	10 anos / Longa Duração	3.500.000,00	Município
	12. Programa de Intervenção em Vias urbanas do Setor Histórico	2 anos / Curta Duração	160.000,00	Sede Municipal
	13. Programa de Intervenção nas Estradas Rurais Municipais	10 anos / Longa Duração	1.000.000,00	Município
	14. Programa de Requalificação da Estrada da Graciosa	5 anos/ Média Duração	750.000,00	Município
	15. Programa de Parceria com a ECOVIA para a implantação de pontos de apoio aos caminhoneiros e turistas	2 anos / Curta Duração	50.000,00	Município





	16. Implementação de Núcleos Rurais (Rio Sagrado, Anhaia e Sambaqui)	10 anos / Longa Duração	70.000,00	Município
	17. Programa de Regularização dos Assentamentos do INCRA	5 anos/ Média Duração	45.000,00	Sede Municipal
	18. Desvio do tráfego de carga da Rodovia PR 408	5 anos/ Média Duração	2.700.000,00	Sede Municipal
SOCIAL	19. Plano de Regularização Fundiária Sustentável da ZEIS (Zona Especial de Interesse Social)	3 anos/ Curta Duração	80.000,00	Município
	20. Plano de Desenvolvimento do Esporte e Lazer	5 anos/ Média Duração	30.000,00	Município
ECONÔMICO	21. Criação de Pólo de Desenvolvimento ou Pesquisa sobre o bioma	10 anos / Longa Duração	50.000,00	Sede Municipal
	22. Plano de Incentivo ao Microempresário	7 anos / Longa Duração	60.000,00	Município
	23. Parceria com a Emater no desenvolvimento de tecnologias para o aumento de produtividade	2 anos / Curta Duração	100.000,00	Município
	24. Programa de Incentivo ao Associativismo para Pequenos Empreendimentos Rurais	5 anos/ Média Duração	30.000,00	Município
	25. Programa de Incentivo a Fruticultura	8 anos / Longa Duração	36.000,00	Município
	26. Programa de Incentivo a Agricultura Orgânica	8 anos / Longa Duração	52.000,00	Município
	27. Participação do município no CORDRAP – Conselho Regional de Desenvolvimento Rural, Pesqueiro e do Artesanato do Litoral Paranaense	10 anos / Longa Duração	s/c	Município
TURISMO	28. Plano de Desenvolvimento Turístico Ambiental	5 anos/ Média Duração	240.000,00	Município
	29. Plano de Desenvolvimento Turístico Cultural	5 anos/ Média Duração	140.000,00	Município
INSTITUCIONAL	30. Sistema de Informações para o Município e do Cadastro Técnico Municipal	2 anos / Curta Duração	450.000,00	Sede Municipal
	31. Elaboração de minuta de Lei para Criação dos Bairros do Distrito Sede	6 meses / Curta Duração	s/custos	Sede Municipal
	32. Criação do Perímetro Urbano do Sambaqui	6 meses / Curta Duração	20.000,00	Município
	33. Criação da Comissão de Regularização Fundiária	6 meses / Curta Duração	s/custos	Sede Municipal
	34. Implementação do Sistema de Planejamento e Gestão Municipal	6 meses / Curta Duração	s/custos	Sede Municipal

Nesta audiência, foi realizada uma dinâmica de trabalho, através da divisão dos participantes em dois grupos, que realizaram a discussão e entregaram um documento contendo as modificações sugeridas. Também foram criados três grupos para dar continuidade às discussões após a audiência os quais encaminharam suas propostas. Esses grupos também discutiram os prazos de execução das propostas e quais as prioridades do município, sendo estes votados entre subgrupos.



Os comentários referentes a esta Audiência são apresentados no Quadro 15.2. A votação das propostas em ordem de prioridades estão no Quadro 15.3.

**QUADRO 15.2 – MODIFICAÇÕES SUGERIDAS PELA POPULAÇÃO**

	PROPOSTAS	COMENTÁRIOS	PRAZO DE EXECUÇÃO
REGIONAL	1. Integração com RMC	<i>Parceria com Quatro Barras; Ao invés da integração com a RMC, dever-se-ia fazer o fomento ao consumo local, regional (litoral) fortalecendo a região entre produtores, comerciantes e turistas.</i>	Médio
	2. Integração Turística com os Municípios do Litoral	<i>Implantação do Programa de regionalização do Turismo</i>	Curto
AMBIENTAL	3. Plano de Saneamento Ambiental	<i>Ativação do Conselho Municipal de Meio Ambiente</i>	Curto
	4. Plano de Paisagem Sustentável com reestruturação da paisagem urbana	<i>Aplicação Rigorosa do Código de Postura do Município</i>	Curto
	5. Implantação do Parque do Nhundiaquara	<i>Utilização da área da Usina Central como área de lazer e preservação modelo da mata ciliar existente naquele local.  Após catalogação das espécies existentes Implantar o turismo de Observação de Pássaros.</i>	Longo
	6. Ampliação do Programa de Coleta Seletiva do Lixo Urbano	<i>Criação de uma Usina em Morretes para coletar de todo o litoral;  Nas escolas, associações de bairro, e junto aos agricultores e empresários que de alguma forma tem contato com o meio ambiente.</i>	Curto
	7. Programa de Educação Ambiental	<i>Otimizar parte dos recursos oriundos do ICMS ecológico p investir em melhorias nas Unidades de conservação do Município.</i>	Curto
	8. Projeto de Macrodrenagem Urbana	<i>Fazer galerias de água dentro do Município</i>	Curto / Longo
	9. Programa de Controle das APPs Urbanas e Rurais		Curto / Médio
URBANISMO E INFRA-ESTRUTURA	10. Programa de Melhoria na Segurança Viária	<i>Melhorar a sinalização; Melhorar a logística de funcionamento do transporte, estacionamentos.</i>	Curto
	11. Programa de Requalificação das vias do sistema viário básico		
	12. Programa de Intervenção em Vias urbanas do Centro Histórico	<i>Passarela interligando Centro a Vila Santo Antônio para diminuir o fluxo de carros</i>	Curto
	13. Intervenção nas Estradas Rurais Municipais		Curto
	14. Programa de Requalificação da Graciosa	<i>Melhorar nas infra-estruturas existentes, e implantar controle de visitação.</i>	Curto

	PROPOSTAS	COMENTÁRIOS	PRAZO DE EXECUÇÃO
	15. Programa de Parceria com a ECOVIA para a implantação de pontos de apoio aos caminhoneiros e turistas	<i>Portal com Informações turísticas junto a BR</i>	
	16. Implementação de Núcleos Rurais (Rio Sagrado, Anhaia e Sambaqui)		
	17. Programa de regularização dos Assentamentos do INCRA		
	18. Desvio do tráfego de carga da Rodovia PR408	<i>Importante desviar do centro histórico de Morretes.</i>	Curto
SOCIAL	19. Plano de Regularização Fundiária Sustentável da ZEIS (Zona Especial de Interesse Social)		Curto / Longo
	20. Plano de Desenvolvimento do Esporte e Lazer		Curto / Longo
ECONÔMICO	21. Criação de Pólo de desenvolvimento ou Pesquisa sobre o bioma		Curto / Longo
	22. Plano de Incentivo ao Micro empresário		Curto
	23. Parceria com a EMATER no desenvolvimento de tecnologias para o aumento de produtividade	<i>Existe o DRS do Banco do Brasil Sucesso em todo país que pode ser utilizado p os itens 22 ao 25, tendo 1 em andamento em Morretes- BB de Morretes- Giane Mattos- Ger. Geral</i>	Curto
	24. Programa de Incentivo ao Associativismo para pequenos Empreendimentos rurais		Curto
	25. Programa de Incentivo a Fruticultura		Curto
	26. Programa de Incentivo a Agricultura Orgânica		Curto
	27. Participação do Município no CORDRAP		
TURISMO	28. Implementar o Plano de Desenvolvimento Turístico Ambiental	<i>Fundamental importância precisa para o quanto antes os itens 26 e 27 Capacitação para o atendimento ao turista; Principalmente cursos de inglês. Elaborar o calendário anual de festas e inserir no site da cidade</i>	Curto
	29. Implementar o Plano de Desenvolvimento Turístico Histórico-Cultural		Curto
INSTITUCIONAL	30. Sistema de Informações para o Município e do cadastro técnico municipal		Curto
	31. Elaboração da Minuta de Lei para Criação dos Bairros do Distrito Sede		



PROPOSTAS	COMENTÁRIOS	PRAZO DE EXECUÇÃO
32. Criação do Perímetro Urbano do Sambaqui		
33. Criação da Comissão de Regularização Fundiária	<i>Verificar se é Urbana, pois a Rural existe ver com IAP detalhes.</i>	Curto
34. Implementação do Sistema de Planejamento e Gestão Municipal		Curto

QUADRO 15.3 – VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS EM ORDEM DE PRIORIDADE

PROPOSTAS		PRIORIDADE			
		1	2	3	
REG	Integração comercial com a RMC	9	4	4	
	Integração turística com os municípios da orla litorânea	7	3	3	
AMBIENTAL	Plano de saneamento ambiental	3	6	3	
	Plano de paisagem sustentável com reestruturação da paisagem urbana	8	6	3	
	Implantação do Parque do Nhundiaquara	7	5	3	
	6. Ampliação do Programa de Coleta Seletiva e reciclagem do Lixo Urbano	7	6	4	
	7. Programa de educação ambiental	6	7	3	
	8. Criação de Pólo de Desenvolvimento e Pesquisa sobre o Bioma Mata Atlântica	4	8	4	
	9. Criação de um Bio-Parque	3	10	4	
	10. Elaboração de planos de manejo em unidades de preservação	7	6	3	
	11. Despoluição do Rio Nhundiaquara (lixo e esgoto)	10	5	2	
	12. Projeto de recuperação da mata ciliar da bacia hidrográfica de Morretes	9	6	2	
	13. Busca de parcerias para pesquisas de fauna e flora existentes na APA e OCS municipal	5	9	4	
	14. Programa de Reciclagem do Lixo	7	4	5	
	15. Revitalização do Rio Nhundiaquara	12	1	1	
	16. Programa de controle das APP's urbanas e rurais	6	5	3	
	URBANISMO E INFRA-ESTRUTURA	17. Programa de melhoria na segurança viária	9	6	0
		18. Programa de requalificação das vias do sistema viário básico	10	3	1
19. Programa de Intervenção em vias urbanas do setor história		8	2	1	
20. Intervenção nas estradas rurais municipais		11	3	3	
21. Programa de macrodrenagem urbana		10	6	0	
22. Programa de requalificação da Estrada da Graciosa		2	10	3	
23. Melhorias na área de paisagismo em Morretes e acessibilidade		8	6	1	
24. Pavimentar o acesso do centro ao Marumbi		7	4	0	
25. Padronização do mobiliário urbano		8	6	0	
26. Programa de Regularização Fundiária		7	6	3	
27. Programa de parceria com a Ecovia para a implantação de pontos de apoio aos caminhoneiros e turistas		7	4	2	
28. Implantação de núcleos rurais – Rio Sagrado, Anhaia e Sambaqui		7	4	3	
29. Criação do perímetro urbano do Sambaqui		6	5	2	
30. Programa de regularização dos assentamentos do INCRA		5	4	6	
31. Desvio do tráfego de carga da rodovia PR-408		8	2	5	
32. Plano de regularização fundiária sustentável das ZEIS		5	9	4	



PROPOSTAS		PRIORIDADE		
		1	2	3
ECONÔMICO	33. Calendário esportivo municipal	8	4	3
	34. Abertura de um museu na Casa Rocha Pombo	7	8	0
	35. Inventário das festas religiosas	7	6	2
	36. Plano de desenvolvimento do esporte e lazer	7	5	3
	37. Criação de uma usina cultural	5	10	2
	38. Implantação da disciplina "História de Morretes" no currículo escolar	9	3	3
	39. Incluir na grade escolar educação para o turismo e meio ambiente	9	3	2
	40. Utilização da área da usina central como área de lazer e preservação modelo da mata ciliar existente	7	6	1
	41. Plano de Incentivo ao Microempresário	9	4	4
	42. Parceria com entidades que atuam na área do desenvolvimento de tecnologias para o aumento de produtividade	10	5	2
TURISMO	43. Indústrias sem chaminés – levantamento de produtos da cidade	7	5	3
	44. Criação de uma saibreira municipal	7	4	3
	45. Programa de Incentivo ao Associativismo para Pequenos Empreendimentos Rurais	11	4	2
	46. Programa de incentivo à fruticultura	11	4	0
	47. Incentivar a transferência do corredor de exportação da ALL para o traçado próximo à BR-277	7	5	4
	48. Participação do município no CORDRAP	5	8	2
	49. Programa de incentivo à agricultura orgânica	7	5	1
	50. Ativar projeto Ecoparaná e Estrada da Graciosa	9	6	0
	51. Priorizar a existência de uma litorina para passeio turístico e estudar a possibilidade de utilizar transporte de passageiros (Morretes, Antonina, Paranaguá)	7	5	3
	52. Montagem de dois portais turísticos	10	3	2
INSTITUCIONAL	53. Desenvolvimento do turismo rural na agricultura familiar	10	4	2
	54. Implementação do Plano de Desenvolvimento Turístico Ambiental	6	9	0
	55. Roteiros turísticos municipais	9	4	2
	56. Incentivar cursos técnicos de turismo, meio ambiente e cultura	11	3	2
	57. Formatar os roteiros inter-municipais	8	7	0
	58. Desenvolvimento do turismo náutico	6	5	5
	59. Ativação do COMTUR e FUMTUR de Morretes	9	6	0
	60. Implementação do Plano de Desenvolvimento Turístico Cultural	5	9	1
	61. Sistema de informações para o município e do cadastro técnico municipal	8	4	2
	62. Elaboração da Minuta de Lei dos Bairros do Distrito Sede	10	6	0
63. Criação da Comissão de Regularização Fundiária	8	8	1	
64. Implementação do sistema de planejamento e gestão municipal	10	3	3	
65. Contratação e capacitação do corpo fiscal municipal	6	7	2	
66. Criação do Instituto Municipal de planejamento Urbano	6	7	1	

Isolando-se as dez maiores prioridades de ordem 01, destacam-se:

- Revitalização do Rio Nhundiaquara – 85,71%
- Intervenção nas estradas rurais municipais – 78,57%
- Programa de Incentivo ao Associativismo para Pequenos Empreendimentos Rurais – 78,57%



- Programa de incentivo à fruticultura – 78,57%
- Incentivar cursos técnicos de turismo, meio ambiente e cultura – 78,57%%
- Despoluição do Rio Nhundiaquara (lixo e esgoto) – 71,43%
- Programa de requalificação das vias do sistema viário básico – 71,43%
- Programa de macro drenagem urbana – 71,43%
- Parceria com entidades que atuam na área do desenvolvimento de tecnologias para o aumento de produtividade– 71,43%
- Montagem de dois portais turísticos – 71,43%

Isolando-se as dez maiores prioridades de ordem 02, destacam-se:

- Criação de uma usina cultural - 71,43%
- Criação de um Bio-Parque - 71,43%
- Programa de requalificação da Estrada da Graciosa - 71,43%
- Implementação do Plano de Desenvolvimento Turístico Ambiental - 64,29%
- Busca de parcerias para pesquisas de fauna e flora existentes na APA e OCS municipal - 64,29%
- Plano de regularização fundiária sustentável das ZEIS - 64,29%
- Implementação do Plano de Desenvolvimento Turístico Cultural - 64,29%
- Criação da Comissão de Regularização Fundiária - 57,14%
- Abertura de um museu na Casa Rocha Pombo - 57,14%
- Participação do município no CORDRAP - 57,14%

Como prioridades de ordem 03, destacam-se:

- Programa de regularização dos assentamentos do INCRA - 42,86%
- Desenvolvimento do turismo náutico - 35,71%
- Programa de Reciclagem do Lixo - 35,71%
- Desvio do tráfego de carga da rodovia PR-408 - 35,71%

O Quadro 15.4 apresenta algumas propostas adicionais, sugeridas pela população e pela Secretaria Municipal de Turismo.

QUADRO 15.4 – PROPOSTAS SUGERIDAS PELA POPULAÇÃO E PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

PROPOSTAS SUGERIDAS	FINALIDADE	COMENTÁRIOS	ENTIDADES PARTICIPANTES	PRAZO DE EXECUÇÃO	PROPOSTAS RELACIONADAS
1. Criação de uma Usina Cultural	A idéia tem por finalidade utilizar o espaço existente de propriedade do INCRA para instalações de uma unidade autárquica visando o fomento de produções culturais, utilizando como mão de obra a oferta, principalmente, da nossa clientela escolar	<i>Sócio- cultural, Bosque e Agricultura Sustentável</i>	INCRA Prefeitura Municipal Ministério da Cultura Secret. Estadual de Cultura; EMATER, IAP	Médio	- Plano de Desenvolvimento Turístico Cultural - Programa de Educação Ambiental
2. Implantação da disciplina "História de Morretes" no currículo escolar	A idéia tem por finalidade o resgate de nossa história provocando a inserção dos estudos e trabalhos como fonte de produção cultural	<i>Realização de aulas interpretativas nos locais históricos</i>	Prefeitura Municipal Secret de Estado da Educação Conselhos escolares	Curto	- Poderá ser incluída como diretriz na Lei do Plano
8. Incluir na Grade Escolar Educação para o Turismo e Meio Ambiente	Capacitar professores para ensinar a importância do turismo e conservação do meio ambiente para a cidade	<i>Capacitar professores</i>	Prefeitura Municipal- Sec. Mun. da Educação e SETUR/ universidades/ IAP/ Unid. de conservação	Curto	- Programa de Educação Ambiental
3. Inventário de nossas Festas religiosas	A idéia é levantar os dados históricos e culturais das festas religiosas de cada comunidade e montar um caderno que possa propiciar uma agenda, fazendo um link principalmente com o público da terceira idade	<i>Festas temáticas Inventário e Ações de divulgação e promoção de eventos religiosos</i>	Prefeitura Municipal Igreja Católica Clubes de Terceira Idade, SETUR/ SEBRAE	Curto	- Plano de Desenvolvimento Turístico Cultural
6. Calendário Esportivo Municipal	A idéia é criar um calendário esportivo municipal integrando toda a clientela nas diversas modalidades existentes	Jogos de Natureza, gincanas ecológicas atividades recreacionais	Prefeitura Municipal Secret de Est Esportes Federações Esportivas ABETA/ SETUR/ SEBRAE	Curto	- Plano de Desenvolvimento do Esporte e Lazer
4. Criação de um Bio-Parque	A idéia é desenvolver um projeto de construção de um Bio-Parque com área museológica mostrando a diversidade da Mata Atlântica além da produção artesanal dentro de um	Juntar as duas iniciativas e montar o centro de estudo da Mata Atlântica/ eco parque/ museu/ centro de estudos segmentação da fauna e	Prefeitura Municipal Iniciativa privada ONGs ambientais/ Universidades, escolas municipais e privadas/	Médio	- Implantação do Parque do Nhundiaquara - Criação de Pólo de Desenvolvimento ou





	conceito de autosustentabilidade/ Agroecologia	flora	UFPR/ SETUR? SEBRAE		Pesquisa sobre o Bioma
11. Abertura de um Museu na casa Rocha Pombo.	Fazer reuniões junto a associações, escolas, igrejas para despertar nas pessoas a importância de se montar um museu em Morretes.	Revitalização do patrimônio Histórico de Morretes; Levantamento de acervo	Tripé ( Setor público, privado e comunidade). Sec. de Cultura , Educação e SETUR/	Curto	- Plano de Desenvolvimento Turístico Cultural
14. Incentivar Cursos Técnicos e Turismo, M.A e Cultura.	Preparar a comunidade local para desenvolver o turismo de forma sustentável.		SEBRAE, SENAC, Pref. Mun. Morretes, SETUR, Universidades/ Escolas	Curto	- Plano de Incentivo ao Microempresário - Participação do Município no CORDRAP
15. Elaboração de Planos de Manejo em Unidades de Conservação.	Assegurar a utilização consciente dos espaços naturais.	Criar mecanismos/ lei para repasse do ICMS ecológico ser aplicado nas Unidades de Conservação de Morretes  Organizar U.C. para o turismo científico	IAP, Pref. Morretes, ONGs,	Curto	- Programa de Controle nas APP's Urbanas e Rurais
16. Despoluição do Rio Nhundiaquara, (Lixo e Esgoto).	Recuperar o Rio para melhorar a qualidade de vida da população.	Recuperar os principais rios de Morretes	Pref. Mun. IAP, COMTUR, Associações, ONGs, Universidades	Curto	
17. Projeto de recuperação de mata ciliar da bacia hidrográfica de Morretes.	Visando a diminuição de assoreamento e ajudando no repovoamento de alevinos.		IAP, SEC Meio Ambiente, EMATER,	Curto	
19. Busca de parcerias para pesquisas de Fauna e Flora existentes na APA e Ocs do Município	Tem por finalidade a realização de estudos que estarão se preocupando com a situação do Bioma, além de divulgar a informação para a comunidade existente.		Universidades, Institutos e Fundações, IAP, EMATER...	Curto	- Criação de pólo de Desenvolvimento ou Pesquisa sobre o Bioma
5. Indústrias sem chaminés Levantamento de produtos da cidade	A idéia é a criação de um parque industrial que vise atrair investidores, dentro de um segmento industrial que não gere impacto ambiental, utilizando a mão de obra local, através de um processo cooperativo que desonere as obrigações patronais	Que podem ter agregação de valor através de trabalhos de processamento ecológico de forma cooperativa  Aproveitamento de produtos locais, matéria- prima, Fábrica de suco da	Prefeitura Municipal Secret Est de Ind e Com Associações Comerciais OCEPAR	Curto	



		BANANA, frutas alimentos desidratados (6 anos)			
7. Roteiros Turísticos Municipais	Criação de roteiros municipais que possam introduzir a produção agrícola e artesanal no cenário turístico local	Rotas Turísticas embasadas na campanha publicitária de Morretes Sua natureza é encantar	Prefeitura Municipal Paraná Turismo SEBRAE/Associações locais	Curto	- Plano de Desenvolvimento Turístico Ambiental - Plano de Desenvolvimento Turístico Cultural
20. Formatar Roteiros Inter-Municipais	Realizar roteiros integrados entre Morretes, Antonina, Paranaguá e Guaraqueçaba		Sec. turismo das cidades, Prefeituras, COMTURs. Agências, Operadoras e Receptivos	Curto	
9. Ativar Projeto(Eco Paraná), Estrada Graciosa. (Mirante, Iluminação, Trilhas Interpretativas.	Ofertar ao visitante e usuários da Serra melhores condições durante seu passeio.	Fazer levantamento de projetos existentes para estrada da graciosa unificar parceria com Quatro Barras e iniciar execução , fortalecer a participação de todas as entidades	Eco- Paraná, DER-PR, Pref.Mun. Morretes, SETUR, Sec. Obras Todas as instituições já envolvidas no projeto	Médio	- Programa de Requalificação da Graciosa
10. Melhorias na área de paisagismo de Morretes (Lixeiras, Placas dos empreendimentos, semáforos, Bicletário, Cabos de iluminação subterrânea).  Acessibilidade	Dispor de infra-estrutura de base para melhor deslocamento de turistas e comunidade local. E cuidados com a poluição visual.  Acesso para portadores de necessidades especiais	<i>Desmembrar a proposta;</i>  <i>Adequar-se também para atender ao público da melhor idade;</i>  <i>Desenvolver uma lei impondo limites de placas comerciais. E criar padrão nas placas comerciais.</i> <i>Implantar um sistema viário adequado à nova realidade. (Sinalização, definição de mãos nas vias, implantação na semáforos, estacionamentos, etc)</i>  <i>Reorganizar o trânsito em áreas de estacionamento em Morretes</i>	Pref. Morretes, Sec. Obras e Planejamento, Secretarias do Estado.SEEC/ Policia Militar	Curto	- Plano de paisagem Sustentável com a Reestruturação da Paisagem Urbana



24. Pavimentar o acesso do centro até o Marumbi	Tem por finalidade melhorar a malha viária do Caminho Cascatinha que turístico.	Tentar a pavimentação de todos os acessos com sobras de paralelepípedos	Prefeitura, Sec. Obras, Governo Estadual e Federal.	Curto	- Intervenção nas Estradas Rurais Municipais
12. Incentivar a transferência do corredor de exportação da ALL para o traçado próximo da 277.	Visando diminuir acidentes na Serra do Mar e Centro, para incentivar a utilização da Linha Férrea para fins turísticos.		COMTUR, PREF. Morretes, SETUR, IAP, ONGs, ALL / Serra Verde Express	Longo	
13. Priorizar a existência de uma litorina para passeio turístico e estudar a possibilidade de utilizar para transporte de passageiros via Antonina/Paranaguá.	Dotar o município de uma estrutura que contribuirá para formatação de roteiros turísticos e deslocamento de moradores via ( Morretes, Antonina e Paranaguá).		ALL, Pref. Morretes, SETUR, Cultura, Sec Transportes.	Médio	
18. Montar 2 (dois) portais turísticos. Um próximo a Vila das Palmeiras e outro no trevo do São João da Graciosa.	Estes portais servirão para orientação, divulgação e pesquisas da cidade e do litoral junto aos turistas	<i>Mudar o Portal para a BR-277</i>  <i>Instalação de pontos de Informação em local central</i>	SETUR, Pref. Morretes, Governo do PR e Federal	Curto	- Plano de Desenvolvimento Turístico Ambiental - Plano de Desenvolvimento Turístico Cultural
23. Desenvolver o Turismo Rural na Agricultura Familiar	Tem por finalidade agregar as produções agrícolas de Morretes para formatação de roteiros.		Setur, SEC Meio Ambiente e Agricultura e EMATER	Curto	
26. Desenvolvimento do Turismo Náutico	Realizar passeios de barco saindo de Barreiros em direção as ilhas		Prefeitura e Setor Privado./ ECOPARANÁ E SETUR	Curto	- Plano de Desenvolvimento Turístico Ambiental
21, Programa de Reciclagem do Lixo	Criar uma usina de reciclagem, em forma de cooperativa para promover educação ambiental, geração de renda, manufatura.		ONGs, Sec. Meio Ambiente e Turismo	Curto	
25. Ativação do COMTUR e FUMTUR de Morretes	Servirá para ordenar o crescimento da atividade turística na cidade.	Administração mista na gestão da fábrica de eventos / Poder Público/ Empresários;  Proposta de uma legislação específica para turismo no	Tripé ( Setor Público, Privado e Comunidade)	Curto	



		Município.			
26. Realizar pesquisas sistemáticas sobre o fluxo e perfil de turistas que frequentam Morretes	Tem por finalidade conhecer o que o visitante busca, o que pode ser melhorado no sistema turístico, constantemente	<i>Realizar pesquisas periódicas</i>	SETUR	Curto	

O resultado síntese das ações iniciais apresentadas na 3ª Audiência, a contribuição dos presentes, a votação das prioridades e a solicitação de novas propostas pela equipe municipal, Secretaria Municipal de Turismo e população foram sintetizadas, o que resultou no **Quadro 15.5 – Quadro Síntese das Propostas do Plano Diretor Municipal de Morretes**.

O atual Plano Plurianual de Investimentos – PPA municipal contempla o período de 2006 a 2009. Como o horizonte do Plano de Ação e Investimentos é de cinco anos (2009/2013), alguns projetos terão uma duração maior do que a programação do PPA atual. Assim, na elaboração do próximo PPA, devem ser incluídas as propostas deste Plano de Ações e Investimentos.

A distribuição dos recursos foi feita com base na votação das prioridades e também de forma a distribuir os recursos ao longo do período, de modo a não sobrecarregar o orçamento municipal, embora muitas ações são viáveis através de financiamentos e recursos a fundo perdido. Ressalta-se também que muitas ações dependem de projeto específico na ocasião de sua elaboração, o que pode alterar os valores definidos previamente.

QUADRO 15.5 – QUADRO SÍNTESE DAS PROPOSTAS DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MORRETES

	PROJETO	LOCAL	PRAZO	VALOR (R\$)						
				2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL	
REGIONAL	1	Integração comercial com a RMC	Município e RMC	5 anos	5.000,00	5.000,00	10.000,00	10.000,00		30.000,00
	2	Integração turística com os municípios do litoral	Município / Litoral	Curta Duração (3 anos)	15.000,00	15.000,00				30.000,00
	3	Incentivo de transferência do corredor de exportação da ALL para o traçado próximo da BR277	Município / RMC / Litoral	Acima de 9 anos / Longa Duração						(depende de projeto)
	4	Ativar Projeto Ecoparaná - Estrada Graciosa	Município / Estrada da Graciosa	5 anos / Média Duração	50.000,00	50.000,00	75.000,00	75.000,00	50.000,00	300.000,00
AMBIENTAL	5	Plano de Saneamento Ambiental	Município	5 anos / Média duração	80.000,00	70.000,00				150.000,00
	6	Plano de Paisagem Sustentável com a reestruturação da paisagem urbana	Sede Municipal	3 anos / Curta duração	60.000,00	210.000,00	130.000,00			400.000,00
	7	Criação de Bio-Parques – Parque do Nhundiaquara e Pólo de Desenvolvimento e Pesquisa sobre o Bioma Mata Atlântica	Município	Longa Duração / Mais de 9 anos	300.000,00	300.000,00	300.000,00	500.000,00	700.000,00	3.100.000,00
	8	Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Nhundiaquara	Município	3 anos / Curta Duração	50.000,00	50.000,00	50.000,00			150.000,00
	9	Ampliação do Programa de Coleta Seletiva E Reciclagem do Lixo Urbano	Município	2 anos / Curta duração	150.000,00	150.000,00				300.000,00

PROJETO	LOCAL	PRAZO	VALOR (R\$)					
			2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
10 Programa de Educação Ambiental	Município	5 anos / Média duração	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	200.000,00
11 Programa de Macrodrenagem Urbana	Município	10 anos / Longa duração – com início imediato	350.000,00	350.000,00	250.000,00	250.000,00	200.000,00	2.500.000,00
12 Programa de Controle das APPs Urbanas e Rurais	Município	2 anos / Curta e Média Duração	120.000,00	100.000,00	30.000,00			250.000,00
13 Programa de Melhoria na Segurança Viária	Município	5 anos / Média duração	50.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	150.000,00
14 Programa de Requalificação do Sistema Viário Básico	Município	10 anos / Longa duração	500.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	3.500.000,00
15 Programa de Intervenção em vias urbanas do setor histórico	Sede Municipal / Setor Histórico	2 anos / Curta duração	40.000,00	120.000,00				160.000,00
16 Intervenção nas Estradas Rurais Municipais	Município	10 anos / Longa duração – com início imediato	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	2.000.000,00
17 Criação de uma Saibreira Municipal	Município	Curto / 5 anos						(depende de projeto)
18 Programa de Requalificação da Estrada da Graciosa	Município / Estrada da Graciosa	5 anos / Média duração			250.000,00	250.000,00	250.000,00	750.000,00

URBANISMO E INFRA-ESTRUTURA

	PROJETO	LOCAL	PRAZO	VALOR (R\$)						
				2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL	
	19	Programa em parceria com a ECOVIA para implantação de locais de apoio aos caminhoneiros e turistas	Município / Regional	2 anos / Curta Duração		20.000,00	30.000,00			50.000,00
	20	Implementação de Núcleos Rurais (Rio Sagrado, Anhaia e Sambaqui)	Município / Núcleos Rurais	4 anos / Média Duração		30.000,00	30.000,00	10.000,00		70.000,00
	21	Programa de Regularização Fundiária dos Assentamentos do INCRA	Sede Municipal	6 anos / Média duração		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	45.000,00
	22	Desvio do Tráfego de Carga da Rodovia PR-408	Município / PR-408	mais de 5 anos / Média Duração			400.000,00	600.000,00	700.000,00	2.700.000,00
	23	Pavimentação do Acesso ao Recanto Cascatinha Marumbi	Município	Curta Duração / 4 anos	30.000,00	80.000,00	100.000,00	40.000,00		250.000,00
	24	Padronização dos Equipamentos Urbanos e Comunicação Visual Do Município	Município	Curto / 4 anos		20.000,00	20.000,00	10.000,00		50.000,00
SOCIAL	25	Plano de Regularização Fundiária da ZEIS	Município / ZEIS	2 anos / Curta duração / Curto, médio e longo prazo	70.000,00	10.000,00				80.000,00
	26	Plano de Desenvolvimento do Esporte e Lazer	Município	5 anos / Média duração	15.000,00	15.000,00				30.000,00
	27	Inventário e Divulgação das Festas Religiosas	Município	Curta Duração / 2 anos	5.000,00	10.000,00				15.000,00

	PROJETO	LOCAL	PRAZO	VALOR (R\$)					
				2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
	28 Criação de Uma Usina Cultural	Município	Média Duração / 6 anos		50.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	200.000,00
ECONÔMICO	29 Plano de Incentivo ao Microempresário	Município	5 anos / Média duração	10.000,00	15.000,00	15.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
	30 Fomento à parceria com entidades que atuam na área do desenvolvimento de tecnologias para o aumento de produtividade	Município	2 anos / Curta duração	60.000,00	40.000,00				100.000,00
	31 Programa de incentivo ao associativismo para pequenos empreendimentos rurais	Município	5 anos / Média Duração	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	30.000,00
	32 Programa de Incentivo à Fruticultura	Município	5 anos	12.000,00	10.000,00	8.000,00	3.000,00	3.000,00	36.000,00
	33 Programa de Incentivo à Agricultura Orgânica	Município	4 anos / Curta Duração	16.000,00	12.000,00	20.000,00	4.000,00		52.000,00
	34 Promoção da participação do Município no CORDRAP	Município	10 anos / Longa Duração						-
	35 Fomento à instalação de indústrias "Sem Chaminés" e que promovam a industrialização dos produtos locais	Município	Curta Duração / 3 anos		10.000,00	10.000,00			20.000,00
TURISMO	36 Plano de Desenvolvimento Turístico Ambiental	Município	5 anos / Curta Duração	40.000,00	50.000,00	100.000,00	25.000,00	25.000,00	240.000,00
	37 Plano de Desenvolvimento Turístico Histórico Cultural	Município	5 anos / Curta Duração	25.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	25.000,00	140.000,00



PROJETO	LOCAL	PRAZO	VALOR (R\$)							
			2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL		
38	Implantação de Portais Turísticos No Município	Município	Curta Duração / 3 anos	50.000,00	50.000,00	300.000,00			400.000,00	
39	Desenvolvimento do Turismo Náutico	Município	Curta Duração / 2 anos	10.000,00	10.000,00				20.000,00	
40	Ativação do COMTUR e FUMTUR de Morretes	Município	Curta Duração / 2 anos	Início					-	
41	Otimização da linha férrea para turismo e transporte de passageiros	Município	Média Duração / 8 anos		20.000,00	20.000,00			40.000,00	
42	Plano de Gestão da Casa Rocha Pombo	Município / Casa Rocha Pombo	Curta Duração / 3 anos	70.000,00	200.000,00	130.000,00			400.000,00	
43	Implementação do Roteiro Turístico Municipal e dos Roteiros Inter-Municipais	Município e Região	Curta Duração / 3 anos	30.000,00	30.000,00	30.000,00			90.000,00	
INSTITUCIONAL	44	Sistema De Informações e Cadastro Técnico Municipal	Município	2 anos / Curta duração	200.000,00	250.000,00				450.000,00
	45	Elaboração de Minuta de Lei para Criação dos Bairros do Distrito Sede	Sede Municipal	6 meses	Início					
	46	Criação da Comissão de Regularização Fundiária Urbana	Município	6 meses / Curta duração						
	47	Implementação do Sistema de Planejamento e Gestão Municipal	Município	6 meses / Curta duração	30.000,00					30.000,00

PROJETO	LOCAL	PRAZO	VALOR (R\$)						
			2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL	
48	Contratação e Capacitação do Corpo Fiscal Municipal	Município	6 meses / Curta duração	30.000,00					30.000,00
49	Inclusão no Currículo Escolar de Temas como A "Historia De Morretes" E Educação Para O "Turismo E Meio Ambiente"	Município	Curta Duração / 3 anos	Início					
50	Incentivo a Cursos Técnicos de Turismo, Meio Ambiente e Cultura.	Município	Curta Duração / 4 anos	20.000,00	20.000,00	20.000,00	5.000,00	5.000,00	70.000,00
51	Elaboração do Plano Diretor de Defesa Civil	Município	2 meses / Curta Duração	40.000,00					40.000,00
				<b>2.829.000,00</b>	<b>3.033.000,00</b>	<b>3.029.000,00</b>	<b>2.493.000,00</b>	<b>2.639.000,00</b>	<b>19.668.000,00</b>

QUADRO 15.6 – CAPACIDADE DE INVESTIMENTO MUNICIPAL – 2003/2007

1) RECEITA DO MUNICÍPIO EM:	2003	2004	2005	2006	2007	Médias de Arrecadações Realizadas
1.1) Receitas Próprias Arrecadadas (Trib. Econ. Patr. Agro. Ind., Serv. e Outras)	1.470.892	2.344.024	3.222.228	3.467.004	3.929.641	2.886.758
1.2) Transferências Correntes Arrecadadas (Tranf. Legais e Constitucionais)	8.387.913	9.688.796	10.667.293	11.943.134	13.522.061	10.841.839
1.3) Transferências de Capital Arrecadadas (Tranf. De Convênios)	0	0	0	0	0	0
1.4) Receita de Capital (Somente Operações de Créditos contratadas)	0	0	0	115.282	1.074.473	237.951
1.5) Arrecadação Total (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	9.858.805	12.032.820	13.889.521	15.525.420	18.526.175	13.966.548
2) DESPESA DO MUNICÍPIO EM:	2003	2004	2005	2006	2007	Médias de Arrecadações Realizadas
2.1) Encargos + Amortizações (pagos)	0	0	0	148	96.073	19.244
2.2) Despesa com Investimentos (realizadas com Recursos Próprios)	0	0	0	15.681	37.624	10.661
2.3) Despesa Total com Investimentos (2.1 + 2.2)	0	0	0	15.829	133.697	29.905
3) RESULTADO PRIMÁRIO:	2003	2004	2005	2006	2007	x
3.1) Receita	9.819.000	12.004.000	13.790.000	15.286.285	17.345.114	x
3.2) Despesa	9.686.000	11.436.000	13.071.000	13.986.076	16.634.712	x
3.3) Resultado	133.000	568.000	719.000	1.300.209	710.402	x
4) PERCENTUAIS:	2003	2004	2005	2006	2007	Médias dos Percentuais
4.1) Percentual de Investimento Total em relação à Arrecadação Total	0	0	0	0	0	0
4.2) Percentual de Investimento realizados c/ recursos próprios em relação à Receitas Próprias e Transf. Correntes e de Capital Arrecadadas	0	0	0	0	0	0

QUADRO 15.7 – CAPACIDADE DE INVESTIMENTO MUNICIPAL – 2008/2012


<b>1) RECEITA DO MUNICÍPIO EM:</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>Médias de Arrec. à Realizar</b>
1.1) Receitas Próprias à Arrecadar (Trib. Econ. Agro. Ind. Serv. e Outras)	3.929.641	4.126.123	4.322.605	4.912.051	5.108.533	4.479.791
1.2) Transferências Correntes à Arrecadar (Transferências Legais e Constitucionais)	13.522.061	14.198.164	14.874.267	15.550.370	16.226.473	14.874.267
1.3) Transferências de Capital à Arrecadar (Transferências de Convênios)	0	0	0	0	0	0
1.4) Receita de Capital (Somente Operações de Créditos a serem contratadas)						0
1.5) Previsão de Arrecadação Total (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	<b>17.451.702</b>	<b>18.324.287</b>	<b>19.196.872</b>	<b>20.462.421</b>	<b>21.335.007</b>	<b>19.354.058</b>
<b>2) DESPESA DO MUNICÍPIO EM:</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>Médias de Desp. à Realizar</b>
2.1) Encargos + Amortizações (à pagar)						0
2.2) Despesa com Investimentos (à realizar com Recursos Próprios)	3.929.641	4.126.123	4.322.605	4.912.051	5.108.533	4.479.791
2.3) Previsão de Despesa Total com Investimentos (2.1 + 2.2)	<b>3.929.641</b>	<b>4.126.123</b>	<b>4.322.605</b>	<b>4.912.051</b>	<b>5.108.533</b>	<b>4.479.791</b>
<b>3) PERCENTUAIS</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>Médias dos Percentuais</b>
3.1) Percentual à Investir em relação a Previsão de Arrecadação Total	23%	23%	23%	24%	24%	23%
3.2) Percentual à Investir c/ recursos próprios em relação à Receitas Próprias e Transf. Correntes e de Capital à Arrecadar	23%	23%	23%	24%	24%	23%

## 16. DETALHAMENTO DAS PROPOSTAS




Esse item apresenta as propostas em formato de fichas com sua caracterização para desenvolvimento posterior. Tendo em vista a complexidade e a diversidade do conjunto de temas apresentados, cada um deles merece um detalhamento específico, o que deverá ser feito posteriormente pela Prefeitura Municipal, com vistas a sua implementação. Nesse capítulo ficam as recomendações mínimas para sua execução e uma estimativa inicial dos recursos financeiros necessários para sua execução.

FICHA 01		INTEGRAÇÃO COMERCIAL COM A RMC
REGIONAL	<b>Proposta</b>	<p>Desenvolvimento de políticas estratégicas que favoreçam a integração de Morretes à dinâmica econômica da Região Metropolitana de Curitiba, identificada com um potencial mercado consumidor da produção local hortifrutigranjeira.</p> <p>A população sugere também a parceria com Quatro Barras e o fomento ao consumo local, regional (litoral) fortalecendo a região entre produtores, comerciantes e turistas que também são consumidores em potencial.</p>
	<b>Justificativa</b>	<p>A proximidade de Morretes à capital do Estado, distante apenas 68km, traz ao município um grande potencial de integração econômica com a Região Metropolitana de Curitiba. Nesse sentido, Morretes, além de se relacionar com um grande mercado consumidor de sua produção hortifrutigranjeira, ainda pode se estabelecer como uma extensão de Curitiba no que tange as atividades ligadas ao turismo de negócios.</p> <p>Em ambos os casos, as atividades realizadas em conjunto com a RMC se destacam por gerarem novas alternativas de renda.</p> <p>Para isso é importante também a integração do município nas linhas de ação prioritárias ao desenvolvimento territorial do Conselho de Desenvolvimento Rural, Pesqueiro e do Artesanato do Litoral Paranaense – CORDRAP.</p> <p>O CORDRAP definiu oito linhas de ação prioritárias ao desenvolvimento territorial, norteadoras do Plano Regional de Desenvolvimento Territorial Sustentável, que está sendo Construído de forma Participativa:</p> <p>Entre elas, resalta-se para essa proposta a linha de ação: MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL E AGROECOLOGIA que contempla os planos de manejo com as alternativas econômicas como a Caxeta, Guanandi e Palmito Juçara, a normalização do uso de matérias primas para o artesanato local, como cipós e madeira e agilizando os processos de licenciamentos ambientais, além do enfoque regional na produção orgânica e agroecológica.</p>
	<b>Prazo de execução</b>	Curta duração / 3 anos
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecimento de parcerias com os municípios da RMC, de modo a facilitar a inserção da produção hortifrutigranjeira de Morretes no mercado metropolitano.</li> <li>- Organização dos produtores do município em torno de cooperativas e associações, com vistas a fortalecer sua representatividade no setor.</li> <li>- Desenvolvimento de políticas de incentivo à atividade hortifrutigranjeira, criando mecanismos que permitam a comercialização adequada da produção municipal</li> </ul>
<b>Integração com outros projetos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Parceria com a EMATER no desenvolvimento de tecnologias para o aumento da produtividade;</li> <li>- Programa de Incentivo ao Associativismo para Pequenos Empreendimentos Rurais;</li> <li>- Programa de Incentivo à Fruticultura;</li> </ul>	



	- Programa de Incentivo a Agricultura Orgânica.	
<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal de Morretes	
<b>Parcerias possíveis</b>	COMEC ASSOMEC CORDRAP Associação de Produtores do Município	
<b>Custo estimado</b>	R\$ 30.000,00	



FICHA 02		INTEGRAÇÃO TURÍSTICA COM OS MUNICÍPIOS DO LITORAL	
<b>REGIONAL</b>	<b>Propostas</b>	Articulação de políticas estratégicas que favoreçam o desenvolvimento integrado da atividade turística nos municípios da orla litorânea paranaense.	
	<b>Justificativa</b>	O desenvolvimento de ações que integrem o Plano Municipal de Turismo de Morretes aos planos regionais da Orla Litorânea Paranaense apresenta-se como uma grande potencialidade para o fortalecimento da região como importante pólo turístico. O trabalho conjunto dos municípios da AMLIPA em torno de um objetivo comum traz aos mesmos maior expressividade além de facilitar o acesso a recursos e programas da esfera estadual / federal.	
	<b>Prazo de execução</b>	Curta Duração (3 anos)	
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compatibilização do Plano Municipal de Morretes com os Planos Estaduais e regionais.</li> <li>- Realização de um Plano Regional de Turismo do Litoral</li> <li>- Busca de parcerias com a iniciativa privada a fim de incrementar o fluxo turístico e promover o desenvolvimento das potencialidades turísticas</li> <li>- Implantação do Programa de Regionalização do Turismo</li> </ul>	
	<b>Integração com outros projetos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa de Requalificação da Estrada da Graciosa</li> <li>- Plano de Desenvolvimento Turístico Ambiental</li> <li>- Plano de Desenvolvimento Turístico Histórico-Cultural</li> </ul>	
	<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal de Morretes	
	<b>Parcerias possíveis</b>	SETUR - Secretaria de Estado do Turismo PR AMLIPA – Associação dos Municípios do Litoral Paranaense PRODETUR SUL (programa do governo federal para incentivo ao turismo regional, para os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul)	
<b>Custo estimado</b>	R\$ 30.000,00		
			Litoral Paranaense
			Caminho do Itupava
			Artesanato Local

FICHA 03		INCENTIVO DE TRANSFERÊNCIA DO CORREDOR DE EXPORTAÇÃO DA ALL PARA O TRAÇADO PRÓXIMO DA BR277	
<b>REGIONAL</b>	<b>Proposta</b>	Promover a transferência do corredor de exportação da ALL para um novo traçado, de modo a diminuir acidentes na Serra do Mar e no centro de Morretes e incentivar a utilização da Linha Férrea para fins turísticos.	
	<b>Justificativa</b>	A ALL recolhe anualmente à União R\$ 40 milhões pela concessão ferroviária das ferrovias do Sul do país. A concessão teve início em 1997 e só vencerá em 23 anos, que é o prazo contratual da concessão. Como há interesse público na recuperação ferroviária e escassez de recursos de investimentos, a ALL poderia aplicar esses recursos na duplicação da linha Curitiba Paranaguá, um dos mais famosos trechos turísticos do País, pelo traçado em plena Serra do Mar. O local mais ideal seria o mais próximo possível da BR277, deixando o antigo traçado como prioritário ao turismo. Essa mudança aumentaria a capacidade de transporte de carga da empresa, otimizaria recursos em infra-estrutura, diminuiria o risco de acidentes ambientais na mata atlântica e também os acidentes no perímetro urbano de Morretes.	
	<b>Prazo de execução</b>	Acima de 9 anos / Longa Duração	
	<b>Integração com outros projetos</b>	Plano de Desenvolvimento Turístico Ambiental Plano de Desenvolvimento Turístico Cultural	
	<b>Ações necessárias</b>	- Estudo de Viabilidade Econômica - Elaboração dos Projetos	
	<b>Organismo responsável</b>	Governo Estadual e Federal COMTUR Pref. Morretes ALL / Serra Verde Express	
	<b>Parcerias possíveis</b>	SETUR IAP ONGs	
	<b>Custo estimado</b>	Depende de projeto	
		 	

FICHA 04		ATIVAR PROJETO ECOPARANA - ESTRADA GRACIOSA	
<b>REGIONAL</b>	<b>Proposta</b>	Ofertar melhores condições aos visitantes e usuários da Estrada da Graciosa, durante seus passeios.	
	<b>Justificativa</b>	<p>O ECOPARANA é um convênio do vinculado à secretaria de Estado do Turismo, que visa desenvolver com base no triângulo produtivo, produtos turísticos e culturais, que promovam o desenvolvimento sustentável, e decorrente inclusão social.</p> <p>Para melhor atendimento aos visitantes e usuários da Estrada da Graciosa, e fomentar o turismo local, é necessário melhorar a infra-estrutura dos equipamentos e mobiliários existentes ao longo do trajeto.</p>	
	<b>Prazo de execução</b>	5 anos / Média Duração	
	<b>Integração com outros projetos</b>	Programa de Requalificação da Graciosa Plano de Desenvolvimento Turístico Ambiental Plano de Desenvolvimento Turístico Cultural	
	<b>Ações necessárias</b>	Inventário de equipamentos existentes, levantamento de projetos; Unificar parceria com Quatro Barras; Execução das obras; Fortalecer a participação de todas as entidades.	
	<b>Organismo responsável</b>	Governo do Estado Prefeitura de Morretes ECOPARANA	
	<b>Parcerias possíveis</b>	DER-PR / SETUR / Secretaria de Obras Prefeitura de Quatro Barras Demais instituições já envolvidas no projeto	
	<b>Custo estimado</b>	R\$ 300.000,00	



FICHA 05		PLANO DE SANEAMENTO AMBIENTAL
AMBIENTAL	<b>Propostas</b>	Implementar um Plano de Saneamento Ambiental em cumprimento à Lei Federal nº. 11.455 de 05/01/2007. Este plano tem como diretrizes a ampliação das redes de distribuição de água potável no quadro urbano e nas comunidades do interior, incluindo a abertura de poços artesianos ou aproveitamento das águas fluviiais. Além disso, deve contar com a ampliação das redes de coleta de esgoto e construção de novas elevatórias e bacias de tratamento.
	<b>Justificativa</b>	<p>A lei nº. 11.455/2007 define saneamento básico como o conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:</p> <p>a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;</p> <p>b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;</p> <p>c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;</p> <p>d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;</p> <p>Morretes apresenta um índice de abastecimento urbano de água (cerca de 98,12%) superior à média nacional de 74%. Quanto à coleta de esgotos, a cidade dispõe de apenas 9,17% dos domicílios atendidos pela rede, mas encontra-se com recursos liberados pelo governo do Estado para ampliação da rede. A limpeza urbana que abrange praticamente toda a área urbana conta com participação de catadores de lixo inorgânico</p> <p>As questões pertinentes às águas pluviais devem ser equacionadas com a drenagem da área urbanizada, compatibilizadas com a infra-estrutura viária, com foco na impermeabilização do solo e da ocupação urbana, especialmente de áreas sensíveis à erosão.</p> <p>O controle dos vetores de doenças, visando eliminação de doenças causadas pela falta de saneamento, através do controle de animais e insetos visa o controle e prevenção de doenças.</p> <p>Os aspectos de conservação do solo, a qualidade da água e dos recursos hídricos, redução da poluição dos rios, as queimadas e degradação da natureza devem ser analisados para reduzir os seus impactos.</p>
	<b>Prazo execução</b>	de 5 anos / Média duração
	<b>Ações necessárias</b>	Desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Ambiental, de acordo com os objetivos da Agenda 21, estabelecendo novos mecanismos de gestão e de melhoria da qualidade ambiental, para a promoção da



Poço Artesiano



Controle da Qualidade da Água

salubridade ambiental e da saúde coletiva, a proteção dos recursos hídricos e controle da poluição, o abastecimento de água à população e atividades econômicas, a valorização social e econômica dos recursos ambientais e o ordenamento do território.

O Plano Municipal de Saneamento Ambiental deverá conter as diretrizes para o gerenciamento ou concessão dos serviços referentes:

- Ao sistema de abastecimento de água, constituído pelas atividades de captação de água bruta, de adução de água bruta, de tratamento e potabilização da água, de reservação, de adução de água tratada, de distribuição de água, inclusive respectivas infra-estruturas e instalações operacionais, com ênfase nas unidades de tratamento e nos processos e técnicas de uso eficiente de água e de energia para os aspectos relacionados com os mananciais, captação, adução, tratamento, reservação e distribuição, com o aproveitamento de água de reuso; para o meio rural deve ser organizado um programa de abertura de poços artesianos e seus respectivos sistemas de distribuição de água pelas propriedades.
- Igualmente no meio rural deve-se implementar um programa de proteção a fontes de água que preserve as fontes existentes com manutenção de vegetação no seu entorno e a proibição de atividades potencialmente poluidoras ou causadoras de danos às fontes, como erosão do solo. Deverá ser elaborado um manual de procedimentos para orientar os produtores rurais que possuam fontes em suas propriedades.
- Ao sistema de esgotamento sanitário, abrangendo atividades de coleta de esgotos sanitários, por meio de rede e interceptores, inclusive as ligações prediais, de transporte, por meio de emissários, de tratamento e de disposição final dos resíduos líquidos, sólidos e gasosos resultantes dos processos de tratamento, com as respectivas infra-estruturas e instalações operacionais, com ênfase nas unidades de tratamento, verificando a possibilidade de implantação de biodigestores, com o aproveitamento do lodo resultante de tratamento de água ou de esgoto sanitário;
- Ao manejo integrado dos resíduos sólidos urbanos, composto do lixo doméstico, do originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas, com atividades de coleta, transbordo e transporte dos resíduos, triagem para fins de reuso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e disposição final dos resíduos, de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana, com ênfase nas técnicas e processos de gestão voltados para a minimização da geração, transformação e destinação final adequada de todos os tipos de resíduos, os serviços de limpeza urbana e na inclusão social dos catadores de lixo como agentes ambientais e econômicos, verificando a possibilidade de implantação de aproveitamento da energia gerada pelo lixo, com o aproveitamento dos materiais integrantes dos resíduos sólidos por meio de reuso ou reciclagem;
- Ao manejo integrado das águas pluviais urbanas, compreendendo atividades de drenagem urbana de águas pluviais, transporte e detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas, tratamento e de disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas, com ênfase em soluções que visem o controle da impermeabilização do solo e outros mecanismos de redução ou amortecimento das cheias e em medidas locais para controle dos escoamentos e do carreamento de sedimentos;
- Ao gerenciamento, operação e manutenção do controle ambiental de vetores de doenças, visando a eliminação de doenças causadas pela falta de saneamento através do controle de animais e insetos como o controle e prevenção de doenças.
- Ao manejo integrado da conservação do solo, a qualidade da água e dos recursos hídricos, redução da



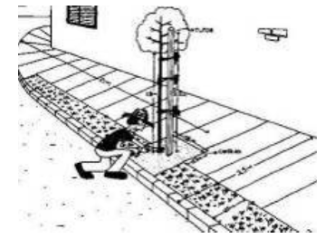
Redução de custos na saúde



	<p>poluição dos rios, as queimadas e degradação da natureza;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ao desenvolvimento de um Programa de Educação Ambiental e Cidadania visando promover simultaneamente o desenvolvimento de conhecimento, de atitudes e de habilidades necessárias à preservação e melhoria da qualidade ambiental. Utiliza-se como laboratório, o metabolismo urbano e seus recursos naturais e físicos, iniciando pela escola, expandindo-se pela vizinhança, envolvendo a orientação aos pequenos produtores (silvicultores ou agricultores), quanto ao uso correto de agrotóxicos, suas aplicações, noções sobre atividades modificadoras do meio ambiente, técnicas agroflorestais e a legislação pertinente. Interage como uma contribuição para a formação da consciência social e agroecológica da população destas comunidades;</li> <li>- À regulamentação da Política de Gestão Ambiental através de leis, decretos, resoluções e regulamentos, que embasem as ações de saneamento ambiental, com a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, fortalecimento da Secretaria de Meio Ambiente e capacitação e treinamento de quadros técnicos;</li> <li>- E a definição como horizonte do plano de saneamento ambiental vinte anos, com revisão de 4 em 4 anos, compatibilizado com os planos nacional e regionais de ordenação do território, os objetivos e as diretrizes do plano plurianual de investimentos, os planos de recursos hídricos, a legislação ambiental e o disposto em leis complementares de microrregiões ou região integrada de desenvolvimento.</li> <li>- Incentivar a participação ativa do Conselho Municipal de Meio Ambiente</li> </ul>	
<b>Integração com outros projetos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano de Arborização Urbana e Paisagem Sustentável</li> <li>- Programa de Educação Ambiental</li> <li>- Programa de Coleta Seletiva e Reciclagem do lixo</li> </ul>	
<b>Organismo responsável</b>	<p>Prefeitura Municipal de Morretes          Conselho Municipal de Meio Ambiente</p>	
<b>Parcerias possíveis</b>	<p>SUDERHSA / SANEPAR / Secretaria Estadual de Meio Ambiente</p>	
<b>Custo estimado</b>	<p>R\$ 150.000,00</p>	



FICHA 06		PLANO DE PAISAGEM SUSTENTÁVEL COM A REESTRUTURAÇÃO DA PAISAGEM URBANA
AMBIENTAL	<b>Propostas</b>	<p>Elaboração do Plano de Paisagem Sustentável. Este plano desencadeia o desenvolvimento sustentável do município. Haverá um plano de plantio para discutir as espécies que serão plantadas nos espaços públicos e também aquelas que serão substituídas por espécies mais adequadas em todo o perímetro.</p> <p>Existem várias iniciativas a serem tomadas quanto à problemática da arborização local. Iniciativas como: sensibilização da população para a questão arbórea com iniciativas da prefeitura em distribuir mudas para a população mediante explicação técnica sobre o plantio e os cuidados; campanha para a conservação das árvores existentes, programa que trabalha juntamente com o Programa de Educação Ambiental. A proposta visa influenciar sobre seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Do ponto de vista fisiológico, melhorar o ambiente urbano através da capacidade de produzir sombra, filtrar ruídos, amenizar a poluição sonora, melhorar a qualidade do ar, absorvendo o gás carbônico, amenizar a temperatura, trazendo o bem estar aqueles que podem usufruir sua presença ou mesmo de sua proximidade;</li> <li>- Do ponto de vista estético, contribuir através das qualidades plásticas (cor, forma, textura) de cada parte visível de seus componentes;</li> <li>- Por último, no que diz respeito ao aspecto psicológico, a satisfação que o homem sente em contato com a vegetação e com o ambiente que ela cria.</li> </ul>
	<b>Justificativa</b>	<p>O desenvolvimento das cidades brasileiras acarretou grandes devastações de florestas e de vegetação nativa, gerando um meio ambiente urbano carente de áreas verdes.</p> <p>As áreas urbanas são constituídas por espaços edificados destinados a diversas atividades (com usos residenciais, comerciais, serviços, industriais, institucionais), espaços não edificados (vias, parques e praças, quintais) e espaços de integração urbana (rede viária, com vias, ferrovias). Os espaços não edificados são definidos como público, privado ou privado de uso coletivo (como os clubes), que podem ter áreas de lazer e áreas verdes. As áreas verdes urbanas têm um papel de fundamental importância na qualidade ambiental das áreas urbanas, destacando-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Proteção contra ventilação ou insolação excessivas, desempenhando funções de termorregulação, alterando o micro-clima local com redução da temperatura que ocorre pela absorção de calor no processo de transpiração e redução da radiação e reflexão dos raios solares;</li> <li>- Abrigo da fauna silvestre e exótica contribuindo para a conservação da biodiversidade;</li> <li>- Diminuição da ação de poluentes químicos, de poluição sonora, removendo partículas e absorvendo gases poluentes da atmosfera;</li> <li>- Auxílio no controle da erosão estabilizando o solo;</li> <li>- Melhoria da qualidade do ar, promovendo a reoxigenação do ar, reduzindo os níveis de gás carbônico;</li> <li>- Participação no ciclo do carbono, funcionando como reservatórios de carbono, que permitem contrariar o efeito de estufa que se verifica na Terra;</li> <li>- Intervenção na regulação e depuração dos recursos hídricos, protegendo mananciais de água, do ciclo da água, influenciando os teores de umidade no ar e no solo, a precipitação a nível local e participando em</li> </ul>



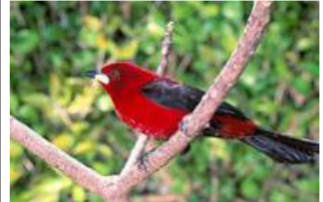
Verificação das espécies apropriadas para não causar transtornos como entupimento das bocas de lobo





	<p>processos de depuração química;</p> <p>- Embelezamento do ambiente, ofertando recreação, lazer e descanso;</p> <p>As áreas verdes proporcionam também benefícios de âmbito social contribuindo para a melhoria da saúde mental e física da população, promoção de lazer e educação ambiental, melhoramento estético no ambiente, assumindo uma função ecológica, ornamental e estética, integrando o desenvolvimento sustentável. A ONU (Organização das Nações Unidas), OMS (Organização Mundial da Saúde) e outros organismos internacionais recomendam 12 m<sup>2</sup> de área verde por habitante como índice adequado para o bem estar das pessoas que vivem nos centros urbanos.</p> <p>A legislação federal (Lei 6766/79) que determina a destinação pública de 35% da área de um loteamento dá o respaldo para a criação ou planejamento de áreas verdes, tais como, áreas de proteção paisagística, parques urbanos, áreas de proteção de mananciais, praças e jardins, valorizando a paisagem urbana.</p> <p>A estruturação da paisagem urbana através da presença ordenada de elementos naturais como a vegetação, proporciona inúmeros benefícios à comunidade, que ultrapassam seus custos de implantação e manutenção, fazendo com que os parques, praças e outros tipos de áreas verdes, juntamente com uma adequada arborização de vias colaborem com a melhoria da qualidade de vida urbana.</p> <p>Destaca-se ainda a necessidade de compatibilização com as atividades do Programa de Educação Ambiental no município, de modo a despertar a consciência de necessidade e conservação da vegetação urbana. O Plano deverá definir as atividades de planejamento, implantação e manejo da arborização, indicando a implantação de parques e praças, o tratamento das calçadas prevendo a implantação de calçada na área central da sede, a produção de mudas das espécies a serem produzidas e plantadas, a prevenção e combate a pragas e doenças das árvores.</p>	 <p>Exemplo de tratamento da paisagem</p>
<p><b>Prazo de execução</b></p>	<p>3 anos / Curta duração</p>	 <p>Exemplo de descaso paisagístico</p>
<p><b>Ações necessárias</b></p>	<p>O Plano de Paisagem Sustentável deve ter como objetivo potencializar a qualidade de vida da população, através da implementação de um modelo de paisagismo sustentável com a realização de pesquisas, utilização de tecnologias e práticas existentes sobre recuperação, preservação e conservação ambiental. A paisagem urbana resultante do plano, caracterizada como a interligação entre o ambiente natural e o ambiente construído, deverá ter como resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Preservação e valorização da flora nativa;</li> <li>- Máximo aproveitamento e proteção das massas vegetais existentes;</li> <li>- Controle de erosão,</li> <li>- Integração com as políticas setoriais;</li> <li>- Sombreamento de vias públicas, estacionamentos, praças, espaços de convívio e edificações públicas.</li> </ul> <p>Assim, o plano proporcionará o uso sustentado das áreas verdes pela população e a valorização da paisagem, da flora e da cultura local, especialmente se forem incluídas áreas com vegetação nativa característica do município e áreas com belezas cênicas e monumentos naturais.</p> <p>O Plano de Paisagem Sustentável deverá, entre outros, os seguintes itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Inventário da arborização urbana através de técnicas e procedimentos adequados, para a identificação da</li> </ul>	





	<p>condição fitossanitária;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliação do clima e solo, considerando-se características climáticas do município como temperatura média, mínima e máxima, ocorrência de geadas, chuvas e granizo, a fertilidade, drenagem e compactação do solo;</li> <li>- Levantamento do espaço físico disponível, com largura da rua e passeios, afastamento das construções, posicionamento da rede de fiação aérea e saneamento;</li> <li>- Estabelecimento de índices mínimos de arborização por bairro, que deverão ser ampliados, progressivamente, através de campanhas educativas de plantio de árvores na cidade, obedecidas as normas estabelecidas em Lei;</li> <li>- Definição de arborização segundo as características do logradouro público, adotando-se as técnicas adequadas de plantio e poda, para evitar os costumeiros conflitos com as redes elétrica, de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, além da destruição da pavimentação;</li> <li>- Estabelecimento de normas de arborização: espécimes, técnicas para plantio de mudas, sanidade, época, dimensões das covas, tipos de solo e adubação.</li> </ul> <p>Para a eficiência das ações, destaca-se também a fiscalização e promoção da aplicação das normas constantes no Código de Posturas Municipais.</p>	
<b>Integração com outros projetos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano de Saneamento Ambiental</li> <li>- Programa de Educação Ambiental</li> </ul>	
<b>AMBIENTAL Organismo responsável</b>	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
<b>Parcerias possíveis</b>	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	
<b>Custo estimado</b>	R\$ 400.000,00	

FICHA 07		CRIAÇÃO DE UM OU MAIS BIO-PARQUES – PARQUE DO NHUNDIAQUARA E PÓLO DE DESENVOLVIMENTO E PESQUISA SOBRE O BIOMA MATA ATLÂNTICA
AMBIENTAL	Proposta	<p>A proposta parte de três vertentes principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização de parcerias e criação do pólo de desenvolvimento ou pesquisa sobre o Bioma Mata Atlântica</li> <li>- A Implantação do Parque do Nhundiaquara toma partido de uma área inundável às margens do Rio Nhundiaquara, convertendo-a em uma área de lazer voltada ao atendimento da atividade turística dentro da área urbana de Morretes.</li> <li>- Projeto de construção de um Bio-Parque com área museológica mostrando a diversidade da Mata Atlântica além da produção artesanal dentro de um conceito de auto-sustentabilidade/ agroecologia.</li> </ul>
	Justificativa	<p><b>PÓLO DE DESENVOLVIMENTO E PESQUISA SOBRE O BIOMA MATA ATLÂNTICA</b></p> <p>O município contém uma grande área da Serra do Mar, parte da APA de Guaratuba, unidades de conservação e parques, sendo alguns fragmentos de tais áreas pertencentes aos Corredores de Biodiversidade (Áreas Prioritárias para Conservação no Paraná). Está situado no Bioma Floresta Ombrófila Densa, cuja predominância botânica é a vegetação arbórea da Floresta Atlântica. Quanto à fauna, na Serra do Mar encontra-se o maior índice de espécies residentes do Estado. A Floresta Atlântica também possui uma grande biodiversidade de animais, além de muitas espécies ameaçadas de extinção. Com base em tais fatores, e considerando ainda a proximidade do município com instituições de Ensino Superior Público no litoral do Estado, a criação do pólo de pesquisa e/ou desenvolvimento sobre o Bioma local seria de vital importância para o município, buscando constantemente novas espécies e novos meios de proteção e conservação ambiental.</p> <p><b>PARQUE DO NHUNDIAQUARA</b></p> <p>Um Parque, implantado às margens do Rio Nhundiaquara, tem como objetivo principal a criação de um espaço de lazer dentro da área urbana, tendo como público alvo aqueles que se utilizam da infra-estrutura da Estrada da Graciosa para a realização de churrascos. Desta forma, propõe-se a criação de um espaço de convivência conformado por churrasqueiras, sanitários e extensa área verde, de modo a reduzir o intenso uso turístico nas áreas lindieiras à Estrada da Graciosa.</p> <p>A localização do parque, junto à uma área inundável às margens do Rio Nhundiaquara, busca aliar o uso recreativo da área ao controle de enchentes na região, através da construção de mecanismos de contenção, que equalizem a vazão do Rio durante os períodos críticos de cheia.</p> <p><b>CONCEITO DE BIO-PARQUE</b></p> <p>A existência de espaços verdes diversificados, com equipamentos lúdicos e técnicos capacitados possibilita o maior contato com a natureza de forma saudável e tranquila.</p> <p>A proximidade com a Mata Atlântica permite que Morretes se configure um local ideal para a implantação de empreendimentos deste porte.</p>




	Esportes radicais, exploração da natureza, passeios, workshops, artesanato, aulas de expressão corporal, etc. são algumas das atividades previstas.	   <p>Rio Nhundiaquara</p>  <p>A criação do Parque visa atrair parte do fluxo de turistas que utilizam as churrasqueiras da Estrada da Graciosa</p>
<b>Prazo de execução</b>	Longa Duração / Mais de 9 anos	
<b>Integração com outros projetos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano de Paisagem Sustentável</li> <li>- Programa de Macrodrenagem Urbana</li> <li>- Programa de Controle das APP's urbanas e rurais</li> <li>- Projetos de Turismo</li> </ul>	
<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Delimitação da área a ser transformada no Parque Nhundiaquara.</li> <li>- Análise da Viabilidade econômica de aquisição da área.</li> <li>- Realização dos Projetos Urbanístico, Paisagístico e Arquitetônico.</li> <li>- Implantação do Parque com toda a infra-estrutura e equipamentos.</li> <li>- Utilização da área da Usina Central como área de lazer e preservação modelo da mata ciliar existente naquele local</li> <li>- Implantação de um centro de estudos da Mata Atlântica / bio-parque / museu/ centro de estudos de segmentação da fauna e flora.</li> <li>- Estruturação de grupo constituído por representantes das diversas esferas de governo e sociedade civil para elaboração de estudos e propostas que integrem o projeto e distribuam as possíveis responsabilidades de cada setor;</li> <li>- Envolvimento do setor universitário nas discussões;</li> <li>- Encaminhamento das propostas produzidas pelo grupo aos diferentes agentes que atuam na área de pesquisa;</li> <li>- Após catalogação das espécies existentes, implantar o turismo de observação de aves.</li> <li>- Busca de parcerias para pesquisas de fauna e flora existentes na APA e UCs do Município, com a finalidade de realização de estudos que estarão se preocupando com a situação do Bioma, além de divulgar a informação para a comunidade existente.</li> <li>- Assegurar a utilização consciente dos espaços naturais definidos como unidades de conservação, com a elaboração de planos de manejo e outros instrumentos;</li> <li>- Criar mecanismos de lei para repasse do ICMS ecológico ser aplicado nas Unidades de Conservação de Morretes;</li> <li>- Organizar UCs para atendimento do turismo científico.</li> </ul>	
<b>Organismo responsável</b>	<p>Prefeitura Municipal</p> <p>Secretaria de Obras, Transportes e Desenvolvimento Urbano</p> <p>Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente</p>	

<b>Parcerias possíveis</b>	Iniciativa privada ONGs ambientais / Universidades, escolas municipais e privadas/ UFPR / SEBRAE / FAFIPAR Conselho de Desenvolvimento Rural, Pesqueiro e do Artesanato do Litoral Paranaense – CORDRAP Programa Paraná Biodiversidade Instituições de Ensino Superior Público do litoral Paranaense (UFPR, FAFIPAR) Secretaria Estadual de Meio Ambiente Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (SEDU) Parcerias público-privadas	
<b>Custo estimado</b>	R\$ 3.100.000,00	



FICHA 08		PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO NHUNDIAQUARA	
<b>AMBIENTAL</b>	<b>Proposta</b>	O projeto visa recuperação do Rio Nhundiaquara, retirando o lixo e o esgoto e melhorando a qualidade de vida da população.	
	<b>Justificativa</b>	O Rio Nhundiaquara, em sua porção urbana, é bastante utilizado por visitantes e pela população local, para o lazer e a prática de esportes. Também é elemento significativo na paisagem da cidade. No entanto, este rio, bem como outros situados na Sede Municipal, vêm sendo contaminado constantemente por resíduos e esgotos, que comprometem a qualidade da água, da paisagem e colocam em risco a saúde da população. Assim, torna-se necessário um amplo programa de limpeza e despoluição da água, e revitalização de suas margens, de modo a garantir a qualidade da água e de vida futura. Ressalta-se também que para a implantação do Parque do Nhundiaquara (Projeto 07), é fundamental a descontaminação prévia do Rio que dá nome ao Parque.	
	<b>Prazo de execução</b>	3 anos / Curta Duração	
	<b>Integração com outros projetos</b>	- Implantação do Parque do Nhundiaquara	
	<b>Ações necessárias</b>	- Levantamento de toda a bacia hidrográfica do Rio Nhundiaquara; - Levantamento da recuperação dos principais rios de Morretes; - Recuperação de matas ciliares; - Incentivo a agricultura orgânica e proibição do uso de defensivos agrícolas numa área mínima de distâncias dos rios, utilizando-se parâmetros técnicos; - Repovoação do rio de acordo com suas características originais; - Criação do projeto "Anjo dos Rios" utilizando-se de barqueiros, visando a proteção e a limpeza dos rios, principalmente dentro das áreas de maior densidade populacional. - Projeto de Recuperação da Mata Ciliar das Bacias Hidrográficas de Morretes, visando a diminuição de assoreamento e ajudando no re-povoamento de alevinos	
	<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal de Morretes	
	<b>Parcerias possíveis</b>	IAP / EMATER / CONTUR / ONGs / Universidades / Associações de Classe / Secretaria do Estado do Meio Ambiente / SUDERHSA / Ministério do Meio Ambiente	
<b>Custo estimado</b>	R\$ 150.000,00		

FICHA 09		AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA DE COLETA SELETIVA E RECICLAGEM DO LIXO URBANO	
AMBIENTAL	<b>Propostas</b>	<p>O Projeto de Coleta Seletiva e Reciclagem do Lixo Urbano é um mecanismo que envolve três agentes responsáveis pela promoção do programa: o Poder Público, a Sociedade e o Setor Produtivo, criando mecanismos para que esta atividade possa trazer benefícios que proporcionam geração de renda, emprego, valor econômico e social para o município.</p> <p>Propõe-se a ampliação da área de abrangência do Programa de Coleta existente no município, além de expandir a divulgação do projeto em escolas para que a criança veja a tarefa da reciclagem como um hábito diário como já vem acontecendo no programa Consórcio Lambari no Estado de Santa Catarina, onde as escolas são o foco de multiplicação do programa, além de outras propostas como o "Projeto Reciclinho" no município de Bituruna.</p> <p>Paralelamente deve-se trabalhar para ampliar a área de atuação do projeto para área rural do município, contando também com a participação do núcleo industrial, que recompra o material para o seu processamento e o vende para outros setores que se esforçam em diversificar as formas de utilização dos mesmos e que ao mesmo tempo desenvolvam produtos que terão um menor impacto ambiental em termos de volume, consumo de recursos naturais e formas de reaproveitamento. A questão do lixo é um tópico que tem necessidade de renovação contínua, pois a demanda cresce e com ela devem crescer as necessidades de expansão para amplo funcionamento do programa.</p> <p>A população sugeriu também a construção de uma usina de reciclagem, em forma de cooperativa para promover educação ambiental, geração de renda e manufatura. Esta Usina trataria os resíduos não só de Morretes como também de outros municípios do litoral.</p>	 <p>Aterro Sanitário Municipal</p>
	<b>Justificativa</b>	<p>A preocupação ambiental gera economia de energia e matérias-primas, menos poluição do ar, da água e do solo; melhora a limpeza da cidade, pois o morador que adquire o hábito de separar o lixo, dificilmente o joga nas vias públicas; renda pela comercialização dos recicláveis; diminui o desperdício; empregos para os usuários dos programas sociais e de saúde da Prefeitura; dá oportunidade aos cidadãos de preservarem a natureza de uma forma concreta, tendo mais responsabilidade com o lixo que geram e dando exemplo a outros municípios.</p>	 <p>Coleta de Lixo na Área Urbana</p>
	<b>Prazo de execução</b>	2 anos / Curta duração	
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promoção e divulgação nas escolas, associações de bairro, e junto aos agricultores e empresários que de alguma forma tem contato com o meio ambiente</li> <li>- Conscientização da população do município em relação à importância da reciclagem;</li> <li>- Colocação de caixas de separação de lixo em todo o município.</li> </ul>	 <p>Projeto Reciclinho Bituruna</p>
	<b>Integração com outros projetos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano de Saneamento Ambiental</li> <li>- Plano de Educação Ambiental</li> <li>- Programa de Controle das APP's urbanas e rurais</li> </ul>	

<b>Organismo responsável</b>	Secretaria de Meio Ambiente	
<b>Parcerias possíveis</b>	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	
<b>Custo estimado</b>	R\$ 300.000,00	



Reciclagem e renda



FICHA 10		PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
AMBIENTAL	<b>Proposta</b>	<p>O programa de educação ambiental deve promover simultaneamente, o desenvolvimento de conhecimento, de atitudes e de habilidades necessárias à preservação e melhoria da qualidade ambiental. Utiliza-se como laboratório, o metabolismo urbano e seus recursos naturais e físicos, iniciando pela escola, expandindo-se pela circunvizinhança e sucessivamente até a cidade, a região, o país, o continente e o planeta.</p> <p>O programa visa a propagação da conscientização sobre a importância do meio ambiente e sua preservação. Este deve atingir a comunidade local e principalmente as Escolas, formando cidadãos mais conscientes e responsáveis sobre a questão ambiental. Este trabalho deve ressaltar a conscientização da população sobre as questões ligadas à preservação dos mananciais. Além disso, as autoridades competentes devem garantir a fiscalização sobre as áreas de preservação existentes na legislação.</p>	
	<b>Justificativa</b>	<p>A Educação ambiental é um ramo da educação cujo objetivo é a disseminação do conhecimento sobre o ambiente, a fim de ajudar à sua preservação e utilização sustentável dos seus recursos. No Brasil a Educação Ambiental assume uma perspectiva mais abrangente, não restringindo seu olhar à proteção e uso sustentável de recursos naturais, mas incorporando fortemente a proposta de construção de sociedades sustentáveis. Mais do que um segmento da Educação, a Educação em sua complexidade e completude. A educação ambiental tornou-se lei em 27 de Abril de 1999. A Lei N° 9.795 – Lei da Educação Ambiental, em seu Art. 2° afirma: "A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. A educação ambiental tenta despertar em todos a consciência de que o ser humano é parte do meio ambiente. Ela tenta superar a visão antropocêntrica, que fez com que o homem se sentisse sempre o centro de tudo esquecendo a importância da natureza, da qual é parte integrante.</p>	<p>Educação nas escolas</p>
	<b>Prazo de execução</b>	5 anos / Média duração	
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promoção e divulgação nas escolas e comunidades;</li> <li>- Incentivos aos proprietários de terra visando a preservação de recursos naturais;</li> <li>- Conscientização da população do município em relação à importância do meio ambiente através de feiras de produtos locais, orgânicos demonstrando a importância econômica da preservação para que os recursos não se tornem escassos;</li> <li>- Criação de Festivais utilizando o tema, com peças teatrais, congressos e feiras, aumentando até mesmo a demanda turística do município.</li> </ul>	
	<b>Integração com outros projetos</b>	Plano de paisagem Sustentável com Reestruturação da Paisagem Urbana	
	<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal	
	<b>Parcerias possíveis</b>	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	

Conscientização das comunidades carentes



<b>Custo estimado</b>	200.000,00	 <p>Peças teatrais sobre a importância do meio ambiente</p>  <p>Incentivo ao turismo ambiental</p>
-----------------------	------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

FICHA 11		PROGRAMA DE MACRODRENAGEM URBANA	
<b>AMBIENTAL</b>	<b>Propostas</b>	O Programa de Macrodrenagem Urbana tem por objetivo eliminar os problemas decorrentes de enchentes no Distrito Sede. O desenvolvimento deste Programa traz inúmeros benefícios ao desenvolvimento do município, como por exemplo, a redução de gastos com manutenção das vias públicas; a recuperação de áreas alagadas ou alagáveis e a segurança e conforto para a população local e para os turistas que visitam Morretes.	
	<b>Justificativa</b>	Os sistemas de drenagem urbana são essencialmente sistemas preventivos de inundações, principalmente nas áreas sujeitas à alagamentos ou marginais de cursos da água. Quando um sistema de drenagem não é considerado desde o início da formação do planejamento urbano, as conseqüências para a população se tornam evidentes. Segundo o diagnóstico técnico, na Sede de Morretes foram identificados diversos pontos sujeitos à inundação, agravados por se localizarem em áreas já consolidadas da ocupação urbana. É importante que a expansão da ocupação urbana em Morretes seja acompanhada de um Plano de Macrodrenagem urbana, visando delimitar as áreas potencialmente inundáveis, diagnosticando sua viabilidade de ocupação, ou identificando a necessidade de ações se tais áreas já se encontram ocupadas.	
	<b>Prazo de execução</b>	10 anos / Longa duração – com início imediato	
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização do Plano de Macrodrenagem Urbana do Distrito Sede.</li> <li>- Levantamento das áreas inundáveis na Sede, incluindo os aspectos físicos e sociais dos locais.</li> <li>- Definição das Prioridades de Ação segundo o nível de gravidade dos casos analisados.</li> <li>- Realização das medidas necessárias.</li> <li>- Reforma, ampliação e construção de novas galerias.</li> </ul>	
	<b>Integração com outros projetos</b>	- Programa de Controle das APP's urbanas e rurais	
	<b>Organismo responsável</b>	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
	<b>Parcerias possíveis</b>	Secretaria Estadual de Meio Ambiente Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (SEDU)	
	<b>Custo estimado</b>	R\$ 2.500.000,00	



Obras de Drenagem na Vila Ferroviária, no Distrito Sede

FICHA 12		PROGRAMA DE CONTROLE DAS APP's URBANAS E RURAIS	
<b>AMBIENTAL</b>	<b>Propostas</b>	O Programa de Controle das Áreas de Preservação Permanentes (APP) Urbanas e Rurais visa fornecer ao município um instrumento eficiente de controle destas áreas, capacitando-o a gerir adequadamente o grande potencial natural existente no município.	
	<b>Justificativa</b>	Os maiores exemplos da falta de controle das ocupações sobre as Áreas de Preservação Permanente no município de Morretes se referem à ocupação presente nos distrito Sede e Porto de Cima sobre as margens do Rio Nhundiaquara. Tal ocupação invade a área de mata ciliar mínima, causando diversos problemas de ordem ambiental e urbana. Desta forma, o Programa proposto tem por objetivo instrumentalizar a Prefeitura Municipal, facilitando o processo de controle de ocupação destas áreas, evitando que o patrimônio natural de Morretes seja atingido.	
	<b>Prazo de execução</b>	2 anos / Curta e Média Duração	
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Levantamento das Áreas de Preservação Permanente existentes no Território Municipal;</li> <li>- Desenvolvimento do Plano de Controle das APP's, criando instrumentos para controle destas áreas.</li> <li>- Diagnóstico das ocupações irregulares do município inseridas em áreas de preservação permanente, com posterior realização do Plano de Regularização Fundiária, relocando as famílias que residem em tais áreas.</li> </ul>	
	<b>Integração com outros projetos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa de Macrodrenagem Urbana</li> <li>- Plano de Regularização Fundiária</li> <li>- Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Nhundiaquara e demais rios urbanos</li> </ul>	
	<b>Organismo responsável</b>	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
	<b>Parcerias possíveis</b>	IAP / Secretaria Estadual de Meio Ambiente	
	<b>Custo estimado</b>	R\$ 250.000,00	



Distrito Sede



Porto de Cima



FICHA 13		PROGRAMA DE MELHORIA NA SEGURANÇA VIÁRIA
URBANISMO E INFRA-ESTRUTURA	<b>Propostas</b>	Desenvolvimento de políticas públicas visando a qualificação da paisagem urbana, a melhoria da segurança viária para aumentar a segurança nos deslocamentos, reduzir acidentes, a aumentar a integração entre a sede, os distritos e localidades e melhorar as condições de equidade e qualidade de vida da população. O objetivo será atendido por meio de adequação do mobiliário urbano, controle da poluição visual em vias urbana e, sobretudo, adequando o sistema viário aos portadores de necessidades especiais.
	<b>Justificativa</b>	<p>A identificação das características da infra-estrutura viária sob a ótica da segurança viária possibilita a definição de instrumentos que fundamentam políticas públicas para garantir deslocamentos seguros.</p> <p>A questão dos acidentes de trânsito tem assumido grandes proporções, figurando entre as primeiras causas de mortalidade em geral, com custos econômicos são notavelmente altos e com conseqüências devastadoras não só para os envolvidos e suas famílias, mas também para a sociedade.</p> <p>A problemática da segurança viária considera que os ambientes e as vias rurais e urbanas oferecem condições operacionais diversas para os usuários, em função de suas peculiaridades, devendo ser avaliados de acordo com as suas funções.</p> <p>Os deslocamentos de pessoas e bens pelos mais diferentes propósitos implica na necessidade de adequada estrutura, seja por meio motorizado ou não, o que define a demanda por transporte, público ou privado, com segurança, facilitando as ligações entre a sede, os distritos e localidades do município, de acordo com os parâmetros da acessibilidade universal.</p> <p>O conhecimento da estrutura viária auxilia na identificação das possíveis deficiências no planejamento de projetos viários, sejam em projetos novos ou em implantação ou mesmo na malha viária já existente, assegurando que os usuários circulem de forma segura.</p> <p>Um dos objetivos da melhoria de segurança viária é a formatação de uma consciência na população para o conhecimento e respeito às leis e regras de trânsito, através da ciência e participação de treinamentos para aumentar suas habilidades, transformando os indivíduos em importantes colaboradores da segurança do trânsito.</p> <p>As políticas públicas e ações administrativas devem buscar promover a conscientização para a adoção de comportamentos adequados na circulação harmônica e segura de pessoas e veículos, de acordo com os tipos e funções operacionais previstas para as vias em sintonia com outros programas para a promoção da cidadania, especialmente com relação à acessibilidade universal.</p>
	<b>Prazo de execução</b>	5 anos / Média duração – com início imediato
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementação de um programa de educação de trânsito para diversos segmentos sociais, abrangendo toda a população, envolvendo escolas, clubes de serviços e entidades diversas.</li> <li>- Realização de um levantamento detalhado da estrutura viária para a identificação dos problemas existentes e dos apontados pela população.</li> <li>- Promoção da acessibilidade universal, integrada à legislação urbanística, com a implantação de calçadas</li> </ul>



Programa de educação de trânsito

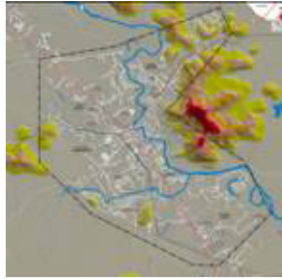


Implantação de sinalização viária




	<p>nas vias urbanas, dotadas de condições de circulação segura para todos os usuários – <i>privilegiar também o acesso ao público da melhor idade.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Requalificação da estrutura viária básica, com um tratamento estético e funcional do mobiliário urbano.</li> <li>- Implantação de sinalização viária de regulamentação, advertência, de orientação e turística, para a moderação do tráfego.</li> <li>- Melhoria da gestão da segurança viária.</li> <li>- Implantação de um Plano de Ciclovias.</li> <li>- Melhorar a logística geral do transporte e dos estacionamentos, implantando um sistema viário adequado, com sinalização, definição de sentidos de tráfego, implantação de semáforos, estacionamentos, etc.</li> <li>- Reorganizar o trânsito em áreas de estacionamento em Morretes</li> <li>- Normatizar a publicidade nas vias públicas, disciplinando o limite de placas comerciais, bem como a padronização das mesmas.</li> </ul>	
<b>Integração com outros projetos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa de Requalificação das Vias do Sistema Viário Básico</li> <li>- Programa de Intervenção em Vias Urbanas do Setor Histórico</li> <li>- Intervenção nas Estradas Rurais Municipais</li> <li>- Programa de Requalificação da Estrada da Graciosa</li> <li>- Desvio de Tráfego de Carga da Rodovia PR 408</li> <li>- Plano de Paisagem Sustentável com a reestruturação da paisagem urbana</li> </ul>	
<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal de Morretes / Secretaria de Obras e Planejamento	
<b>Parcerias possíveis</b>	<p>Governo do Estado                  SEEC                  DER-PR                  ECOVIA                  Polícia Militar do Paraná</p>	
<b>Custo estimado</b>	R\$ 150.000,00	 <p><i>Implantação de um Plano de Ciclovias</i></p>

*Melhoria da acessibilidade universal*

*Implantação de um Plano de Ciclovias*

FICHA 14		PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DAS VIAS DO SISTEMA VIÁRIO BÁSICO
URBANISMO E INFRA-ESTRUTURA	<b>Propostas</b>	Desenvolvimento de um Plano de Requalificação das Vias do Sistema Viário Básico, visando a promoção de melhores condições de acesso a diversos pontos e localidades do município por meio da requalificação das vias da estrutura viária básica, objetivando uma melhor acessibilidade aos pedestres, condutores de veículos automotores e ciclistas.
	<b>Justificativa</b>	<p>A requalificação das vias do sistema viário básico revela-se pela definição do papel destas vias, que devem assumir formas e conceitos (estéticos e funcionais) segundo a sua escala urbana ou municipal, estabelecendo a prevalência e permitindo a ampla fruição do pedestre no espaço público, com a humanização destes espaços, trazendo animação urbana, a apropriação e a utilização coletiva.</p> <p>A requalificação das vias urbanas passa pelo resgate da sua identidade e pelo reconhecimento dos valores estéticos e simbólicos de seus elementos, de acordo com a ambiência urbana, promovendo o encontro, aglomeração e animação urbana, afirmando as vias como <i>locus</i> de integração da escala, especialmente a residencial.</p> <p>A via, entendida como a área do espaço público destinada à circulação de veículos e pessoas, apresenta características diversas que são determinadas por sua capacidade, dimensão e tipo de elementos que a compõem. Os critérios para avaliar a sua qualidade são indicados pela segurança e acessibilidade, tipo de pavimento, mobiliário urbano, iluminação, arborização e a manutenção de seus elementos.</p> <p>Para as vias sejam locais de socialização da população, especialmente as vias urbanas, é de fundamental importância que seus elementos apresentem condições adequadas e o conjunto forme uma paisagem agradável.</p> <p>A melhoria das condições de circulação viária, proporcionando uma maior segurança no trânsito de pedestres e veículos automotores, segundo preceitos da acessibilidade universal, deve ser a base da requalificação das vias públicas, para promover a integração direta entre regiões do município, encurtando distâncias e criando novas alternativas de percurso.</p>
	<b>Prazo de execução</b>	10 anos / Longa duração
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estruturação e hierarquização das vias para a melhoria da mobilidade.</li> <li>- Implantação de pavimentação, drenagem, calçadas, meios-fios, rampas, pontos de travessia de pedestres, rampas para pedestres e portadores de deficiência e iluminação pública.</li> <li>- Construção de ruas no perímetro urbano.</li> <li>- Construção de estradas no perímetro rural.</li> <li>- Recomposição da pavimentação pública.</li> <li>- Melhoria dos traçados, eliminação de estrangulamentos e implantação de novas faixas de tráfego e passeios.</li> <li>- Realização de operação tapa-buracos.</li> <li>- Implantação de ciclovias.</li> </ul>
		 <p><i>Sistema Viário Básico</i></p>  <p><i>Adequação à estrutura urbana</i></p>





	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção de pontes para melhoria do sistema viário.</li> <li>- Implantação de sinalização viária e de logradouros públicos.</li> </ul>	 <p><i>Estruturação e hierarquização viária</i></p>   <p><i>Melhoria das vias públicas</i></p>
<b>Integração com outros projetos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa de Melhoria na Segurança Viária</li> <li>- Programa de Intervenção em Vias Urbanas do Setor Histórico</li> <li>- Intervenção nas Estradas Rurais Municipais</li> <li>- Programa de Requalificação da Estrada da Graciosa</li> <li>- Desvio de Tráfego de Carga da Rodovia PR 408</li> <li>- Plano de Paisagem Sustentável com a reestruturação da paisagem urbana</li> </ul>	
<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal de Morretes	
<b>Parcerias possíveis</b>	DER – PR	
<b>Custo estimado</b>	R\$ 3.500.000,00	



FICHA 15		PROGRAMA DE INTERVENÇÃO EM VIAS URBANAS DO SETOR HISTÓRICO
URBANISMO E INFRA-ESTRUTURA	<b>Proposta</b>	Desenvolvimento de ações visando a melhoria do espaço público central da cidade, caracterizado pelo setor histórico, como o território de domínio prioritário do pedestre para caracterizá-lo como um ambiente para a convivência com a história local.
	<b>Justificativa</b>	<p>A preservação do setor histórico de Morretes é fundamental para resguardar o espaço das memórias dos segmentos e classes sociais do município, quer no contexto espacial, cultural, social, legal ou econômico. O conjunto do sítio urbano definido pelo setor histórico, representativo da vida e da organização social, deve ser preservado, servindo como um ícone das aspirações naturais do progresso da cidade.</p> <p>O acesso indiscriminado de veículos automotores muitas vezes é incompatível com a preservação, entretanto a sua proibição muitas vezes é incompatível com o desejo de uma parcela da população.</p> <p>Qualquer plano de conservação só é bem aceito e conseqüentemente aplicado, quando a população usuária tiver consciência de sua importância, e apresentar-se disposta a colaborar. É necessário que a comunidade tenha valores e atitudes, comprometidos com a consciência coletiva de preservação.</p> <p>O conhecimento da relação da população com o ambiente, seus valores, atitudes e a interação com o meio ambiente construído formatam a aceitação das políticas públicas voltadas para a preservação e para o papel do sítio a ser preservado, contribuindo para a imagem do local, revelando a adaptação das pessoas, envolvendo diversas percepções: beleza, odor, sensação de segurança e de tranquilidade, proporcionando ao indivíduo a sensação de satisfação com o lugar.</p> <p>O desafio é achar o equilíbrio entre os locais, dias ou horários para a convivência pacífica entre a circulação de pedestres e de veículos automotores, a destinação de espaços para o estacionamento de veículos automotores, o atendimento às atividades residenciais, comerciais e culturais do setor histórico.</p>
	<b>Prazo de execução</b>	2 anos / Curta duração
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estudo detalhado do Setor Histórico, com pesquisas e avaliações das necessidades locais existentes, com o resgate e fortalecimento da identidade cultural através da educação e conscientização da população.</li> <li>- Realização das obras de rede de distribuição de energia subterrânea, liberando o visual do local, participando da reestruturação da paisagem urbana.</li> <li>- Estruturação do sistema cicloviário municipal considerando a utilização não só para o lazer, compatibilizando a preservação do patrimônio, desenvolvimento turístico e as necessidades da população residente.</li> <li>- Definição dos locais, dias e horas para o estacionamento de veículos automotores.</li> <li>- Melhoria da gestão da segurança viária.</li> </ul> <p>A população sugeriu também a passarela interligando o Centro a Vila Santo Antônio para diminuir o</p>





*Demonstrativo do antes e depois de intervenções de restrição de estacionamento no Setor Histórico*



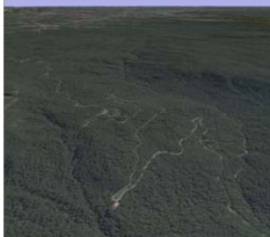


	fluxo de carros nesta região.	 <p><i>Demonstrativo do antes e depois de intervenções de restrição de estacionamento no Setor Histórico</i></p>  <p><i>Setor Histórico</i></p>
<b>Integração com outros projetos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa de Melhoria na Segurança Viária</li> <li>- Programa de Requalificação das Vias do Sistema Viário Básico</li> <li>- Desvio de Tráfego de Carga da Rodovia PR 408</li> <li>- Plano de Paisagem Sustentável com a reestruturação da paisagem urbana</li> <li>- Plano de Desenvolvimento Sustentável do Centro Histórico de Morretes</li> </ul>	
<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal de Morretes	
<b>Parcerias possíveis</b>	IPHAN DER-PR Polícia Militar do Paraná Associação Comercial Clubes de serviço Entidades várias	
<b>Custo estimado</b>	R\$ 160.000,00	




FICHA 16		INTERVENÇÃO NAS ESTRADAS RURAIS MUNICIPAIS	
URBANISMO E INFRA-ESTRUTURA	<b>Propostas</b>	Implantação de melhorias na malha viária rural para facilitar os deslocamentos de pessoas, mercadorias e da produção agrícola.	
	<b>Justificativa</b>	<p>A malha viária é de importância vital para a economia de qualquer município e as condições de sua infraestrutura são primordiais, sendo que as boas condições das diferentes categorias de estradas constituem-se em uma necessidade básica, para a promoção das localidades rurais, para o fluxo regular de mercadorias, serviços e da produção agrícola, permitindo o desenvolvimento das comunidades rurais, gerando a melhoria de sua qualidade de vida da população do campo.</p> <p>A deficiência na infra-estrutura de transporte acarreta o aumento do tempo de viagem e de custos, dificultando o escoamento e a perda de produtos agrícolas, assim como a dificuldade de acesso aos mercados e aos serviços essenciais dificulta o escoamento das safras e implica em aumento dos custos de transporte e frete.</p> <p>Em decorrência desta situação ocorre o desestímulo às atividades produtivas do setor primário, que, em sintonia com o isolamento econômico e social da população, contribui para o êxodo rural.</p> <p>Assim, as estradas rurais necessitam ser adequadamente construídas e mantidas, permitindo boas condições de trafegabilidade, garantindo o adequado manejo dos recursos naturais, em especial o solo e a água, contribuindo para a preservação do meio ambiente, além de reduzir o número e morbidade dos acidentes de trânsito e de um bom acesso às localidades e propriedades, permitindo a integração entre o campo e a cidade.</p> <p>Por outro lado a manutenção das estradas rurais necessita de um sistema eficiente de gerência, para que as condições de trafegabilidade não sofram descontinuidade, o que implica na estruturação ou melhoramento do poder público municipal, responsável pelas estradas rurais.</p>	
	<b>Prazo de execução</b>	10 anos / Longa duração – com início imediato	
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção e/ou manutenção de pista de rolamento</li> <li>- Execução de drenagem</li> <li>- Execução de obras de artes especiais</li> <li>- Adequação da faixa de domínio</li> <li>- Utilização de técnicas de proteção vegetal</li> </ul>	
	<b>Integração com outros projetos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa de Melhoria na Segurança Viária</li> <li>- Programa de Requalificação das Vias do Sistema Viário Básico</li> <li>- Implementação de Núcleos Rurais (Rio Sagrado, Anhaia e Sambaqui)</li> <li>- Programa de Regularização dos Assentamentos do INCRA</li> <li>- Parceria com a Emater no desenvolvimento de tecnologias para o aumento de produtividade</li> <li>- Programa de Incentivo ao Associativismo para Pequenos Empreendimentos Rurais</li> <li>- Programa de Incentivo a Fruticultura</li> </ul>	
		 <p>Aspecto das estradas municipais</p>  <p>Vista aérea das estradas rurais</p>	

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa de Incentivo a Agricultura Orgânica</li> <li>- Plano de Desenvolvimento Turístico Ambiental</li> <li>- Plano de Desenvolvimento Turístico Cultural</li> </ul>	 <p><i>Esquema geral das estradas no município</i></p>  <p><i>Pavimentação adequada das estradas municipais</i></p>
<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal de Morretes	
<b>Parcerias possíveis</b>	DER-PR	
<b>Custo estimado</b>	R\$ 2.000.000,00	



FICHA 17		CRIAÇÃO DE UMA SAIBREIRA MUNICIPAL
<b>URBANISMO E INFRA-ESTRUTURA</b>	<b>Proposta</b>	Investimentos na produção de saibro para a manutenção das estradas rurais.
	<b>Justificativa</b>	A manutenção das estradas rurais exige custos que poderiam ser minimizados com a implantação de uma saibreira do município, a ser explorada de forma planejada.
	<b>Prazo de execução</b>	Curto / 5 anos
	<b>Integração com outros projetos</b>	Programa de Intervenção em nas Vias Rurais Municipais
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Levantamento das áreas de exploração;</li> <li>- Licenciamento, ambientação e direito de exploração;</li> <li>- Cadastro das áreas que sofrerão intervenção;</li> <li>- Cronograma de execução de obras e recuperação da malha viária rural;</li> <li>- Criação de equipe de manutenção através de programas sociais (ex.: Fulano de tal, cadastrado no sistema Bolsa Família, recebe uma cesta básica mensal para fazer a manutenção da estrada "X", fiscalizada pela associação "Y").</li> </ul>
	<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal de Morretes IAP – Instituto Ambiental do Paraná
	<b>Parcerias possíveis</b>	PPPs – Parcerias Público Privadas
	<b>Custo estimado</b>	A ser definido após levantamento das áreas






FICHA 18		PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA DA GRACIOSA	
URBANISMO E INFRA-ESTRUTURA	<b>Propostas</b>	Desenvolvimento de um programa para promover a melhor utilização da área, qualificando-a segundo os preceitos da preservação do patrimônio ambiental, paisagístico e cultural, de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável.	  
	<b>Justificativa</b>	<p>A Estrada da Graciosa, denominação popular da Rodovia PR-410, é uma rodovia com características especiais pela sua beleza cênica, sendo definida pela antiga rota dos tropeiros, ligando a planalto curitibano à planície litorânea, tendo 20km de traçado na área da Mata Atlântica, em seu segmento da Serra do Mar.</p> <p>Existem diversos instrumentos legais para a conservação e preservação do patrimônio ambiental e cultural da área, através de várias instituições como a Secretaria do Estado do Meio Ambiente/Instituto Ambiental do Paraná e a Secretaria do Estado da Cultura, entre outras. Em 1984 foi criada a Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi. A Serra do Mar foi tombada pela Coordenadoria de Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, em 1986. Em 1993 pela UNESCO como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. A estrada da Graciosa integra os Parque Estadual da Graciosa e o Parque Estadual Roberto Ribas Lange.</p> <p>A Estrada da Graciosa apresenta diversas peculiaridades, como a de em diversos trechos ter o pavimento em paralelepípedo, remanescente do calçamento original, ter um traçado com curvas acentuadas, dispor de mirantes e recantos equipados com infra-estrutura de apoio, cursos d'água com cascatas, fauna e flora típicas da floresta atlântica, vista espetacular dos picos e do maciço montanhoso.</p> <p>Ao longo da estrada foram implantados sete recantos: Vista Lacerda, Rio Cascata, Grota Funda, Bela Vista, Curva da Ferradura, Mãe Catira e São João da Graciosa, que se revelam como um dos mais importantes pólos turísticos do Estado, distinguindo-se como uma opção de lazer, especialmente para a população da Grande Curitiba. Outras atrações da área, muitas delas com acesso pela Estrada da Graciosa são o Parque Estadual do Marumbi, Serra da Prata, Morro do Sete, Salto dos Macacos e Salto Redondo, Salto da Fortuna, Caminho Colonial do Itupava, Caminho Colonial da Graciosa, Recanto da Cascatinha. A região também é muito procurada para atividades de lazer e esportivas, especialmente de ciclismo, "bóia-cross", além do ecoturismo.</p> <p>Em determinadas épocas, notadamente durante o verão, a Estrada da Graciosa recebe um intenso fluxo de automóveis e motocicletas, de pessoas que procuram as atrações da região, que ocupam todas as instalações de apoio aos turistas e excursionistas existentes.</p>	
	<b>Prazo de execução</b>	5 anos / Média duração	
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formação do Comitê Gestor do Programa, com a participação dos atores e entidades envolvidas, com a definição de grupos temáticos</li> <li>- Realização de pesquisas quantitativas e qualitativas do território</li> <li>- Coleta e processamento de dados</li> <li>- Formulação do projeto básico, com análise dos dados, expectativas, pontos críticos, deficiências e potencialidades</li> <li>- Elaboração de propostas</li> </ul>	

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Definição de prioridades de intervenção</li> <li>- Elaboração de projetos de preservação, paisagísticos, atividades de ecoturismo</li> <li>- Viabilização e financiamento dos projetos</li> <li>- Gerenciamento sustentável da implementação dos projetos</li> <li>- Gerenciamento sustentável da operação dos projetos</li> <li>- Melhorar infra-estrutura existente</li> <li>- Implantar controle de visitação (após estudo específico)</li> </ul>	
<b>Integração com outros projetos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa de Melhoria na Segurança Viária</li> <li>- Programa de Requalificação das Vias do Sistema Viário Básico</li> <li>- Integração Turística com os Municípios do Litoral</li> <li>- Plano de Saneamento Ambiental</li> <li>- Implantação do Parque do Nhundiaquara</li> <li>- Programa da Educação Ambiental</li> <li>- Plano de desenvolvimento do Esporte e Lazer</li> <li>- Criação do Pólo de Desenvolvimento ou Pesquisa sobre o Bioma</li> <li>- Plano de Desenvolvimento Turístico Ambiental</li> <li>- Plano de Desenvolvimento Turístico Cultural</li> <li>- Implementação do Sistema de Planejamento e Gestão Municipal</li> </ul>	
<b>Organismo responsável</b>	DER-PR e Prefeitura Municipal de Morretes	
<b>Parcerias possíveis</b>	Secretaria do Estado do Meio Ambiente Instituto Ambiental do Paraná Secretaria do Estado da Cultura Coordenadoria de Patrimônio Cultural	
<b>Custo estimado</b>	R\$ 750.000,00	



FICHA 19		PROGRAMA DE PARCERIA COM A ECOVIA PARA A IMPLANTAÇÃO DE LOCAIS DE APOIO AOS CAMINHONEIROS E TURISTAS
URBANISMO E INFRA-ESTRUTURA	<b>Propostas</b>	Estabelecimento de uma parceria com a ECOVIA para estruturar um local com infra-estrutura adequada para o atendimento ao caminhoneiro, que demanda do e para o Porto de Paranaguá, e para o usuário da rodovia com origem ou destino nas cidades do litoral, integrado com a divulgação e comercialização de produtos locais, agrícolas e artesanais.
	<b>Justificativa</b>	<p>O transporte das safras de produtos agrícolas, especialmente de grãos, e de produtos manufaturados com destino ou origem no Porto de Paranaguá gera a circulação de cerca de 5.000 caminhões/dia.</p> <p>O atendimento desta demanda é efetuado pela empresa concessionária da rodovia, a ECOVIA, que prepara operações especiais, campanhas de conscientização dos usuários e que disponibiliza serviços 24 horas nos Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU), equipados com telefones, banheiros, fraldários, salas de espera com café e água e, em determinados períodos do ano, ocorrem exposições sobre diversos temas. Os SAU's localizam-se no sentido Paranaguá nos km 35 e km 11 e no sentido Curitiba no km 60.</p> <p>Na época de safra de grãos, entre março e setembro, uma operação especial é programada pela Polícia Rodoviária Federal, restringindo o acesso de caminhões quando o pátio do porto estiver saturado, permitindo fila de caminhões até o km 20 da rodovia, na região de Morretes. A ocorrência de qualquer incidente na logística do escoamento da safra ocasiona transtornos, que se refletem na operação das cargas e descargas dos caminhoneiros, gerando demoras de dias, sem que eles tenham locais adequados para a espera.</p> <p>Durante a temporada de verão, entre novembro e fevereiro, o afluxo de automóveis para o litoral é muito grande, o que caracteriza os condutores e passageiros, sejam turistas ou veranistas, como potenciais usuários de serviços de apoio.</p> <p>Dada tais circunstâncias, seria uma boa oportunidade para a divulgação e comercialização de produtos agrícolas e artesanais de Morretes a estruturação de locais de apoio aos caminhoneiros, onde os mesmos tivessem uma infra-estrutura adequada para a espera do embarque e desembarque de seus produtos, e para os veranistas e turistas, que teriam um local com informações, serviços e produtos locais.</p>
	<b>Prazo de execução</b>	2 anos / Curta Duração
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Entendimentos com a ECOVIA para a formalização da parceria</li> <li>- Análise do trecho para verificação do local mais indicado para a implantação dos centros de apoio</li> <li>- Entendimento com os proprietários dos terrenos</li> <li>- Entendimento com as entidades de produtos locais, agrícolas e artesanais</li> <li>- Elaboração do projeto</li> <li>- Viabilização do projeto</li> <li>- Implantação do projeto</li> <li>- Operacionalização do centro de apoio</li> <li>- Implantação de Portal com informações turísticas junto à BR277</li> </ul>
		  <p style="text-align: center;"><i>Esquema do trecho</i></p>

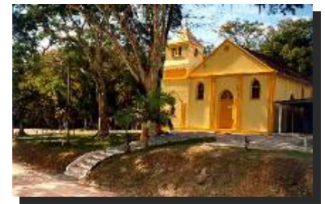
<b>Integração com outros projetos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa de Melhoria na Segurança Viária</li> <li>- Programa de Requalificação das Vias do Sistema Viário Básico</li> <li>- Plano de Paisagem Sustentável com a reestruturação da paisagem urbana</li> <li>- Plano de Desenvolvimento Sustentável do Centro Histórico de Morretes</li> </ul>	
<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal de Morretes ECOVIA	
<b>Parcerias possíveis</b>	Parceria público-privada entre entidades de promoção e apoio ao pequeno agricultor e ao artesanato	
<b>Custo estimado</b>	R\$ 50.000,00	Fotos: Câmeras ECOVIA





FICHA 20		IMPLEMENTAÇÃO DE NÚCLEOS RURAIS (RIO SAGRADO, ANHAIA E SAMBAQUI)
URBANISMO E INFRA-ESTRUTURA	<b>Proposta</b>	Esta proposta tem como objetivo a criação de núcleos rurais em distritos com potencial para abrigar um núcleo regional, não exclusivamente dependente da Sede Municipal, dando apoio às atividades rurais para propiciar maior desenvolvimento. Para isso será necessária a execução de melhorias nas estradas municipais fazendo a interligação dos locais que compõe o grande núcleo proposto.
	<b>Justificativa</b>	O município é dotado de uma vasta zona rural que, com o aumento constante do setor de comércio e serviços, está perdendo a sua força, já que muitas famílias vêm abandonando o trabalho rural em busca de novas oportunidades no Distrito Sede. Foram selecionados três centros rurais com maior influência no município (Rio Sagrado, Anhaia e Sambaqui), os quais se inserem na proposta de estabelecimento de núcleos rurais, visando a inserção de equipamentos urbanos e pequenos serviços a fim de que tais localidades passem a se tornar cada vez mais independentes do Distrito Sede. A presença de núcleos de atendimento ligados às demandas mais urgentes da população, abrangendo assistência social, saúde, educação e lazer são fatores essenciais para fixar uma população. A partir do momento em que os habitantes percebem que suas necessidades estão sendo atendidas em âmbito local, sem necessidade de grandes deslocamentos e viagens, fortalece-se a região como um todo e novas centralidades municipais passam a ser consolidadas. Ganha o município, evitando a sobrecarga populacional do Distrito Sede e incentivando a permanência na zona rural, ampliando a produção e a renda municipal, e ganha a população, que sente imediata melhora na qualidade de vida no próprio local em que vive.
	<b>Prazo de execução</b>	4 anos / média duração
	<b>Ações necessárias</b>	Melhorias nas estradas municipais que realizam a interligação entre os núcleos propostos.
	<b>Integração com outros projetos</b>	- Programa de melhoria na segurança viária - Programa de Intervenção nas estradas rurais municipais - Programa de incentivo ao associativismo para pequenos empreendimentos rurais
	<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal / Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
	<b>Parcerias possíveis</b>	Emater / Secretaria Estadual da Agricultura / Secretaria do Desenvolvimento Urbano
	<b>Custo estimado</b>	R\$ 70.000,00



Igreja do Sambaqui




Igreja do Anhaia

FICHA 21		PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DOS ASSENTAMENTOS DO INCRA
<b>URBANISMO E INFRA-ESTRUTURA</b>	<b>Propostas</b>	Esta proposta refere-se à ordenação do espaço urbano, por meio da regularização do assentamento rural definido pelo INCRA, situado no Distrito Sede, portanto, dentro do perímetro urbano, com necessidade de regularização em função da sua localização que conflita com a sua destinação.
	<b>Justificativa</b>	A definição de assentamentos com destinação rural influi diretamente na questão do uso do solo e em outros aspectos legais. De acordo com a lei e os deveres tributários do cidadão, áreas rurais agrícolas (mesmo que sua produção seja pequena, apenas visando à subsistência e/ou pequeno comércio) devem estar inseridas no perímetro rural do município. O assentamento em questão não é irregular, pois foi definido pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), mas precisa ser discutido, já que está sendo envolto pelo perímetro urbano. A proposta envolve a criação de uma Zona de Ocupação Controlada, a fim de manter a destinação inicial dos lotes, mas sem impedir a expansão natural e o desenvolvimento da área urbana, e a realização de um estudo aprofundado referente às características essenciais do assentamento (dimensões dos lotes, famílias ocupantes, produção etc.). Com tais dados em mãos, dar-se-ia o início do processo de regularização fundiária, documentando a situação das propriedades e buscando-se assim a melhor forma de cumprir os requisitos legais e os padrões urbanísticos, sem gerar ônus às famílias e ao município.
	<b>Prazo de execução</b>	6 anos / Média duração
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Levantamento completo da situação atual das propriedades em questão;</li> <li>- Criação da proposta de regularização fundiária;</li> <li>- Proibir a produção agrícola dentro da área urbana;</li> <li>- Intermediar junto ao INCRA a cessão das áreas de assentamento dentro da área urbana;</li> </ul>
	<b>Integração com outros projetos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação da comissão de regularização fundiária</li> <li>- Plano de Regularização Fundiária</li> </ul>
	<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal de Morretes
	<b>Parcerias possíveis</b>	INCRA / Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Desenvolvimento Urbano, Universidades, etc
<b>Custo estimado</b>	R\$ 45.000,00	  <p style="text-align: center;">Assentamento Nhundiaquara</p>

FICHA 22		DESVIO DO TRÁFEGO DE CARGA DA RODOVIA PR 408
URBANISMO E INFRA-ESTRUTURA	<b>Propostas</b>	Implantação de desvio de tráfego, promovendo uma <b>ligação externa ao centro histórico, com desvio do mesmo</b> , conectando dois segmentos da PR-408, um em direção ao porto de Antonina e outro para a BR-277 (trecho Curitiba/Paranaguá), para que a circulação de veículos de carga não interfira com o tráfego urbano do centro de Morretes.
	<b>Justificativa</b>	<p>A Rodovia PR-408, integrante do Sistema Rodoviário Estadual, caracteriza-se pela infra-estrutura rodoviária destinada a propiciar a ligação de interesse inter-regional, para acesso aos municípios de Morretes, Antonina e Guaraqueçaba, com destaque para o acesso ao porto marítimo de Antonina.</p> <p>Na área urbana de Morretes, a PR-408 encontra-se fragmentada em dois segmentos, um passando pelos bairros Sítio do Campo, Centro e Bairro do Centro, passando pela Rua Visconde do Rio Branco, Rua Romário Martins e Avenida Izabel Monis Brimdarolli, e outro no bairro Barro Branco. A conexão entre os dois segmentos é realizada por vias urbanas que integram ou tangenciam o Setor Histórico e que conflita com o tráfego urbano.</p> <p>A circulação de veículos de carga com destino ou com origem no porto de Antonina, que tem crescido nos últimos anos, tem acarretado transtorno para o trânsito local, em desacordo com a política de desenvolvimento urbano, de transporte, ambiental e institucional.</p> <p>Para amenizar o problema da circulação de carga pela área do Setor Histórico e melhorar o tráfego local foi planejada pelo DER uma nova ligação entre dois pontos da rodovia, entre os bairros Sítio do Campo, Centro e Copel, tendo como condicionante o interesse público, devendo se constituir em alternativa ao tráfego de passagem, direcionando e estruturando o transporte de cargas, bem como o de passageiros para outros municípios, proporcionando uma nova diretriz de desenvolvimento local.</p> <p>O desvio poderá ser um instrumento de ordenação do uso do solo, de modo a promover a integração regional e minimizar os impactos nos ambientes natural e urbano, sendo que há a necessidade de uma gestão apropriada da área, em função do desvio estar localizado em uma área com restrições ambientais.</p>
	<b>Prazo de execução</b>	5 anos / Média Duração
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecimento da "estratégia global" para a implantação do desvio rodoviário, com o planejamento e execução de pesquisas de tráfego e de transporte, revisão do projeto, avaliação dos impactos sobre a estrutura urbana, a comunidade e o meio ambiente.</li> <li>- Elaboração de projetos funcionais, básicos e executivos de infra-estrutura (geometria, drenagem, pavimentação, etc), além de projetos de sinalização viária em geral (horizontal, canalização, vertical), de desapropriação, entre outros.</li> <li>- Alocação de recursos, inserindo a implantação do desvio no orçamento governamental.</li> <li>- Licitação da obra.</li> <li>- Planejamento executivo da obra, em conjunto com a empresa construtora (discussão de métodos construtivos, etapas de obra, períodos e horários para determinados serviços, etc.).</li> <li>- Dispositivos de divulgação (releases para imprensa, reuniões com a comunidade e entidades representativas de</li> </ul>



*Itinerário dos caminhões*

	classes, diagramação de faixas de pano, folhetos informativos para motoristas, pedestres e usuários de transporte coletivo ).	 <p><i>Proposta do desvio</i></p>
<b>Integração com outros projetos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa de Melhoria na Segurança Viária</li> <li>- Programa de Requalificação das Vias do Sistema Viário Básico</li> <li>- Plano de Paisagem Sustentável com a reestruturação da paisagem urbana</li> <li>- Plano de Desenvolvimento Sustentável do Centro Histórico de Morretes</li> </ul>	
<b>Organismo responsável</b>	DER-PR e Prefeitura Municipal de Morretes	
<b>Parcerias possíveis</b>	DER-PR	
<b>Custo estimado</b>	R\$ 2.700.000,00	

FICHA 23		PAVIMENTAÇÃO DO ACESSO AO RECANTO CASCATINHA MARUMBI
<b>URBANISMO E INFRA-ESTRUTURA</b>	<b>Proposta</b>	A proposta visa melhorar a malha viária, por meio de pavimentação do Caminho Cascatinha, desde a Sede, promovendo seu potencial turístico. Sugere-se que a pavimentação adotada seja sobras de paralelepípedos, solução econômica e ambientalmente correta.
	<b>Justificativa</b>	O Recanto Cascatinha Marumbi é um local privilegiado pela natureza, a apenas 5 km do centro da cidade, circundado por um lindo bosque às margens do rio Marumbi. Depois de uma pequena corredeira, o rio se espalha formando um aprazível lago, com profundidade entre 1 e 4 m, sendo um ótimo local para banhos e mergulhos. Um imponente paredão de pedras acompanha o rio por longo percurso à direita. Possui infra-estrutura básica de camping, churrasqueiras, lanchonete, campo de futebol, quadra de vôlei, sanitários e vestiários. O acesso se dá pela Rua Marcos Malucelli e Estrada da América. A proposta visa aumentar o fluxo de visitantes no local, tornando-o mais uma opção de turismo no município. Devido à proximidade com o centro, pode-se prever a pavimentação ao longo do trecho, para maior conforto e segurança aos usuários.
	<b>Prazo de execução</b>	Curta Duração / 4 anos
	<b>Integração com outros projetos</b>	- Intervenção nas Estradas Rurais Municipais
	<b>Ações necessárias</b>	- Elaboração do Projeto (adotar pavimentação do trecho com sobras de paralelepípedos) - Execução da Obra
	<b>Organismo responsável</b>	- Prefeitura Municipal / Sec. Obras
	<b>Parcerias possíveis</b>	Governo Estadual e Federal
	<b>Custo estimado</b>	R\$ 250.000,00





FICHA 24		PADRONIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS URBANOS E COMUNICAÇÃO VISUAL DO MUNICÍPIO	
URBANISMO E INFRA-ESTRUTURA	<b>Proposta</b>	A proposta visa a elaboração de um layout padrão nas instalações e sinalização dos equipamentos sociais e comunitários e nos projetos urbanísticos, melhorando a comunicação visual do Município. É importante que a escolha adotada incorpore elementos representativos da cultura local.	
	<b>Justificativa</b>	A padronização da comunicação visual do mobiliário urbano e dos equipamentos comunitários auxilia a criação de uma identidade municipal e comunicação visual dos serviços prestados à população, visando a harmonia dos elementos construtivos públicos no contexto da paisagem urbana. Além disso, por Morretes ser um município que recebe muitos turistas e visitantes, é fundamental que os elementos públicos sejam de fácil identidade e assimilação visual.	
	<b>Prazo de execução</b>	Curto / 4 anos	
	<b>Integração com outros projetos</b>	- Plano de paisagem Sustentável com a Reestruturação da Paisagem Urbana	
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração de Diagnóstico</li> <li>- Estabelecimento de diretrizes e especificações a serem utilizadas / confecção de</li> <li>- Inventário dos equipamentos existentes;</li> <li>- Plano de Intervenção nos equipamentos existentes</li> <li>- Elaboração do sistema de sinalização e informação para sistema viário (placas com nomes de rua), equipamentos públicos e de serviços, identificação de logradouros, além de outros elementos notáveis da área;</li> <li>- Sinalização de equipamentos comunitários e acessos;</li> <li>- Comunicação visual interna;</li> <li>- Escolha de materiais construtivos;</li> <li>- Elaboração de material técnico para facilitar os projetos futuros;</li> <li>- Confecção de layout e adaptações dos equipamentos existentes;</li> <li>- Aquisição ou produção dos equipamentos urbanos necessários.</li> </ul>	
	<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal de Morretes	
	<b>Parcerias possíveis</b>	Secretaria de Obras / Secretaria de Cultura Técnicos (engenharia, arquitetura, design, etc)	
<b>Custo estimado</b>	R\$ 50.000,00 (valor para a elaboração dos estudos e projetos – não inclui custo com a execução das obras necessárias)		





FICHA 25		PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SUSTENTÁVEL DA ZEIS (Zona Especial de Interesse Social)
SOCIAL	<b>Proposta</b>	Elaboração de Plano de Regularização Fundiária Sustentável das Zonas Especiais de Interesse Social (previsto na Resolução nº 369 de 28 de março de 2006, do CONAMA), com o objetivo de recuperar áreas urbanas com assentamentos informais, além de definir áreas passíveis de receber programas de habitação para população de baixa renda.
	<b>Justificativa</b>	<p>Reconhecer a diversidade de ocupações existente na cidade permite integrar áreas tradicionalmente marginalizadas e melhorar a qualidade de vida da população. Tradicionalmente, a legislação urbanística - e principalmente as chamadas Leis de Uso e Ocupação do Solo ou Leis de Zoneamento - têm se concentrado no estabelecimento de padrões desejáveis para a ocupação de determinadas áreas da cidade. Entretanto, na maioria das cidades a terra urbana infra-estruturada atinge preços altos demais para o poder de compra de grande parte da população. As camadas mais pobres se vêem obrigadas a ocupar terras à margem da legislação, originando loteamentos clandestinos, ocupações e favelas. Esses assentamentos localizam-se, muitas vezes, em regiões ambientalmente frágeis e de difícil urbanização: encostas de morros, várzeas inundáveis ou mangues. Embora estas áreas sejam "protegidas" por legislação de preservação ambiental, sua urbanização muitas vezes é mais densa e devastadora justamente pela ausência de regulamentação. A partir dos anos 80, e como produto sobretudo da luta dos assentamentos irregulares pela não remoção, pela melhoria das condições urbanísticas e regularização fundiária, um novo instrumento urbanístico começou a ser desenhado em várias prefeituras do país: as Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS), ou Áreas de Especial Interesse Social (AEIS). A concepção básica do instrumento das ZEIS é incluir no zoneamento da cidade uma categoria que permita, mediante um plano específico de urbanização, estabelecer padrões urbanísticos próprios para determinados assentamentos.</p> <p>O Estatuto da Cidade prevê vários instrumentos de ordenação urbanística e de inclusão da camada menos favorecida da população, entre eles as ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social. A criação da ZEIS permite:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- a introdução de serviços e infra-estrutura urbana básica, serviços e equipamentos comunitários e habitação de acordo com as necessidades sócio-econômico-culturais dos moradores das ZEIS, melhorando as condições de vida da população;</li> <li>- o incentivo a participação comunitária no processo de urbanização e regularização fundiária das ZEIS;</li> <li>- o respeito à tipicidade e características locais, quando das intervenções urbanísticas;</li> <li>- a preservação do meio ambiente natural e construído;</li> <li>- adequação da propriedade a sua função social, com a priorização do direito de moradia sobre o direito de propriedade;</li> <li>- regularização do conjunto do mercado de terras urbanas, com a inibição da especulação imobiliária em relação às áreas urbanas situadas nas ZEIS, de forma a evitar o processo de expulsão dos moradores.</li> </ul> <p>A Resolução nº 369/2006 do CONAMA cria condições para regularização fundiária de ocupações irregulares em áreas de preservação permanente desde que obedecidos os critérios ali definidos.</p>
	<b>Prazo de</b>	2 anos / Curta duração







<b>execução</b>	Curto, médio e longo prazo	 <p>Residência COHAPAR</p>  <p>Regularização Fundiária, COHAPAR, Andirá-Pr.</p>
<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Levantamento da situação da habitação no município, com a definição da demanda existente.</li> <li>- Definição das áreas destinadas às ZEIS no Plano Diretor, com parâmetros adequados à população carente já existente.</li> <li>- Elaboração do Plano de Regularização Fundiária Sustentável.</li> <li>- Elaboração de programas de habitação social e de implantação de infra-estrutura a fim de complementar o processo de inclusão.</li> </ul> <p>Como exemplo de implantação de zonas especiais de interesse social, há a experiência pioneira de Recife – PE, o PREZEIS. Na década de 80, movimentos populares associados à Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, liderada por Dom Helder Câmara, desenvolveram um novo instrumento de planejamento, as ZEIS. O objetivo inicial desse instrumento era promover a regularização fundiária de assentamentos habitacionais irregulares com concentração de população de baixa renda, assim como de melhoria da infra-estrutura urbana e serviços públicos essenciais.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Regularizar os demais imóveis dentro da área urbana e incentivar a respectiva ocupação;</li> <li>- Onerar os imóveis da área urbana que não possuam edificações / Plano de Regularização Fundiária</li> </ul>	
<b>Integração com outros projetos</b>	Criação da Comissão de Regularização Fundiária	
<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal de Morretes	
<b>Parcerias possíveis</b>	COHAPAR Ministério das Cidades	
<b>Custo estimado</b>	R\$ 80.000,00	





FICHA 26		PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER		
SOCIAL	<b>Proposta</b>	O Plano tem por finalidade informar à todos os órgãos envolvidos e à comunidade a respeito do significado e dos benefícios do lazer e da educação para e pelo lazer. Também, orientar os agentes de educação, incluindo as escolas, a comunidade e as instituições envolvidas na capacitação de recursos humanos sobre os princípios nos quais poderão se desenvolver políticas e estratégias de educação para o lazer. Incluirá do mesmo modo, o desenvolvimento de ações integradas nas áreas do esporte composto por uma série de projetos que visam à reestruturação e revitalização de equipamentos públicos, visando proporcionar atividades de esporte e lazer.		
	<b>Justificativa</b>	<p>As crescentes necessidades e demandas da população por esporte, especialmente o recreativo, reflete a instância de emancipação e desenvolvimento humano. A consolidação do esporte como direito social deve beneficiar a criança, adolescente, jovem, adulto, idoso, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais. O poder público tem o papel de estruturar ações contínuas de esporte que respondam às necessidades localizadas nesse campo da vida social. O esporte é entendido como uma prática social situada no quadro de atividades corporais através da interação das práticas sociais de esporte, jogo, dança e ginástica, dentre outras, materializadas sob a forma de práticas corporais. A atuação na área de esporte deve estimular a sociedade a ter atividades que promovam o bem-estar social.</p> <p>Similarmente, o Lazer se refere a uma área específica da experiência humana com seus próprios benefícios, incluindo liberdade de escolha, criatividade, satisfação, diversão e aumento de prazer e felicidade. Abrange formas amplas de expressão e de atividades cujos elementos são tanto de natureza física quanto intelectual social, artística ou espiritual.</p> <p>É um meio privilegiado para o desenvolvimento pessoal, social e econômico; é um aspecto importante de qualidade de vida. Lazer é também um produto cultural e industrial que gera empregos, bens e serviços. Fatores políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais podem ampliar ou dificultar o lazer.</p> <p>Promove a saúde e o bem-estar geral oferecendo uma variedade de oportunidades que possibilitam aos indivíduos e grupos escolherem atividades e experiências que se adequem às suas próprias necessidades, interesses e preferências. As pessoas atingem seu pleno potencial de lazer quando estão envolvidas nas decisões que determinam as condições de seu lazer. É um direito humano básico, como educação, trabalho e saúde, e ninguém deverá ser privado deste direito por discriminação de sexo, orientação sexual, idade, raça, religião, credo, saúde, deficiência física ou situação econômica.</p> <p>A elaboração de eventos periódicos e de um material que divulgue os principais eventos relacionados a cada uma das modalidades esportivas, aproxima a população da temática, promovendo um maior envolvimento de toda a comunidade. Pode ser incluído também o calendário dos eventos que acontecem em toda a região.</p>		
	<b>Prazo de execução</b>	de	5 anos / Média duração	
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliar a infra-estrutura física do esporte e lazer do município (quadras, ginásios, etc.);</li> <li>- Promover a capacitação profissional dos professores do Departamento de Esportes;</li> <li>- Difundir a política estadual e o plano municipal de desenvolvimento do esporte e lazer, estimulando a demanda pela prática de atividades de esporte e lazer junto à comunidade;</li> </ul>		



	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar um calendário esportivo municipal integrando toda a clientela nas diversas modalidades existentes;</li> <li>- Jogos de Natureza, gincanas ecológicas, atividades recreacionais, divulgação das atividades</li> </ul>	 
<b>Integração com outros projetos</b>	- Implantação do Parque do Nhundiaquara	
<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal de Morretes	
<b>Parcerias possíveis</b>	Secretaria Estadual de Esportes Federações Esportivas ABETA/ SETUR/ SEBRAE	
<b>Custo estimado</b>	R\$ 30.000,00	

FICHA 27		INVENTÁRIO E DIVULGAÇÃO DAS FESTAS RELIGIOSAS	
<b>SOCIAL</b>	<b>Proposta</b>	Levantar os dados históricos e culturais das festas religiosas de cada comunidade e elaboração de elaboração de material de divulgação, especialmente dirigido ao público da terceira idade.	 
	<b>Justificativa</b>	As festas tradicionais do município, por serem muito valorizadas pela população local, especialmente pelas pessoas da terceira idade, podem ser mais bem apreciadas, na medida em que se produza um material explicativo, com síntese e calendário dos eventos.	
	<b>Prazo de execução</b>	Curta Duração / 2 anos	
	<b>Integração com outros projetos</b>	Plano de Desenvolvimento Turístico Cultural	
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Levantamento dos eventos</li> <li>- Contato com população local</li> <li>- Concurso de idéias para material publicitário</li> <li>- Ações de promoção e divulgação</li> </ul>	
	<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal	
	<b>Parcerias possíveis</b>	Igreja Católica Clubes de Terceira Idade Associações de Moradores SETUR/ SEBRAE	
	<b>Custo estimado</b>	R\$ 15.000,00	

FICHA 28		CRIAÇÃO DE UMA USINA CULTURAL	
<b>SOCIAL</b>	<b>Proposta</b>	Utilizar o espaço existente de propriedade do INCRA para instalações de uma unidade autárquica visando o fomento de produções culturais, utilizando como mão-de-obra a oferta, principalmente, da clientela escolar.	 
	<b>Justificativa</b>	A população local, especialmente as crianças e jovens em idade escolar, devem ser incentivadas à prática de produções artístico-culturais que incorpore a rica cultura local. O espaço da Usina é um local apropriado para que se concentrem atividades desta natureza, como cursos, palestras, oficinas. Os temas são variados, como artesanato, teatro, pintura, expressão corporal, educação ambiental, dança e outros. O público-alvo são os estudantes, sendo que os cursos se tornariam complementares às disciplinas escolares obrigatórias, especialmente à educação artística e a educação física. No entanto, os cursos podem ser abertos também à população em geral. É importante que o material produzido seja exposto para apreciação da população e dos turistas.	
	<b>Prazo de execução</b>	Média Duração / 6 anos	
	<b>Integração com outros projetos</b>	Plano de Desenvolvimento Turístico Cultural Programa de Educação Ambiental	
	<b>Ações necessárias</b>	- Adequação do espaço; - Planejamento das atividades; - Capacitação de técnicos; - Divulgação; - Estudos sócio-culturais, bosque e agricultura sustentável.	
	<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal / Secretaria de Educação	
	<b>Parcerias possíveis</b>	INCRA Ministério da Cultura Secretaria Estadual de Cultura EMATER IAP	
<b>Custo estimado</b>	R\$ 200.000,00		



FICHA 29		PLANO DE INCENTIVO AO MICROEMPRESÁRIO	
<b>ECONÔMICO</b>	<b>Proposta</b>	O Plano de incentivo ao microempresário objetiva o aumento da profissionalização das atividades de pequena escala realizadas no município, desenvolvendo na população local a visão empreendedora e capacitando-a para competir no mercado.	
	<b>Justificativa</b>	<p>Este plano busca incentivar o desenvolvimento da atividade de pequena escala, acarretando ainda crescimento econômico e social no município. Para que este programa se fortaleça é necessário: facilitar o acesso ao crédito financeiro, buscar junto à associações de moradores e órgãos locais parcerias objetivando desenvolver oficinas de aperfeiçoamento, implantação de projetos sociais, etc.</p> <p>Esse plano integra-se na 5ª linha de ação do Plano Regional de Desenvolvimento Territorial Sustentável, que está sendo construído pelo CORDRAP - AGROINDÚSTRIA E ARTESANATO LOCAL será buscado a adequação as normas sanitárias, com a qualificação dos produtos tanto da agroindústria como do artesanato e montado planos para a armazenagem e comercialização dos produtos locais</p>	
	<b>Prazo de execução</b>	5 anos / Média duração	
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formação de cursos de capacitação;</li> <li>- Implementação de projetos sociais.</li> </ul>	
	<b>Integração com outros projetos</b>	Programa de Incentivo ao Associativismo para Pequenos Empreendimentos Rurais	
	<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal / Iniciativa Privada	
	<b>Parcerias possíveis</b>	SEBRAE / Banco do Brasil (DRS) / CORDRAP	
	<b>Custo estimado</b>	R\$ 60.000,00	



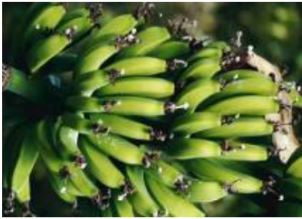

FICHA 30		FOMENTAR A PARCERIA COM ENTIDADES QUE ATUAM NA ÁREA NO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O AUMENTO DE PRODUTIVIDADE – EMATER E OUTRAS	
<b>ECONÓMICO</b>	<b>Proposta</b>	Propõe-se a formação de parceria entre a Secretaria de Agricultura e a Emater, entre outras instituições afins, com o intuito de desenvolver tecnologias que possam colaborar com a cadeia produtiva, aumentando a sua rentabilidade.	
	<b>Justificativa</b>	Atualmente, no município de Morretes, a maior parte da economia gira em torno do turismo e das atividades rurais, sendo a olericultura (pepino, abobrinha, chuchu, tomate, pimentão, feijão-vagem, etc.) a principal atividade seguida pela cultura da banana, maracujá e palmáceas (palmeira real e pupunha), que vem constituindo uma nova atividade agrícola para o município. Na década de 90, o município foi destaque da produção do gengibre “in natura”, sendo ainda em 2006 o produtor do volume de 70 a 90% das exportações e responsável pelo abastecimento completo do produto na região Metropolitana de Curitiba. Porém, devido a práticas inadequadas na sua cultura e à disseminação de doenças, além do aumento no custo de produção esta cultura foi abandonada pelos agricultores. A parceria com a Emater, portanto, seria uma forma eficaz de controle e desenvolvimento, evitando que acontecimentos semelhantes se repitam afetando negativamente a economia do município e trazendo novas tecnologias, conceitos e cursos de capacitação a fim de ampliar a produção de pequenos e grandes produtores, proporcionando maior giro de capital na economia e aumento da rentabilidade, reinserindo o município no mercado exportador.	
	<b>Prazo de execução</b>	2 anos / Curta duração	
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecimento de parceria com a Emater e outras instituições afins</li> <li>- Desenvolvimento de pesquisas e realização de trabalhos junto aos agricultores</li> </ul>	
	<b>Integração com outros projetos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano de Incentivo ao Microempresário</li> <li>- Programa de Incentivo ao Associativismo para Pequenos Empreendimentos Rurais</li> <li>- Programa de Incentivo à Fruticultura</li> <li>- Programa de Incentivo à Agricultura Orgânica</li> </ul>	
	<b>Organismo responsável</b>	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
	<b>Parcerias possíveis</b>	EMATER/IAPAR/ SEBRAE Secretaria do Estado da Agricultura / Banco do Brasil (DRS)	
	<b>Custo estimado</b>	R\$ 100.000,00	





FICHA 31		PROGRAMA DE INCENTIVO AO ASSOCIATIVISMO PARA PEQUENOS EMPREENHIMENTOS RURAIS	
<b>ECONÔMICO</b>	<b>Proposta</b>	Programa integrado entre as Secretarias de Agropecuária, de Meio Ambiente, a Emater e outras instituições correlatas para o fortalecimento das associações/ cooperativas já existentes e criação de outras. Valorização dos produtos produzidos no município.	
	<b>Justificativa</b>	<p>Uma cooperativa é uma sociedade de pessoas com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeita a falência, constituída para prestar serviços a seus associados (número mínimo de 20 pessoas físicas). É uma empresa com dupla natureza, que contempla o lado econômico e o social de seus associados. O cooperado é ao mesmo tempo dono e usuário da cooperativa: enquanto dono ele vai administrar a empresa e enquanto usuário ele vai utilizar os serviços. As associações também possuem o papel de fornecer orientação técnica qualificada e insumos de reconhecida qualidade, para que a atividade agrícola ou pecuária alcance maior produtividade e melhores resultados. Ao exercer uma ação educacional formativa, a cooperativa desenvolve e prepara os cooperados como cidadãos conscientes e participativos para o aprimoramento contínuo de sua atividade, da comunidade e da cooperativa.</p> <p>Morretes apresenta uma quantidade significativa de pequenos produtores rurais, que devem ser estimulados a permanecerem no campo e a desenvolverem sua atividade. A solução em associação ou cooperativa proporciona inúmeras vantagens e facilidades ao associado, que pode crescer coletivamente e expandir sua produção. As cooperativas adquirem força no país, com a união dos cooperados para: a venda organizada de seus produtos; serviços conjuntos de armazenagem; requerer direitos; comprar insumos em quantidade; suporte social; além de outras ações que facilitam a vida do pequeno empreendedor rural.</p>	 <p>Produção Municipal</p>
	<b>Prazo de execução</b>	5 anos / Média Duração	
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificação das áreas produtivas mais afeitas ao associativismo/ cooperativismo;</li> <li>- Desenvolvimento de programa de capacitação dos produtores para a formação de associações/ cooperativas de pequenos produtores rurais.</li> <li>- Desenvolvimento de programas de capacitação das cooperativas nas áreas de produção.</li> </ul>	
	<b>Integração com outros projetos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano de Incentivo ao Microempresário</li> <li>- Parceria com a Emater no desenvolvimento de tecnologias para o aumento de produtividade</li> <li>- Programa de Incentivo à Fruticultura</li> <li>- Programa de Incentivo à Agricultura Orgânica</li> </ul>	 <p>Aumento do maquinário agrícola com cooperativismo</p>
	<b>Organismo responsável</b>	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
	<b>Parcerias possíveis</b>	O SEBRAE apresenta um programa de financiamento para novas cooperativas, além de treinamento e assessorias para os interessados. Banco do Brasil (DRS)	
	<b>Custo estimado</b>	R\$ 30.000,00	





FICHA 32		PROGRAMA DE INCENTIVO A FRUTICULTURA		
ECONÓMICO	<b>Proposta</b>	<p>Trabalho integrado entre a Secretaria de Agropecuária, IAPAR e a Emater para a implementação de um programa de incentivo à fruticultura no Município.</p> <p>Este programa tem como objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Atualizar-se constantemente quanto aos problemas na produção de frutas através do acompanhamento sistemático dos sistemas de produção predominantes no município com a participação de profissionais especializados;</li> <li>- Implantar tecnologias para melhorar a produtividade e qualidade dos produtos frutícolas.</li> <li>- Acompanhar e utilizar-se do zoneamento agroclimático da fruticultura para melhorar o sistema;</li> <li>- Buscar conhecimentos básicos orientados para substituição de técnicas de produção de alto custo e comprometedoras com o ambiente e com a saúde humana;</li> <li>- Promover o intercâmbio de informações e materiais de pesquisa com entidades especializadas;</li> <li>- Buscar a integração com outros programas visando a validação de sistemas de exploração agrícola rentáveis e equilibrados.</li> </ul>		
	<b>Justificativa</b>	<p>A fruticultura tem grande potencial de desenvolvimento na região de Morretes, estando a cultura de alguns frutos, como a banana e o maracujá, por exemplo, entre alguns dos principais produtos agrícolas cultivados no município. Deve ser desenvolvido um programa de incentivo junto aos pequenos produtores para a formação de pomares, também com o objetivo do uso para produção artesanal de subprodutos típicos do município, sendo esta transformação de produtos vital para agregar valor à produção e gerar empregos locais. Para isto é interessante a criação de uma associação de produtores que teriam a assessoria de técnicos da EMATER para montar uma estrutura de produção e gerencial que dentro de poucos anos possa estar produzindo seus frutos.</p> <p>De acordo com os técnicos agropecuários da Emater, a fruticultura é uma alternativa de alta rentabilidade. "A fruticultura é cerca de 10 a 15 vezes mais rentável que a soja. Em um hectare com fruta se ganha mais do que em 10 hectares plantados com soja, por isso que a atividade é ideal para os pequenos produtores, que não dispõem de uma área grande de terra".</p> <p>Além disso, das frutas podem ser fabricados subprodutos, o que pode ser feito na própria propriedade. "A transformação da fruta em geléias, sucos, entre outros, agrega valor ao produto e ainda garante maior tempo para a comercialização".</p>		
	<b>Prazo de execução</b>	5 anos		
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cursos de informação e formação para os pequenos agricultores locais.</li> <li>- Identificação das áreas produtivas mais apropriadas, e das espécies mais adaptáveis à região e seu solo.</li> <li>- Desenvolvimento de programa de capacitação dos produtores.</li> <li>- Desenvolvimento de programas de capacitação das associações nas áreas de produção.</li> </ul>		

	- Criação de um viveiro municipal para fornecimento de mudas de qualidade e a baixo preço com incentivo para os produtores locais	
<b>Integração com outros projetos</b>	Incentivo ao Associativismo para pequenos empreendimentos rurais	
<b>Organismo responsável</b>	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
<b>Parcerias possíveis</b>	EMATER/IAPAR/ SEBRAE Secretaria do Estado da Agricultura. Banco do Brasil (DRS)	
<b>Custo estimado</b>	R\$ 36.000,00	

FICHA 33		PROGRAMA DE INCENTIVO À AGRICULTURA ORGÂNICA	
ECONÓMICO	<b>Proposta</b>	O Programa de Incentivo a Agricultura Orgânica procura disponibilizar aos produtores rurais o conhecimento necessário para que estes reavaliem os métodos utilizados, de maneira a reduzir ao mínimo os impactos da atividade rural no meio ambiente.	
	<b>Justificativa</b>	Agricultura orgânica ou agricultura biológica é o termo usado para definir a produção de alimentos e produtos animais e vegetais que não fazem uso de fertilizantes sintéticos de alta solubilidade e agrotóxicos, além de reguladores de crescimento e aditivos sintéticos para a alimentação animal. Sempre que possível, baseia-se no uso de esterco animal, rotação de culturas, adubação verde, compostagem e controle biológico de pragas e doenças. Busca manter a estrutura e produtividade do solo, trabalhando em harmonia com a natureza. Além disso, este tipo de cultura reduz os impactos sobre o solo, fator de vital importância em Morretes já que há uma grande extensão de áreas de preservação em seu território.	
	<b>Prazo de execução</b>	4 anos / Curta Duração	
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvimento de programa de capacitação para os produtores rurais.</li> <li>- Acompanhamento das práticas agrícolas, com a oferta de assessoria técnica gratuita.</li> <li>- Incentivar os agricultores a emitir as notas fiscais do produtor rural.</li> </ul>	
	<b>Integração com outros projetos</b>	- Incentivo ao Associativismo para pequenos empreendimentos rurais	
	<b>Organismo responsável</b>	Secretaria de Agricultura do Município	
	<b>Parcerias possíveis</b>	EMATER/IAPAR/ SEBRAE/ Secretaria do Estado da Agricultura e do Abastecimento	
	<b>Custo estimado</b>	R\$ 52.000,00	





FICHA 34	<b>PROMOVER A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO CORDRAP – Conselho Regional de Desenvolvimento Rural, Pesqueiro e do Artesanato do Litoral Paranaense</b>	
Proposta	A proposta refere-se à inserção do município de Morretes no Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Pesqueiro e do Artesanato do Litoral Paranaense, iniciando sua participação nas linhas de ação prioritárias definidas pela criação das câmaras técnicas.	
Justificativa	<p>O Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Pesqueiro e do Artesanato do Litoral Paranaense é um órgão representativo, paritário, dos agricultores familiares, pescadores artesanais, artesãos, suas famílias e as representações dos executivos e legislativos municipais, entidades públicas e privadas com atuação na região. A proposta da participação do município de Morretes neste conselho vem a ser de extrema valia para a comunidade local e para o município: o órgão tem como objetivo a melhoria na qualidade de vida das populações rurais, pesqueiras, artesãos e famílias, além de promover o Desenvolvimento Territorial Sustentável. Para tanto, foram definidas seis Câmaras Técnicas que auxiliarão a coordenação executiva do Conselho na construção contínua do Plano Territorial de Desenvolvimento Eco Sustentável, sendo que as mesmas iniciaram recentemente as suas primeiras reuniões e articulações de funcionamento. As câmaras técnicas que definem as linhas de ação do Conselho são: Manejo Sustentável e Recursos Naturais, Regularização Fundiária, Agroecologia, Infra-Estrutura e Serviços, Pesca e Aqüicultura e de Artesanato. O CORDRAP se responsabilizará por diversos itens administrativos referentes às atividades supracitadas, podendo ser citadas as seguintes competências do órgão:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Participação na elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento Territorial Sustentável (PRDTS), acompanhando, atualizando e avaliando sua execução;</li> <li>- Elaborar o Plano operativo anual, articulando as ações dos vários organismos;</li> <li>- Decidir sobre a distribuição de recursos de qualquer origem destinados ao Desenvolvimento Territorial no atendimento no meio rural, pesqueiro e artesanato;</li> <li>- Acompanhar, apoiar e avaliar a execução dos planos, programas e projetos para o meio rural, pesqueiro e artesanato em desenvolvimento na região;</li> <li>- Analisar e sugerir alternativas com eficiência econômica, equilíbrio ambiental e justiça social;</li> <li>- Elaborar, discutir e dar parecer sobre convênios com órgãos federais, estaduais, municipais e outras instituições;</li> <li>- Avaliar permanentemente a atuação das Secretarias e Departamentos das Prefeituras Municipais e demais órgãos estaduais, federais e entidades conveniadas;</li> <li>- Participar de comissões e estudos, acompanhar licitações e fiscalizar as obras implementadas no meio rural e pesqueiro da região;</li> <li>- Mediar situações de conflito.</li> </ul> <p>Deste modo, a participação ativa do município no Conselho trará inúmeros benefícios diretos e indiretos ao município, que participará de ações de desenvolvimento econômico e preservação natural, além de se interligar a outros municípios do litoral paranaense e ainda a órgãos e instituições públicas (IAPAR, IBAMA, IAP, FETAEP, PROVOPAR, SEBRAE etc.), facilitando parcerias e consolidando ainda mais a economia local.</p>	

Debate do Cordrap sobre o desenvolvimento sustentável.

<b>Prazo de execução</b>	10 anos / Longa Duração	
<b>Ações necessárias</b>	- Seleção de membros componentes do poder executivo e legislativo a fim de representar o município ativamente no Conselho; - Cadastramento da comunidade que desenvolve atividades relacionadas às ações propostas.	
<b>Integração com outros projetos</b>	- Incentivo ao Associativismo para pequenos empreendimentos rurais; - Plano de Incentivo ao Microempresário; - Parceria com a EMATER no desenvolvimento de tecnologias para o aumento da produtividade.	
<b>Organismo responsável</b>	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
<b>Parcerias possíveis</b>	EMATER / IAPAR / SEBRAE / Secretaria do Estado da Agricultura	
<b>Custo estimado</b>	-	



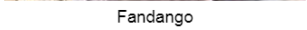

FICHA 35		FOMENTAR A INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIAS “SEM CHAMINÉS” E QUE PROMOAM A INDUSTRIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS LOCAIS
<b>ECONÓMICO</b>	<b>Proposta</b>	Instalação de um parque industrial que vise atrair investidores, dentro de um segmento industrial com baixos impactos ambientais e que em sua concepção seja utilizada a mão-de-obra local, através de um processo cooperativo preferencialmente, desonerando as obrigações patronais.
	<b>Justificativa</b>	A instalação de indústrias gera recursos, oferta de empregos e desenvolvimento aos municípios. Em Morretes, devido à sua localização em plena mata atlântica, é importante priorizar indústrias limpas, que não gerem grandes impactos ao meio ambiente. Também é importante se incentive a agregação de valor aos produtos locais, como a banana. De modo geral, os produtos escolhidos são aqueles que apresentam agregação de valor através de trabalhos de processamento ecológico, de forma cooperativa preferencialmente. Como sugestão, a fábrica de suco de banana e a produção de frutas desidratadas. Como regra geral, utilizar a mão-de-obra local e a organização em forma de cooperativas.
	<b>Prazo de execução</b>	Curta Duração / 3 anos
	<b>Integração com outros projetos</b>	Incentivo ao Associativismo para pequenos empreendimentos rurais; - Plano de Incentivo ao Microempresário; - Parceria com a EMATER no desenvolvimento de tecnologias para o aumento da produtividade
	<b>Ações necessárias</b>	- Estudo para escolha das áreas; - Definição de regras gerais do projeto; - Política de incentivos.
	<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal Secret Estadual de Indústria e Comércio Associações Comerciais OCEPAR
	<b>Parcerias possíveis</b>	Parcerias público-privadas
	<b>Custo estimado</b>	R\$ 20.000,00 para estudos e marketing



FICHA 36		PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO AMBIENTAL		
TURISMO	<b>Proposta</b>	<p>A proposta refere-se basicamente a compatibilização do desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, atendendo às necessidades do turista e desenvolvendo a economia local buscando incentivar a participação ativa da sociedade e fomentar o desenvolvimento do turismo sustentável no município. Este item também incluirá a imposição de normas de padronização e segurança aprovadas e adotadas pelo Ministério do Turismo em conjunto com a ABETA (Associação Brasileira do Turismo de Aventura). Visa também a realização de pesquisas constantes sobre o perfil e o fluxo de visitantes e turistas no município, de modo a atendê-lo da melhor forma.</p> <p>Sub-proposta: <i>Utilização da área da Usina Central como área de lazer e preservação modelo da mata ciliar existente naquela local.</i></p>		
	<b>Justificativa</b>	<p>O município apresenta em toda a sua extensão áreas verdes, rios, cascatas e picos que são muito procurados por turistas, sendo o turismo uma das principais atividades econômicas locais. Através do Plano de Desenvolvimento Turístico e Ambiental serão executadas ações de preservação do meio ambiente bem como sua utilização sustentável por meio do ecoturismo.</p> <p>Segundo a Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo), o <b>Ecoturismo</b> é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas. Das diferenças existentes entre o turismo comum (clássico) e o ecoturismo (turismo ecológico) ressalta-se que enquanto no turismo clássico as pessoas apenas contemplam estaticamente o que elas conseguem ver sem muita participação ativa, no ecoturismo existe movimento, ação e as pessoas, na busca de experiências únicas e exclusivas, caminham, carregam mochilas, suam, tomam chuva e sol, tendo um contato muito mais próximo com a natureza. O ecoturismo ainda se diferencia por passar informações e curiosidades relacionados com a natureza, os costumes e a história local o que acaba possibilitando uma integração mais educativa e envolvente com a região.</p> <p>Considerando que o Ecoturismo é uma tendência em termos de turismo mundial que aponta para o uso sustentável de atrativos no meio ambiente e nas manifestações culturais, devemos ter em conta que somente teremos condições de sustentabilidade caso haja harmonia e equilíbrio no "diálogo" entre os seguintes fatores: resultado econômico, mínimos impactos ambientais e culturais, satisfação do ecoturista (visitante, cliente, usuário) e da comunidade (visitada).</p> <p>Nesse sentido, podem ser desenvolvidos programas voltados para o eco-turismo e turismo de aventura com o envolvimento da população local, capacitando-a para a exploração econômica dessa atividade.</p>		
	<b>Prazo de execução</b>	5 anos / Curta Duração		
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificação de setores mais procurados e acessíveis a fim de estabelecer infra-estrutura básica necessária para atendimento ao turista;</li> <li>- Controle de tais setores e incentivo à educação ambiental a fim de preservar o meio e o bioma.</li> <li>- Capacitar os técnicos para melhor atendimento do turista, inclusive quanto à conversação em inglês.</li> <li>- Elaborar o calendário anual de festas relacionadas ao turismo e inseri-lo no site do município;</li> </ul>		




<p><b>Integração com outros projetos</b></p>	<p>- Pesquisas constantes para conhecimento das demandas e atendimento aos turistas.</p> <p>- Plano de Desenvolvimento Turístico Cultural</p> <p>- Plano de Paisagem Sustentável com a reestruturação da paisagem urbana;</p> <p>- Implantação do Parque do Nhundiaquara;</p> <p>- Programa de Educação Ambiental;</p> <p>- Programa de melhoria na Segurança Viária;</p> <p>- Programa de Requalificação da Graciosa.</p>	
<p><b>Organismo responsável</b></p>	<p>Prefeitura Municipal</p>	<p>Caminho do Itupava</p>
<p><b>Parcerias possíveis</b></p>	<p>O PRODETUR SUL, um programa do governo federal para incentivo ao turismo regional, para os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. O PRODETUR visa o aumento da participação da receita turística regional na receita nacional, mediante ações que aumentem a diversidade e a qualidade dos produtos e serviços turísticos ofertados. Para tanto, objetiva consolidar, ampliar e melhorar a qualidade da infraestrutura turística da área selecionada. É um programa de gestão compartilhada para viabilizar recursos financeiros, por meio do Banco do Brasil, junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) com a Coordenação Nacional do Ministério do Turismo MTur.</p> <p>Entretanto, o programa exige a comprovação do potencial turístico da área onde se pretende alocar investimentos. O primeiro documento é o Marco Lógico, elaborado de forma participativa entre governo, iniciativa privada e sociedade civil, em que são levantados os problemas, propostas e possíveis soluções para o desenvolvimento do turismo na região. O segundo documento é o PAT (Perfil da área turística), em que as justificativas do projeto e diagnóstico da área são levantados, além de informações sobre infra-estrutura, economia, sociedade, meio ambiente e saúde são descritos. Com base nestes últimos dados, é realizado o PDITS (Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável), que discorre sobre as estratégias a serem executadas, quando da oficialização do investimento. O programa também exige que os municípios beneficiados possuam Plano Diretor, a fim de organizar os investimentos a partir das diretrizes estabelecidas pelo plano.</p> <p>O Banco do Brasil é o agente financeiro oficial do Programa, a quem cabe contratar os sub-empréstimos com os Estados; analisar e aprovar a documentação técnica (projetos, especificações, orçamentos, etc.); monitorar as ações e a execução física e financeira, dentre outras. Para os investimentos iniciais do Programa, a área prioritária aprovada pelo Ministério do Turismo e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID é a de Foz do Iguaçu e região. Porém, as outras áreas de investimento no Estado não foram ainda identificadas. É de competência da Secretaria de Estado do Turismo, a identificação das demais áreas turísticas a serem beneficiadas pelo Programa, bem como a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS de cada área, em articulação com as demais Secretarias de Estado.</p> <p>Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT)</p> <p>SETUR (Secretaria Estadual do Turismo)</p>	
<p><b>Custo estimado</b></p>	<p>R\$ 240.000,00</p>	<p>Estrada da Graciosa</p>

FICHA 37		PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO HISTÓRICO CULTURAL	
TURISMO	<b>Proposta</b>	A proposta visa compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação do patrimônio histórico-cultural, incentivando e divulgando atividades e programas culturais municipais, como festas, feiras, artesanato e danças típicas, como por exemplo, o fandango. Visa também a realização de pesquisas constantes sobre o perfil e o fluxo de visitantes e turistas no município, de modo a atendê-lo da melhor forma.	
	<b>Justificativa</b>	O município apresenta um grande número de unidades comerciais e gastronômicas que se destinam ao atendimento de turistas. Conforme citado no item anterior, o turismo é uma das principais atividades econômicas locais, sendo também a principal fonte de renda de diversas famílias de pequenos produtores que comercializam produtos artesanais. O Plano de Desenvolvimento Cultural visa dar continuidade aos investimentos já realizados na questão referente ao patrimônio histórico e aos eventos realizados em Morretes anualmente. Entre estes, pode ser citada a "Festa Feira", um dos maiores eventos realizados no município, o Carnaval de rua e a Feira das Flores, entre outros. Referente à questão do patrimônio histórico, será proposta a revitalização e recuperação de edifícios tombados bem como do centro histórico, além do incentivo à constante manutenção. Com melhorias logísticas e na paisagem, o turista se sentirá ainda mais atraído a frequentar o município, que pode ainda ofertar à população local cursos e capacitação profissional a fim de fortalecer o setor, proporcionando qualidade no atendimento ao turista e reconhecimento à excelência na prestação dos serviços ofertados.	
	<b>Prazo de execução</b>	5 anos / Curta Duração	
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificação das áreas com alto potencial turístico para desenvolvimento de projetos de otimização pontual;</li> <li>- Restrição do tráfego de veículos dentro do perímetro do Centro Histórico de Morretes;</li> <li>- Pesquisas constantes para conhecimento das demandas e atendimento aos turistas;</li> <li>- Fortalecimento de atividades culturais tradicionais do município.</li> </ul>	
	<b>Integração com outros projetos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano de Desenvolvimento Turístico Cultural</li> <li>- Plano de Paisagem Sustentável com a reestruturação da paisagem urbana;</li> <li>- Programa de melhoria na Segurança Viária.</li> </ul>	
	<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal	
	<b>Parcerias possíveis</b>	Programa Nacional de Incentivo à Cultura (Pronac) SETUR	
	<b>Custo estimado</b>	R\$ 140.000,00	



FICHA 38		IMPLANTAÇÃO DE PORTAIS TURÍSTICOS NO MUNICÍPIO	
<b>TURISMO</b>	<b>Proposta</b>	Visa a implantação de dois portais turísticos em Morretes: um próximo à Vila das Palmeiras e outro no trevo do São João da Graciosa.	
	<b>Justificativa</b>	Estes portais servirão para orientação, divulgação e pesquisas da cidade e do litoral junto aos turistas.	
	<b>Prazo de execução</b>	Curta Duração / 3 anos	
	<b>Integração com outros projetos</b>	Plano de Desenvolvimento Turístico Ambiental Plano de Desenvolvimento Turístico Cultural	
	<b>Ações necessárias</b>	- Elaboração de projetos (pode ser concurso, sendo a escolha final democrática e com a participação da população) - Compatibilização com a instalação de pontos de Informação em local central	
	<b>Organismo responsável</b>	SETUR / Prefeitura de Morretes	
	<b>Parcerias possíveis</b>	Governo Estadual e Governo Federal	
	<b>Custo estimado</b>	R\$ 400.00,00	





FICHA 39		DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NÁUTICO	
<b>TURISMO</b>	<b>Proposta</b>	Promover a realização de passeios de barco saindo de Barreiros em direção às ilhas, incentivando este tipo de turismo no município e aproveitando a mão-de-obra e infra-estrutura local.	
	<b>Justificativa</b>	O turismo náutico ainda é pouco explorado em Morretes, apesar de apresentar potencial para isto. Assim, com a inclusão da população local, é possível o incremento destas atividades, de modo a fornecer uma opção a mais de lazer para os turistas e visitantes. As explorações da ilhas da região, a partir do Porto de Barreiros, torna-se uma alternativa barata e viável, mesmo a curto prazo.	
	<b>Prazo de execução</b>	Curta Duração / 2 anos	
	<b>Integração com outros projetos</b>	Plano de Desenvolvimento Turístico Ambiental	
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Regulamentação da atividade</li> <li>- Cadastro de barqueiros</li> <li>- Definição de normas de segurança – para os turistas e para o meio ambiente</li> <li>- Adequação da área de embarque, se necessário</li> <li>- Divulgação</li> </ul>	
	<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal Iniciativa Privada	
	<b>Parcerias possíveis</b>	ECOPARANÁ SETUR	
<b>Custo estimado</b>	R\$ 20.000,00		

FICHA 40		ATIVACÃO DO COMTUR E FUMTUR DE MORRETES	
TURISMO	<b>Proposta</b>	A proposta tem como objetivo principal ativar o COMTUR Conselho Municipal de Turismo e o FUMTUR Fundo Municipal de Turismo, visando ordenar o crescimento da atividade turística na cidade. <i>Administração mista na gestão da "fábrica de eventos": Poder Público e Empresários</i>	
	<b>Justificativa</b>	O extremo potencial turístico do Município demanda a implementação de um conselho responsável pelas discussões e pela ordenação da atividade.	
	<b>Prazo de execução</b>	Curta Duração / 2 anos	
	<b>Integração com outros projetos</b>	Integra-se a todos os projetos da área de turismo	
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instituição do conselho e do fundo</li> <li>- Elaboração do regimento interno</li> <li>- Discussão de elaboração de legislação específica para o turismo no Município</li> <li>- Agenda de reuniões</li> <li>- Divulgação de resultados</li> <li>- Consulta à população</li> </ul>	
	<b>Organismo responsável</b>	"Tripé": Poder Público, Iniciativa Privada e População Coordenação da Prefeitura Municipal	
	<b>Parcerias possíveis</b>	Empreendedores / Municípios vizinhos	
	<b>Custo estimado</b>	Sem custos (apenas custos administrativos)	






FICHA 41		OTIMIZAÇÃO DA LINHA FÉRREA PARA TURISMO E TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	
<b>TURISMO</b>	<b>Proposta</b>	Priorizar a existência de uma litorina para passeio turístico e estudar a possibilidade de utilização para transporte de passageiros via Antonina/Paranaguá. Dotar o município de uma estrutura que contribuirá para formatação de roteiros turísticos e deslocamento de moradores entre Morretes, Antonina e Paranaguá.	 
	<b>Justificativa</b>	No Brasil, o transporte de passageiros utiliza principalmente o modal rodoviário, embora o ferroviário apresente algumas vantagens como custos, atendimento de maior número de usuários, pouca manutenção e principalmente, infra-estrutura já instalada. Assim, para se otimizar o transporte turístico de passageiros, sugere-se a priorização da litorina sobre o trem comum. É importante também a viabilidade da utilização do sistema já instalado para passageiros da região, especialmente entre Morretes, Antonina e Paranaguá. Através de estudos, é possível a verificação da viabilidade do projeto e a escolha das melhores soluções.	
	<b>Prazo de execução</b>	Média Duração / 8 anos	
	<b>Integração com outros projetos</b>	- Plano de Desenvolvimento Turístico Ambiental - Plano de Desenvolvimento Turístico Cultural	
	<b>Ações necessárias</b>	- Estudo de viabilidade econômica-financeira - Participação da população - Envolvimento dos responsáveis	
	<b>Organismo responsável</b>	Prefeituras Municipais de Morretes, Antonina e Paranaguá ALL Serra Verde Express	
	<b>Parcerias possíveis</b>	SETUR / SEEC / Secretaria de Transportes Ministério do Turismo Governo Federal	
	<b>Custo estimado</b>	R\$ 40.000,00 (para elaboração do projeto)	



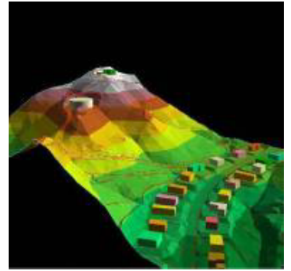
FICHA 42		PLANO DE GESTÃO DA CASA ROCHA POMBO	
TURISMO	<b>Proposta</b>	Uma das ações específicas é o aumento do acervo e reabertura do Centro Cultural da Casa Rocha Pombo, pois embora já esteja cadastrado no Sistema Brasileiro de Museus, ainda carece de ações específicas para ampliação, gestão do acervo e para o cumprimento de sua missão de "divulgar e preservar a memória histórica e cultural dos filhos ilustres de Morretes". Assim, a proposta visa utilizar a edificação histórica Casa Rocha Pombo para a implantação de um museu municipal, com a participação da comunidade.	 
	<b>Justificativa</b>	<p><i>Os museus são casas que guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e intuições que ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas. Os museus são pontes, portas e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes.</i> (Sistema Brasileiro de Museus)</p> <p>A Casa Rocha Pombo, devido ao seu grande valor histórico-cultural, é um lugar ideal para a implementação de um espaço que promova a conservação dos valores culturais do município e região.</p> <p>A casa é uma homenagem a Rocha Pombo, que, nascido em Morretes, tornou-se uma das maiores expressões paraense como historiador, escritor, professor e político. Suas características arquitetônicas são simples, em estilo colonial da época dos jesuítas e foi construída em duas frentes, uma para a cidade e outra para o rio Nhundiaquara. Nela funciona um centro cultural, além de expor a maquete da Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi em escala 1:5000.</p> <p>Em uma das salas da Casa Rocha Pombo havia um espaço cultural com um acervo considerável, constituído por objetos do início do século XIX, todos doados pela comunidade, e que era coordenado pela diretora da cultura, Profª Helmosa Salomão Richter (<i>in memoriam</i>), o qual funcionou até o mês de junho de 1996. No início da atual administração, em janeiro de 2001, foram encontradas apenas duas telas sobre óleo e uma licoreira em madeira que pertenceu ao poeta Silveira Neto. Em 2003, a casa foi assaltada e uma parte da casa incendiada. Por segurança permanece fechada até os dias de hoje. Está sendo providenciado o projeto de reforma, por se tratar de um imóvel tombado pelo Patrimônio Histórico.</p>	
	<b>Prazo de execução</b>	Curta Duração / 3 anos	
	<b>Integração com outros projetos</b>	- Plano de Desenvolvimento Turístico Cultural	
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover o envolvimento da comunidade no projeto, por meio de reuniões junto a associações, escolas, igrejas para despertar nas pessoas a importância de se montar um museu em Morretes;</li> <li>- Revitalização do Patrimônio Histórico de Morretes – reforma;</li> <li>- Levantamento de acervo no município.</li> </ul> <p>Diretrizes gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Funções dos museus: preservação, investigação e comunicação;</li> <li>- Projeto e fomento: conceitos básicos;</li> <li>- Fontes de financiamento e captação de recursos;</li> </ul>	



	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fomento a "Associações de Amigos e de Apoio aos Museus";</li> <li>- Fomento à ações educativas – compromisso social dos museus;</li> <li>- Estabelecimento de política para preservação, conservação e restauração do acervo;</li> <li>- Gestão do acervo;</li> <li>- Instituição de sistemas informatizados</li> <li>- Capacitação das equipes técnica, administrativas e de apoio;</li> <li>- Atendimento aos usuários;</li> <li>- Gerenciamento das exposições de curta, média e longa duração;</li> <li>- Processos de documentação e divulgação;</li> <li>- Pesquisa e avaliação: usuários e beneficiários, resultados alcançados e impacto social das exposições.</li> <li>- Espaços: parâmetros básicos para conservação e acréscimos em edifícios e sítios de valor cultural; sistemas construtivos, estruturas, instalações, equipamentos, parâmetros de segurança, acessibilidade e conforto ambiental, fluxos, usos e serviços.</li> <li>- Incentivo do museu como produto turístico;</li> <li>- Adequação à acessibilidade universal.</li> </ul>	
<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal de Morretes, Iniciativa Privada e População	
<b>Parcerias possíveis</b>	Governo Estadual / SEEC / SETUR Ministério da Cultura / IPHAN	
<b>Custo estimado</b>	R\$ 400.000,00	

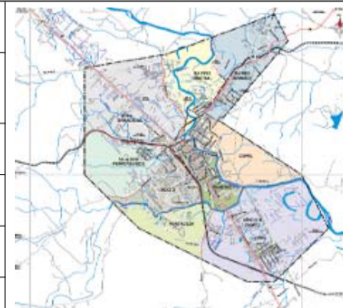
FICHA 43		IMPLEMENTAÇÃO DO ROTEIRO TURÍSTICO MUNICIPAL E DOS ROTEIROS INTER-MUNICIPAIS	
<b>ECONÔMICO</b>	<b>Proposta</b>	<p>Criação de roteiros municipais que possam introduzir a produção agrícola e artesanal no cenário turístico local e incluir roteiros turísticos integrados entre Morretes, Antonina, Paranaguá e Guaraqueçaba.</p> <p>Propostas específicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Inclusão das propriedades familiares no roteiro do turismo rural, agregando valor aos produtos da produção familiar.</li> <li>- Criação de um ponto de venda às margens da BR277 do tipo "leve Morretes"</li> </ul>	  
	<b>Justificativa</b>	<p>Morretes, bem como os municípios de Antonina, Paranaguá e Guaraqueçaba, apresentam extensos espaços destinados à atividade rural, que aliados à natureza e aos aspectos histórico-culturais, podem se configurar em roteiros turísticos e de lazer, trazendo maior visibilidade e renda à população. A parceria com mais municípios permitirá maior promoção desses atrativos, que poderão ser mais bem comercializados turisticamente. Em Morretes, especificamente, as rotas turísticas podem ser embasadas na campanha publicitária "Sua natureza é encantar".</p>	
	<b>Prazo de execução</b>	Curta Duração / 3 anos	
	<b>Integração com outros projetos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano de Desenvolvimento Turístico Ambiental</li> <li>- Plano de Desenvolvimento Turístico Cultural</li> </ul>	
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Levantamento prévio da produção agrícola e artesanal de interesse para o projeto;</li> <li>- Definição dos roteiros locais (compatibilizado aos Planos de Desenvolvimento Turístico Ambiental e Cultural);</li> <li>- Definir, em conjunto com os demais municípios, os roteiros inter-municipais prioritários;</li> <li>- Implantação de infra-estrutura e equipamentos;</li> <li>- Elaboração de marketing e comunicação visual;</li> <li>- Capacitação dos envolvidos – técnicos, proprietários, guias, população em geral.</li> </ul>	
	<b>Organismo responsável</b>	<p>Prefeituras Municipais de Morretes, Antonina, Guaraqueçaba e Paranaguá e suas respectivas Secretarias Municipais de Turismo</p> <p>Conselhos Municipais de Turismo</p> <p>Governo Estadual / Paraná Turismo / SETUR</p> <p>Sec. Meio Ambiente e Agricultura</p> <p>EMATER</p>	
	<b>Parcerias possíveis</b>	<p>SEBRAE / Associações locais Agências</p> <p>Operadoras e Receptivos</p>	
	<b>Custo estimado</b>	R\$ 90.000,00 (prever ações de continuidade)	


FICHA 44		SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA O MUNICÍPIO E DO CADASTRO TÉCNICO MUNICIPAL	
INSTITUCIONAL	<b>Proposta</b>	Implementar o sistema de informações para o Município e do Cadastro Técnico Municipal	
	<b>Justificativa</b>	<p>O Cadastro Técnico Municipal de cidades passou a ganhar bastante atenção desde que a Lei de Responsabilidade Fiscal foi criada, a qual estabelece que todos os municípios devem "...realizar o mapeamento de sua área urbana e avaliação minuciosa dos imóveis com fins de cobrança de impostos...". Além disso, também pela possibilidade de desenvolver estudos de viabilidade para futuras obras públicas, levantando demandas e expansão da infra-estrutura urbana, previsão de custos – quando da desapropriação, e muitas outras projeções da gestão administrativa.</p> <p>Torna-se extremamente importante o desenvolvimento de um sistema digital de informação cadastral abrangente, que possibilite desde uma atualização dinâmica da base de dados espaciais, obtenção de medidas fidedignas da área urbana, assim como consultas eficientes aos boletins de cadastros, bem como uma visualização do mapa digital dos imóveis pesquisados. Esse sistema deveria também ser implementado para uma plataforma computacional simples, de uso corriqueiro nessas instituições, bem como com interfaces amigáveis, as quais não demandem intenso treinamento e conhecimentos aprofundados em computação por parte dos usuários. Assim como, a implantação de uma rede de referencia cadastral possibilitará uma atualização dinâmica da planta base de cadastramento.</p> <p>Esse é um conjunto de informações sistematizadas e ordenadas sobre determinada matéria tem como objetivo principal a organização de um Cadastro Imobiliário e Mobiliário Fiscal cuja é uma condição importante para que o município possa instituir e arrecadar seus tributos, principalmente o IPTU e o ISS.</p> <p>O Cadastro Imobiliário Fiscal está diretamente relacionado com os tributos imobiliários: IPTU (imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana), as taxas de serviços relativas aos imóveis, e à contribuição de melhoria.</p> <p>Os objetivos principais são: aumentar a arrecadação municipal, com a atualização da situação da propriedade fundiária do Município; aumentar o controle sobre as finanças locais tornando o município menos dependente das transferências intergovernamentais; verificar e utilizar forma mais eficiente a relação custo/benefício por região.</p>	
	<b>Prazo de execução</b>	2 anos / Curta duração	
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização do mapeamento cadastral dos distritos que compõem o município;</li> <li>- Elaboração de bases cartográficas referentes à todo o território abrangido pelo município;</li> <li>- Modelagem de um Sistema de Informação Cadastral, o qual dará suporte na automação do processo de consulta imobiliária na prefeitura;</li> <li>- Prestar consultoria na definição da planta de valores e legislação tributária do município.</li> </ul>	
	<b>Integração com outros projetos</b>	- Implementação do Sistema de Planejamento e Gestão Municipal	
<b>Organismo</b>	Prefeitura Municipal		



<b>responsável</b>		
<b>Parcerias possíveis</b>	SEDU / PARANACIDADE	
<b>Custo estimado</b>	R\$ 450.000,00	

FICHA 45		<b>ELABORAÇÃO DE MINUTA DE LEI PARA CRIAÇÃO DOS BAIRROS DO DISTRITO SEDE</b>	
<b>INSTITUCIONAL</b>	<b>Proposta</b>	A proposta de oficialização da denominação dos Bairros do Distrito Sede busca legitimar a subdivisão já realizada pela população ao decorrer do desenvolvimento urbano.	
	<b>Justificativa</b>	De relevante importância na leitura da estrutura urbana, a oficialização da divisão dos Bairros facilita a apreensão geral da organização espacial da cidade. Ao compreender o meio físico em que vive, a população passa a sentir-se mais integrada a cidade, além de se deslocar com maior eficácia na mesma.	
	<b>Prazo de execução</b>	6 meses	
	<b>Ações necessárias</b>	- Elaboração da minuta de Lei e encaminhamento à Câmara Municipal para aprovação	
	<b>Integração com outros projetos</b>	Programa de Implementação de Centros de Bairros	
	<b>Organismo responsável</b>	Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal	
	<b>Custo estimado</b>	Sem custos	



FICHA 46		CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA	
INSTITUCIONAL	<b>Proposta</b>	<p>Criar uma comissão especial dedicada a promover ações de regularização fundiária em todo o município, <b>com foco nas ocupações irregulares inseridas no perímetro urbano</b>. Objetiva proporcionar a possibilidade de obtenção de documento de posse de lotes de terreno a pessoas em situação de moradia irregular.</p>	
	<b>Justificativa</b>	<p>Devido a grande quantidade de imóveis com situação legal (escritura de posse) irregular no município, e tendo em vista que uma ação concreta no sentido de regularizar estas situações traria em primeiro lugar o reconhecimento e o sentido de cidadania a centenas de famílias e como consequência imediata a possibilidade do tesouro municipal cobrar as taxas incidentes sobre a propriedade urbana (IPTU, Contribuição de Melhoria e outras), gerando assim uma fonte de renda que em curto prazo ressarciria as despesas decorrentes da instituição do departamento de regularização fundiária.</p> <p>É importante o município se habilitar para a implementação de instrumentos do Estatuto da Cidade que dão à Prefeitura condições exatamente de eliminar várias situações irregulares, como por exemplo, a criação de ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) e a Usucapião Urbana.</p> <p>Esta comissão teria uma duração provisória, atuando enquanto a demanda por regularizações fosse expressiva a ponto de justificar sua existência, em seguida, com sua extinção, suas funções continuariam a ser realizadas dentro da rotina do departamento de tributação.</p>	
	<b>Prazo de execução</b>	6 meses / Curta duração	
	<b>Ações necessárias</b>		
	<b>Integração com outros projetos</b>	- Plano de Regularização Fundiária Sustentável da ZEIS	
	<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal	
	<b>Parcerias possíveis</b>	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano SEDU Serviço Social Autônomo PARANACIDADE	
	<b>Custo estimado</b>	Sem custos	

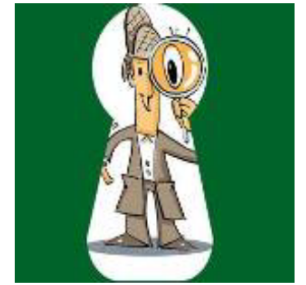


FICHA 47		IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL
INSTITUCIONAL	<b>Proposta</b>	A proposta corresponde à criação do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão – SMPG, sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Urbano no que se refere à instituição de estruturas e processos democráticos e participativos, visando os desenvolvimentos contínuos, dinâmicos e flexíveis de planejamento e gestão da política municipal. O Sistema de Planejamento e Gestão Municipal será composto pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e pelo Conselho da Cidade de Morretes.
	<b>Justificativa</b>	<p>Ao analisar a estrutura atual organizacional da Prefeitura quanto ao planejamento e gestão, foram apontadas mudanças necessárias para abrigar uma equipe de acompanhamento e gestão do PDM – Morretes. Tais mudanças referem-se à necessidade de uma equipe responsável pela articulação e monitoramento do PDM – Morretes e como se realizará a integração com a população na sua implementação. Quanto à primeira questão, observou-se no diagnóstico técnico que as atribuições do planejamento e da gestão urbana se concentram na Secretaria Obras, Transportes e Desenvolvimento Urbano. A concentração dessas funções em um único órgão apresenta riscos para o eficiente exercício tanto do planejamento como da gestão urbana. Em Morretes, a situação se apresenta ainda mais problemática se for considerado que, dentro da estrutura interna desta Secretaria não há uma subdivisão entre departamento de planejamento e departamento de gestão territorial.</p> <p>Dentro deste panorama, se propõe a criação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que será a responsável pela gerência do PDM – Morretes e terá como incumbência aprimorar e supervisionar o processo de planejamento do desenvolvimento urbano municipal, tendo em vista assegurar melhor desempenho, articulação e equilíbrio às ações das várias áreas correlatas dentro da administração municipal. A concretização da criação de tal secretaria, juntamente com o Conselho da Cidade de Morretes, seriam os primeiros passos para a implementação do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão, o qual deverá criar canais de participação da sociedade na gestão municipal da política urbana, garantir eficiência e eficácia da gestão, com a produção de programas e projetos para áreas de desenvolvimento urbano e rural, em parceria com os demais órgãos municipais.</p> <p>O SMPG deve ainda instituir um processo permanente e sistematizado de detalhamento, atualização e revisão do plano diretor, atuando também na formulação de estratégias, das políticas e de atualização do PDM – Morretes, no seu gerenciamento, na formulação e projetos para a sua implementação, no monitoramento e controle dos instrumentos urbanísticos e dos programas e projetos aprovados.</p>
	<b>Prazo de execução</b>	6 meses / Curta duração
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano;</li> <li>- Compra de equipamentos de informática, geoprocessamento, digitalização e impressão gráfica;</li> <li>- Capacitação dos funcionários do setor;</li> <li>- Sistematizar a coordenação da implementação do Plano Diretor, produzindo análises e revisões técnicas periódicas;</li> <li>- Sistematizar o controle de estoques de áreas edificáveis;</li> <li>- Coordenar o processo de regularização fundiária municipal;</li> <li>- Propor alterações na legislação urbana, a criação de áreas de Habitação de Interesse Social e a implantação de novas áreas industriais, quando necessário;</li> <li>- Organizar o cadastro e o planejamento de equipamentos urbanos;</li> <li>- Garantir o desenvolvimento de projetos de engenharia e arquitetura para equipamentos urbanos;</li> <li>- Criação do Conselho da Cidade de Morretes.</li> </ul>



	As ações necessárias visam a criação de um departamento especializado no planejamento urbano e controle do uso do solo no município.
<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal
<b>Parcerias possíveis</b>	Conselho da Cidade Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano SEDU / Serviço Social Autônomo PARANACIDADE
<b>Custo estimado</b>	Sem custos para implantação da Secretaria e do Conselho R\$ 30.000,00 para compras e capacitação

FICHA 48		CONTRATAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO CORPO FISCAL MUNICIPAL
INSTITUCIONAL	<b>Proposta</b>	A proposta visa montar uma rede de fiscalização e monitoramento da aplicação de toda a legislação urbana.
	<b>Justificativa</b>	O conjunto de leis que integram o Plano Diretor, constituindo a legislação urbanística de Morretes, elaborada de forma democrática e participativa, precisa ser aplicada e monitorada, para que as diretrizes do Plano sejam colocadas em prática de fato. Para isso, o município deve ser estruturado com um corpo técnico preparado, que seja o responsável pela fiscalização constante da aplicação das normas urbanísticas que incidem sobre o território de Morretes.
	<b>Prazo de execução</b>	6 meses / Curta duração
	<b>Integração com outros projetos</b>	Implementação do Sistema de planejamento e Gestão Municipal
	<b>Ações necessárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Concurso público para contratação de Fiscais de Tributos, Fiscais de Obras e Fiscais de Postura;</li> <li>- Capacitação do corpo fiscal contratado;</li> <li>- Campanha de conscientização municipal quanto ao uso e ocupação do solo urbano;</li> <li>- Aplicação das ferramentas legais visando coibir abusos.</li> </ul>
	<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal
	<b>Parcerias possíveis</b>	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano / Conselho da Cidade População
	<b>Custo estimado</b>	R\$ 30.000,00

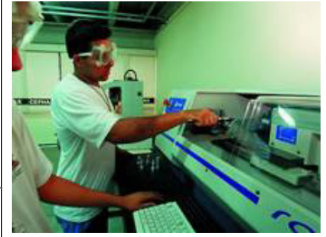


FICHA 49		INCLUSÃO NO CURRÍCULO ESCOLAR DE TEMAS COMO A "HISTÓRIA DE MORRETES" E EDUCAÇÃO PARA O "TURISMO E MEIO AMBIENTE"	
<b>SOCIAL</b>	<b>Proposta</b>	A proposta visa o resgate de nossa história provocando a inserção dos estudos e trabalhos como fonte de produção cultural e a capacitação de professores no ensino da história e das tradições locais, bem como para a importância do turismo e conservação do meio ambiente.	
	<b>Justificativa</b>	A preservação da identidade do município deve ser promovida junto às crianças e adolescentes, de modo a se resguardar os valores históricos e culturais para as presentes e futuras gerações. A gestão ambiental do território deve ser aliada à educação ambiental, pois a população deve estar preparada para promover ações de conservação do meio ambiente.	
	<b>Prazo de execução</b>	Curta Duração / 3 anos	
	<b>Integração com outros projetos</b>	Programa de Educação Ambiental	
	<b>Ações necessárias</b>	Realização de aulas interpretativa nos locais históricos; produção de trabalhos; produção cultural diversa; capacitação de professores.	
	<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal Sec. Mun. da Educação	
	<b>Parcerias possíveis</b>	Secretária de Estado da Educação Secretaria de Cultura Conselhos escolares SETUR / Universidades / IAP / Unidades de conservação	
	<b>Custo estimado</b>	Sem custos (parcerias)	





FICHA 50		INCENTIVO A CURSOS TÉCNICOS DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA.	
INSTITUCIONAL	<b>Proposta</b>	Viabilizar a implantação de cursos técnicos de turismo, meio ambiente, agricultura e cultura, para garantir o envolvimento da comunidade local no desenvolvimento e execução de ações de turismo sustentável.	
	<b>Justificativa</b>	<p>Nota-se em Morretes que a população poderia estar melhor capacitada para atendimento e orientação aos turistas. Infelizmente, há pouca oferta de cursos técnicos (mesmo que de curta duração) voltados esses temas. Para a promoção do turismo rural, também verifica-se a necessidade de maior entendimento dos proprietários rurais quanto ao turismo e meio ambiente. Para aumento da produção, também são necessárias alguns conhecimentos mais especializados em agricultura.</p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- garantir o atendimento adequado aos turistas com técnicos capacitados;</li> <li>- incluir os agricultores familiares (turismo rural e agricultura sustentável).</li> </ul>	
	<b>Prazo de execução</b>	Curta Duração / 4 anos	
	<b>Integração com outros projetos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano de Incentivo ao Microempresário</li> <li>- Participação do Município no CORDRAP</li> <li>- Plano de Desenvolvimento Turístico Cultural</li> <li>- Plano de Desenvolvimento Turístico Ambiental</li> </ul>	
	<b>Ações necessárias</b>	<p>Instituição de parcerias para instituição dos cursos</p> <p>Levantamento das principais demandas</p> <p>Ação específica: Criação de um curso local de técnico agrícola em terreno já cedido pela Embrapa</p>	
	<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal de Morretes	
	<b>Parcerias possíveis</b>	<p>SEBRAE</p> <p>SENAC</p> <p>SETUR</p> <p>Universidades/ Escolas</p> <p>Instituições públicas diversas</p> <p>ONGs</p>	
	<b>Custo estimado</b>	R\$ 70.000,00	



FICHA 51		ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE DEFESA CIVIL	
INSTITUCIONAL	<b>Propostas</b>	Elaboração do Plano Diretor de Defesa Civil conforme orientações da Defesa Civil do Estado do Paraná	
	<b>Justificativa</b>	<p>São objetivos da elaboração do Plano Diretor de Defesa Civil:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a defesa permanente contra desastres naturais ou provocados pelo homem.</li> <li>• Prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas, reabilitar e recuperar áreas deterioradas por desastres.</li> <li>• Atuar na iminência ou em situações de desastres.</li> <li>• Incrementar o nível de segurança intrínseca e reduzir a vulnerabilidade dos cenários dos desastres e das comunidades em riscos.</li> <li>• Otimizar o funcionamento da Defesa Civil em todos os tipos de desastres que ocorrem no Município.</li> <li>• Facilitar uma rápida e eficiente mobilização dos recursos necessários ao restabelecimento da situação de normalidade, em circunstâncias de desastres.</li> <li>• Proporcionar a todos os órgãos ou instituições que trabalham na área de Defesa Civil, nova filosofia para que tenham possibilidade de elaborar planos de contingências e/ou operacionais para fazer frente aos desastres, de acordo com sua origem.</li> </ul> <p>Os fatos adversos que atingem um município são inesperados e de conseqüências imprevisíveis. Por essa razão, é muito importante que o Sistema Municipal de Defesa Civil esteja adequadamente preparado para ser acionado em qualquer emergência.</p>	
	<b>Prazo de execução</b>	2 anos / Curta Duração	
	<b>Ações necessárias</b>	Elaboração do Plano: diagnóstico e propostas Capacitação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC	
	<b>Integração com outros projetos</b>	- Plano de Saneamento Ambiental - Programa de Macrodrenagem Urbana	
	<b>Organismo responsável</b>	Prefeitura Municipal	
	<b>Parcerias possíveis</b>	Corpo de Bombeiros / Defesa Civil Secretaria Estadual do Desenvolvimento Urbano (SEDU)	
	<b>Custo estimado</b>	R\$ 40.000,00	



## 17. REFERÊNCIAS



- AB'SÁBER, A. N. e BIGARELLA, J. J. Considerações sobre a geomorfogênese da Serra do Mar no Paraná. Boletim Paranaense de Geografia, Curitiba, n. 4/5, 1961.
- AB'SÁBER, A. N. Os Domínios Morfoclimáticos na América do Sul: primeira aproximação. Geomorfologia, São Paulo, n. 52, 1977.
- Ambiente Brasil S/S Ltda. Disponível em [www.ambientbrasil.com.br](http://www.ambientbrasil.com.br). Acesso em 17 de fevereiro 2007.
- ANGULO, R. J. Geologia da planície costeira do estado do Paraná. São Paulo, 1992. 334 p. Tese (Doutorado em Geologia Sedimentar) – Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo.
- ARRUDA, Inácio. Estatuto da Cidade: E Agora? - São Paulo, 2001.
- ATHAYDE, S.F. Composição florística e estrutura fitossociológica em quatro estágios sucessionais de uma Floresta Ombrófila Densa Submontana, como subsídio ao manejo ambiental - Guaraqueçaba/PR. Curitiba, 1997. 163 f. Dissertação (Mestrado em Botânica). Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Microrregião de Paranaguá, Paraná, 1991 e 2000.
- AUGUSTO FILHO, O.; CERRI, L.E.S. Programa Serra do Mar: Carta geotécnica da Serra do Mar nas folhas de Santos e Riacho Grande. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas. 1988. 49p.
- AUGUSTO FILHO, O; VIRGILI, J.C. Estabilidade de Taludes. In: OLIVEIRA, A. M. S.; BRITO, AYOADE, J. O. Introdução à climatologia para os trópicos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 332p.
- BARROSO, Luiz Roberto. "A proteção do meio ambiente na Constituição Brasileira". Cadernos de Direito Constitucional e de Ciência Política. 1/115-140. São Paulo, Ed.RT.
- BASTOS, Celso. "O Município: sua evolução histórica e suas atuais competências" Cadernos de Direito Constitucional e de Ciência Política. 1/54-76. São Paulo, Ed.RT.
- BIGARELLA, J. J. et. al. A Serra do Mar e a Porção Oriental do Estado do Paraná. Curitiba: ADEA/Sec. Est. Planejamento/PR, 1978.
- BIGARELLA, J. J. et. al. Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais. v. 3, Florianópolis: Ed. UFSC, 2003.
- BLANC, Priscila Ferreira - Plano Diretor Urbano, p. 107
- BONAMETTI, João Henrique. Paisagem e Poder. A Evolução de Curitiba (1903-2004). Tese de Doutorado da Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Porto-Portugal. 2006.
- BORGES, Paulo Torminn. Institutos Básicos do Direito Agrário. São Paulo: Saraiva, 8. ed., 1994.
- CARVALHO, Paulo Ernani e MEDRADO, Moacir. Cultivo do Pinheiro da Parará. Disponível em [www.sistemadeprodução.cnpia.embrapa.br](http://www.sistemadeprodução.cnpia.embrapa.br). Acesso em 21 de março de 2007.
- CASSETI, V. Ambiente e apropriação do relevo. São Paulo: Contexto, 1991. 136p.
- CEOTMA. Guia para elaboração de estudos médio físico: conteúdo y metodologia. Madri, 1984.
- COPEL – Consumo de Energia Elétrica. 2006.
- CORBUSIER, Le. Princípios de Urbanismo. La Carta de Atenas. Barcelona: Ariel, 1975.



CRETELLA JÚNIOR, José. "Dos bens públicos na Constituição de 1988." RT 653/16-48. São Paulo. Ed. RT, 1990.

\_\_\_\_\_ Curso de Direito Administrativo. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

CUNHA S.B.; GUERRA A.J.T. Degradação Ambiental. In: GUERRA, A. J. T. e CUNHA, S. B. (Orgs.). Geomorfologia e Meio ambiente. 3º ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1996.p.337-376.

CURCIO, G. R. A fragilidade ambiental sob o ponto de vista pedológico. In: CURSO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS, 1994, Curitiba. Anais... Curitiba: Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná, 1994, p. 5.

CURCIO, G. R.; RACHWAL, M. F. G.; SILVA, G. M.; GIAROLA, N. F. B.; CARRILHO, B. F.; COMIN, J. J. Caracterização e distribuição dos solos da Serra do Mar (porção sul de tombamento – PR). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO SOLO. 23., 1991, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 1991, p. 264.

DÉRANI, Cristiane. Direito Ambiental Econômico. São Paulo, Max Limonad, 1997.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 8ª ed. São Paulo, Atlas, 1997.

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – SNLCS. Levantamentos de reconhecimento de solos do Estado do Paraná. Curitiba: EMBRAPA, SNLCS/SUDESUL/IAPAR, Tomo I e II, 1984.

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos (Rio de Janeiro). Sistema brasileiro de classificação de solos. Brasília: Embrapa Produção de Informação; 2º ed; Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2006, 360p.

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISAS AGROPECUÁRIAS. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento 27. Levantamento de Solos e Avaliação da Aptidão Agrícola das Terras da Microbacia Janela das Andorinhas no Município de Nova Friburgo, RJ. Rio de Janeiro, RJ, 2003. ISSN 1678-0892.

FIGUEIREDO, Lucia Valle. Curso de Direito Administrativo. 5ª ed. São Paulo, Malheiros Editores, 2001.

\_\_\_\_\_ Disciplina Urbanística da Propriedade. São Paulo, ed. RT, 1980.

FIORI, A. P.; NUNES, F. G. Áreas de risco e dinâmica geoambiental das encostas da Serra do Mar – Paraná. Boletim Paranaense de Geociências, Curitiba, n. 53, p. 45-58. 2003.

FOLHA DE PALOTINA. Passeio de trem pela Serra do Mar é opção para quem busca aventura e comodidade. Disponível em [www.folhadepalotina.com.br/fotos](http://www.folhadepalotina.com.br/fotos). Acesso em 23 de março de 2007.

FREITAS, V. Passos de. Direito Administrativo e Meio Ambiente. Curitiba, Juruá, 1993.

GONÇALVES, Milton Carlos Zanellato. Pesquisa do Trabalho Final de Graduação – TFG. PUCPR. 2007.

GUAPYASSÚ, M. S. Caracterização fitossociológica de três fases sucessionais de uma Floresta Ombrófila Densa Submontana Morretes - Paraná. Curitiba, 1994. 150 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal). Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

GUERRA, A. J. T.; BOTELHO, R. G. M. Erosão dos solos. In: CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T. (org.). Geomorfologia do Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 392 p.

- GUERRA, A.J.T. Processos Erosivos nas Encostas. In: GUERRA, A. J. T. e CUNHA, S. B. (Orgs.) Geomorfologia: Uma Atualização de Bases e Conceitos. 3° ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 1999.p.149-199.
- HARADA, Kiyoshi. Direito Urbanístico: Estatuto da Cidade: Plano Diretor Estratégico. São Paulo: NDJ, 2004.
- IAPAR. Cartas climáticas básicas do Estado do Paraná. Londrina: Instituto Agrônomo do Estado do Paraná , 1978. 41 p.
- IAPAR. Velocidade e Direção Predominante dos Ventos no Estado do Paraná. Boletim Técnico do Instituto Agrônomo do Estado do Paraná, Londrina, n. 26, 55 p. 1989.
- IBGE – Censo Demográfico. Microrregião de Paranaguá, Paraná , 2000.
- IBGE. Censo Demográfico, 1991, 2000
- IBGE. Manual Técnico da Vegetação Brasileira (Série Manuais Técnicos em Geociências – Número 1). Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1992. 92 p.
- IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em <http://ibge.gov.br>
- INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (IPT). Elaboração de subsídios técnicos para um plano de emergência para a área de Cubatão, Estado de São Paulo. São Paulo. 1985 (IPT, Relatório nº 22.797).
- IPARDES – Abastecimento / Saneamento. 2006.
- IPARDES – Caderno Estatístico do Município de Morretes
- IPARDES (a). Atlas das necessidades habitacionais no Paraná, 2004
- IPARDES (b). Leituras Regionais: Mesorregião Norte Pioneiro, 2004
- IPARDES. Diagnóstico Físico Ambiental da Serra do Mar – Área Sul. Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 1991. 107 p.
- IPARDES. Macrozoneamento da APA de Guaraqueçaba. Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 1990. 257 p.
- KOBIYAMA, M. et al. Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos. Curitiba: Ed. Organic Trading , 2006. 109p
- LEITE, José Rubens M. Dano Ambiental – Do individual ao Coletivo Extrapatrimonial. São Paulo, ed. RT, 2000.
- LEITE, P. F.; KLEIN, R. M. Vegetação. In: Geografia do Brasil – Região Sul. v. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.
- LEME MACHADO, Paulo Afonso. Direito Ambiental Brasileiro. 10ª ed. Malheiros Editores, 2002.
- LIRA, Ricardo Pereira. Elementos de direito urbanístico. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.
- MAACK, R. Breves notícias sobre a geologia dos estados do Paraná e Santa Catarina. Arquivos de Biologia e Tecnologia, Curitiba, v. 2, p. 63-154. 1947.
- MAACK, R. Geografia Física do Estado do Paraná. 3. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.



- MAGALHÃES, Manuela Raposo. A arquitetura paisagista: Morfologia e complexidade. Editorial Estampa. Lisboa, 2001.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 26ª ed. São Paulo, Malheiros Editores, 2001.
- \_\_\_\_\_. Direito Municipal Brasileiro. 11ª ed. São Paulo, Malheiros Editores, 2000.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 13ª ed. São Paulo, Malheiros Editores, 2001.
- MENDONÇA, F. A.; DANII-OLIVEIRA, I. M. Climatologia: noções básicas e climas do Brasil. São Paulo: Contexto, 2004 (no prelo).
- MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente. São Paulo, ed. RT, 2000.
- MPE. Melhores Práticas para o Ecoturismo. FUNBIO. Disponível em [www.mpefunbio.org.br](http://www.mpefunbio.org.br). Acesso em 17 de fevereiro de 2007.
- MUKAI, Toshio. Direito ambiental sistematizado. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1992.
- \_\_\_\_\_. Direito Urbano-Ambiental Brasileiro. 2ª ed. São Paulo, Dialética, 2002.
- OLIVEIRA, J. B. Solos do Estado de São Paulo: descrição das classes registradas no mapa pedológico. Campinas: IAC 1999. 112 p. (IAC. Boletim Científico, 45).
- PASSOS, E. Classificação Fitogeomorfológica de Ecossistemas Florestais numa Porção do Setor Oriental do Estado do Paraná. Curitiba, 2000. Tese (Doutorado em Ciências Florestais), UFPR.
- PEIXOTO, N.B. - Paisagens urbanas. São Paulo: SENAC, 1996.
- PENTEADO, M. M. Fundamentos de Geomorfologia. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE,
- PINTO, Victor Carvalho. Regime Jurídico do Plano Diretor.
- PLATE, E.J. Flood risk and flood management. Journal of Hydrology, v.267, p.2- 11, 2002.
- PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2004
- PORTELA FILHO, C. V.; FERREIRA, F. J. F.; SALAMUNI, E.; BAHNIUK, J. Comparação entre granitóides de parte da Serra do Mar no estado do Paraná através da aerogamaespectrometria. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE BRAZILIAN GEOPHYSICAL SOCIETY, 7., 2001, Salvador. Anais... Salvador: Brazilian Geophysical Society, 2001.
- PORTES, M.C.G.O. Deposição de serapilheira e decomposição foliar em Floresta Ombrófila Densa Altomontana, morro do Anhangava, serra da Baitaca, Quatro Barras - PR. Curitiba, 2000. 90 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal). Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES – 2006
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES. Dados gerais do município. Disponível em <http://www.morretes.pr.gov.br/html/frames.htm>
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES. História de Morretes. Disponível em [www.morretes.com.br/história](http://www.morretes.com.br/história). Acesso em 23 de março de 2007.
- PRESTES, Vanésca Buzelato. Instrumentos Legais e Normativos de Competência Municipal em Matéria Ambiental. in Revista de Direito Ambiental. Revista dos Tribunais. Vol. 31. ano 8. jul/set 2003.



- ROCHA, M. do R. L. Caracterização fitossociológica e pedológica de uma Floresta Ombrófila Densa Altomontana no Parque Estadual Pico do Marumbi –Morretes, PR. Curitiba, 1999. 81 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) - Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.
- RODERJAN, C. V. O gradiente da Floresta Ombrófila Densa no Morro do Anhangava, Quatro Barras, PR – Aspectos climáticos, pedológicos e fitossociológicos. Curitiba, 1994. 119 p. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) - Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.
- RODERJAN, C. V.; GALVÃO, F.; KUNIYOSHI, Y. S. & HATSCHBACH, G. G. As unidades fitogeográficas do estado do Paraná, Brasil. Revista Ciência & Ambiente, v. 24, p. 75-92. 2002.
- RODERJAN, C.V.; KUNIYOSHI, Y.S.; GALVÃO, F. & HATSCHBACH, G.G. Levantamento da vegetação da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba - APA de Guaratuba. UFPR, 78 p. 1996.
- S. N. A. (Orgs.). Geologia de Engenharia. São Paulo: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia, 1998. p.243-269.
- SANTOS, Saint'Clair Honorato. Direito Ambiental: Unidades de Conservação – Limitações Administrativas. Curitiba, Juruá, 2000.
- SECRETARIA DE TURISMO DE MORRETES. Morretes, 2008.
- SECRETARIA ESTADUAL DE TRANSPORTE – Departamento de Estrada de Rodagem. Paraná, 2006.
- SEFA . Microrregião de Paranaguá, Paraná, 1975/2000.
- SETUR – Secretaria de Estado de Turismo. Paraná, 2006.
- SILVA, José Afonso da. Direito Urbanístico Brasileiro. 5 ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
- SOARES, R. V.; BATISTA, A. C. Meteorologia e climatologia florestal. Curitiba: Edição dos autores, 2004. 195 p.
- SOUZA, B.S.P. e. A qualidade da água de Santa Maria/RS: Uma análise ambiental das sub bacias hidrográficas dos rios Ibicuí Mirim e Vacacaí Mirim. São Paulo, 2001, 234p. Tese de Doutorado - Departamento de Geografia da FFLCH-USP.
- STRUCHEL, Andréa Cristina de Oliveira & TEIXEIRA, Sylvia Regina Domingues. Código Ambiental: uma ferramenta de política pública e gestão ambiental para os municípios in Revista de Direito Ambiental. Revista dos Tribunais. Vol. 34.p.19-27
- STRUMINSKI, E. Parque Estadual Pico do Marumbi. Curitiba: Editora UFPR, 2001. 185p.
- TRAMUJAS, A.P. A vegetação de campos de altitude na região do Ibitiraquire – Serra do Mar – Municípios de Antonina, Morretes e Campina Grande do Sul, PR. Curitiba, 2000. 61 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal). Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.
- URBAN, Teresa. Meu Pé de Serra Morretes. Curitiba, Ministério da Cultura, 2007.

## 18. ANEXOS

QUESTIONÁRIO APLICADO À POPULAÇÃO

Sexo:

Feminino  Masculino

Qual a sua escolaridade

Nenhuma	<input type="checkbox"/>
Ensino Fundamental (antigo 1º grau)	Completo <input type="checkbox"/> Incompleto <input type="checkbox"/>
Ensino Médio (antigo 2º grau)	Completo <input type="checkbox"/> Incompleto <input type="checkbox"/>
Nível Superior	Completo <input type="checkbox"/> Incompleto <input type="checkbox"/>
Pós-graduação	Completo <input type="checkbox"/> incompleto <input type="checkbox"/>

A sua casa é:

Própria  Alugada  Outros? \_\_\_\_\_

Que tipo de documento de propriedade você possui:

Escritura  Recibo de Compra  Outros  \_\_\_\_\_  
 Usucapião  Cessão de Uso

Você participa de alguma organização comunitária?

(associações de moradores, trabalhos em grupos organizados, etc...)

Sim  Não

Você está empregado?

Sim  Não

Tem carteira assinada?

Sim  Não

O que você faz no seu trabalho? (ocupação) \_\_\_\_\_

Qual o meio de transporte utilizado por você?

A pé  Bicicleta  Carroça   
 Ônibus  Carro  Outros  \_\_\_\_\_

Este meio de transporte te atende bem?

Sim  Não

O hospital ou posto de saúde perto da sua casa te atende bem?

Sim  Não  Não existe

A Escola perto de sua casa te atende bem?

Sim  Não  Não existe

As ruas do seu bairro se mantêm limpas?

Sim  Não

As ruas do seu bairro são bem iluminadas?

Sim  Não



As ruas do seu bairro possuem muitas árvores?

Sim  Não

A rua onde você mora alaga quando chove?

Sim  Não

O lixo da sua casa é recolhido pela Prefeitura?

Sim  Não

Sua casa tem água encanada?

Sim  Não

Costuma faltar água na sua casa?

Sim  Não

Sua casa tem luz elétrica?

Sim  Não

Costuma faltar luz na sua casa?

Sim  Não

Assinale o tipo de esgoto da sua casa:

Fossa Séptica  Ligado a Rede da Rua  Não possui

Assinale abaixo os problemas que existem perto de sua casa:

Mau cheiro  Barulho  Atropelamentos  Assaltos

Quais as opções de lazer perto da sua casa?

Playground  Praia  Outros   
Praça  Cinema  Nenhuma

O comércio existente no seu bairro atende as suas necessidades?

Sim  Não

Existem opções de trabalho na sua localidade?

Sim  Não

Existem opções de trabalho no Município?

Sim  Não

Você gosta do lugar onde mora?

Sim  Não

REUNIÃO TÉCNICA - 21/08/07




Na reunião realizada dia vinte e um (21) de agosto de 2007 às 09:30 horas no Teatro Municipal de Morretes que tratou de assuntos referentes ao Plano Diretor de Morretes,



nos vinte e um (21) de agosto de 2007, com início às 09:30 horas, foi aberta pelas 21m a presença dos de identificação e interrupção no plano de trabalho, com a presença do Sr. Pedro José, coordenador municipal do plano diretor, esse comentou aspectos relacionados ao plano e a empresa executora, "TERMA ENGENHARIA LTDA", baseado em seguida a palavra foi para Maria Inês Torres, coordenadora do planejamento. Ela comentou aos presentes o cancelamento do contrato com a empresa executora do plano, expondo os motivos que culminaram com o cancelamento. No mesmo tempo comentou sobre a reunião anterior e o entendimento de sua parte da documentação produzida até então, o que será entregue à produtora empresa que terá continuidade nos trabalhos nessa oportunidade de ciência dos relatórios produzidos, mapas digitalizados e métricas correspondentes. Expôs também que as ações e decisões tomadas até então foram em favor do equilíbrio municipal, pelo que reforçou a atuação e atuação do município pelas informações presentes na produção do diagnóstico do plano. Logo a Sr. Maria Inês que conduziu os trabalhos jurídicos, posteriormente os serviços serão reiniciados pela nova empresa em aproximadamente vinte dias. Em seguida se colocou a disposição dos presentes e quaisquer questionamentos, ao que o Sr. Guilherme Queiroz, representante da administração municipal, questionou se realmente o plano diretor do município ficaria pronto até o final do ano. Em seguida disse a representante do planejamento que era Rommel, estava dependendo do andamento dos trabalhos da sua empresa executora, inclusive no da palavra, o Sr. Carlos Augusto

QUARTA SECRETARIA MUNICIPAL DE REVENHO, TECO CONTRATADA  
 A FORTALEÇA DO PLANO DIRETOR E A QUALIDADE DA EMPRESA  
 EXECUTORA. APO SEGUINDO A VIDA, MARQUES DEBEU COMENTOU  
 ASPECTOS SOBRE A LICITAÇÃO DA EMPRESA E COMO FICOU FELO  
 FINANCIAMENTO EM SEGUNDA FASE DA PRECATORIA / O SR.  
 PEDRO JUK - COORDENADOR MUNICIPAL, O QUAL TECO FEZ  
 COMENTARIOS FINAIS, AGRADECENDO OS PRESENTES E SEU  
 FORTALECIMENTO A REUNIAO.

O PEDRO JUK, LAUREI A FORTALEÇA A QUE VAI  
 ASSIMILAR A SUA LICITAÇÃO DO AIL DE PREVENÇÃO EM MEYO.

O AIL É PREVENÇÃO NO TERMO MUNICIPAL DA CIDADE  
 E MUNICÍPIO DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ, DOS DIAS 10 E  
 11 DE ABRIL DE 2010 DE 10:00 ATÉ 12:00.








**LISTA DE PRESEÇA**

**DIA 21 DE AGOSTO DE 2007 - 9:00 HORAS**  
**REUNIÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MORRETES - PDMM.**

NOME	FUNÇÃO	ASSINATURA
1. João N. do Carmo	COMUS/n7s	<i>[Signature]</i>
2. Dania Dória de Moraes		<i>[Signature]</i>
3. Roberto Carlos Santos		<i>[Signature]</i>
4. Sérgio do Amaral		<i>[Signature]</i>
5. Paulo César Fernandes		<i>[Signature]</i>
6. Genivaldo de Souza	Urbanismo	<i>[Signature]</i>
7. Paulo J. L.	Urbanismo	<i>[Signature]</i>
8. Carlos A. Batista Neto	SETRA	<i>[Signature]</i>
9. Genivaldo de Souza	CÂMERA	<i>[Signature]</i>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES**  
Rua Coronel Simeão, 50 - Centro - Fone/Fax: 41 3462-1266 - CEP 83350-000 - Morretes - Paraná  
 CNPJ 17.022.496/0001-99 - Internet: www.morretes.com.br - E-mail: morretes@prefeitura.gov.br






**LISTA DE PRESEÇA**

**DIA 21 DE AGOSTO DE 2007 - 9:00 HORAS**  
**REUNIÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MORRETES - PDMM.**

NOME	FUNÇÃO	ASSINATURA
10. João Carlos Oliveira	S.U. Educação	<i>[Signature]</i>
11. Genivaldo de Souza	SMMA	<i>[Signature]</i>
12. Darcely de Souza	Relação	<i>[Signature]</i>
13. Gilberto Pereira	corretor	<i>[Signature]</i>
14. Roberto Wis Tometti	SEC. CULTURA e ESPORTE	<i>[Signature]</i>
15. Nilda Helena D. Silva de M. Faria		<i>[Signature]</i>
16. Rômulo de Souza	SESA/PAI	<i>[Signature]</i>
17. Cleonice Luis Pereira		<i>[Signature]</i>
18. Suelita	Urbanismo	<i>[Signature]</i>
19. Paulino Ivanete Rodriga	AMANTANAL	<i>[Signature]</i>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES**  
Rua Coronel Simeão, 50 - Centro - Fone/Fax: 41 3462-1266 - CEP 83350-000 - Morretes - Paraná  
 CNPJ 17.022.496/0001-99 - Internet: www.morretes.com.br - E-mail: morretes@prefeitura.gov.br






**LISTA DE PRESEÇA**

**DIA 21 DE AGOSTO DE 2007 - 9:00 HORAS**  
**REUNIÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MORRETES - PDMM.**

NOME	FUNÇÃO	ASSINATURA
20. Ciro Maria S. P. Lopes	EMAS	<i>[Signature]</i>
21. Zolyn Tavezzi	SECRETARIA	<i>[Signature]</i>
22. Haroldo F. Cavallini	SECRETARIA	<i>[Signature]</i>
23. Gilson Luiz S. Araújo	SECRETARIA	<i>[Signature]</i>
24. Agostinho dos Reis Costa	SECRETARIA	<i>[Signature]</i>
25. Valcyr de Souza		
26. <i>[Signature]</i>		
27. <i>[Signature]</i>		
28. <i>[Signature]</i>		
29. <i>[Signature]</i>		

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES**  
 Rua Coronel Pedro Simões, 50 - Centro - Fone/Fax: 41 3462-1266 - CEP 83350-000 - Morretes - Paraná  
 CNPJ 76.112.492/0001-99 - Internet: www.morretes.com.br - E-mail: morretesprefeitura@vcc.com.br

**LISTA DE PRESEÇA**

**DIA 21 DE AGOSTO DE 2007 - 9:00 HORAS**  
**REUNIÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MORRETES - PDMM.**

NOME	FUNÇÃO	ASSINATURA
30. Vitor Gley Vinicius Scaia	SECRETARIA	<i>[Signature]</i>
31. <i>[Signature]</i>		
32. Maria Olívia Cordeiro	SECRETARIA	<i>[Signature]</i>
33. Maristela Stepanian Roberto (Simone)	SECRETARIA	<i>[Signature]</i>
34. Luiz Rogério Costa Jr.	SECRETARIA	<i>[Signature]</i>
35.		
36.		
37.		
38.		
39.		

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES**  
 Rua Coronel Pedro Simões, 50 - Centro - Fone/Fax: 41 3462-1266 - CEP 83350-000 - Morretes - Paraná  
 CNPJ 76.112.492/0001-99 - Internet: www.morretes.com.br - E-mail: morretesprefeitura@vcc.com.br

## 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos dezessete dias do mês de novembro de 2007, às quatorze horas e trinta minutos, na sede do Cine Teatro Municipal, sito à rua XV de Novembro, houve a reunião para a 1ª Audiência Pública do Plano Diretor do Município de Morretes.

No primeiro momento, foram apresentadas à comunidade a proposta para a implementação do processo de planejamento local e estratégias para a elaboração do Plano Diretor Municipal, em observação aos requisitos constitucionais e legais. Na seqüência, foi dada abertura para a criação da comissão de acompanhamento da elaboração do PDM, sua composição e atribuições. Ocorreu ainda uma sondagem inicial dos objetivos, necessidades e aspirações comunitárias afetas ao PDM.

Com relação aos aspectos levantados durante esta Audiência, o primeiro deles foi referente ao embargo da obra de saneamento e construção de equipamentos de primeiras necessidades nas margens do Rio Nhundiaquara. Ocorreram questionamentos sobre o papel das ONG's e órgãos ambientais neste projeto. Na seqüência, foi citada a dificuldade da população local de se inserir no mercado de trabalho devido à baixa capacidade do município de gerar empregos e melhorar a renda dos trabalhadores, mencionando-se também a necessidade de se utilizar as vocações e potenciais do município para impulsionar a sua capacidade econômica. Os presentes ainda demonstraram sua preocupação com a paisagem local, tanto no sentido de valorização do patrimônio histórico e cultural quanto com relação aos valores ambientais. Também foi citada a questão da acessibilidade do município (trevos na BR-277).

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.



## 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

11

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

Ata da 2ª Audiência Pública realizada no dia 16/05, às 9:00h no Teatro Municipal de Morretes.

Após dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, às nove horas, no Teatro Municipal de Morretes, realizou-se a segunda audiência pública para discutir com a comunidade sobre o Plano Diretor do Município de Morretes. O senhor Pedro Juck, coordenador adjunto da equipe técnica do Plano Diretor do município de Morretes, fez a abertura da 2ª audiência cumprimentando os presentes e em seguida passou a palavra para o senhor doutor Sidney Antônio de Oliveira, vice-prefeito municipal, representando o senhor Helder Trófelo dos Santos, prefeito municipal, que por motivos de compromisso previamente agendados, não pôde comparecer na sequência da reunião, e senhor Pedro Juck, filia da importância da participação da comunidade nas audiências públicas. Retornou da 2ª audiência pública o acompanhamento da comunidade, a importância em acompanhar a finalização dos trabalhos. Disse que a divulgação foi feita, mas poucas pessoas compareceram. A seguir fez apresentação da empresa responsável pelo Plano Diretor do município de Morretes. Apresentou a senhora Luana, Consultora e Planejamento Urbana - RZS, responsável pelo Plano Diretor como também a senhora Mariléia Teubert, arquiteta urbanista, representante SEDV Paranaquidade colaboradora do Plano Diretor que explicou da fase do Plano e levantamento de dados e período voltado ao diagnóstico do município, análise temáticas, assuntos importantes e necessários para que possam ser propostas e municípios para os próximos dez anos. Retornou que o momento é de se manifestar onde serão focados diálogos e propostas juntamente com a comunidade, discutir as leis e a obrigatoriedade do município em elaborar consórcio e que o município com mais de vinte mil habitantes, obriga a elaborar o Plano Diretor.






fize também que levou todo o levantamento ao público, para ser encaminhado para a Câmara de Vereadores para que possa virar lei. E segue a arquiteta Luma, fez a apresentação dos resultados do diagnóstico, diagnósticos e propostas do Plano Diretor. Sugeriu que a prefeitura dividisse em grupos e avaliasse as propostas que vão se desenvolver no final do plano. Falou que o objetivo do Plano Diretor é dar o município de um instrumento orientador de seu desenvolvimento, definindo assim as diretrizes para as áreas urbanas e rurais. Apresentou os dados da 3ª pesquisa realizada em dezembro de novembro de dois mil e seis, onde a população da opinião pública constatou. Perguntaram aos entrevistados se participam de organizações comunitárias, qual o meio de transporte utilizado e responderam: O Hospital Maternidade de Morretes, os programas de saúde, atendem bem, cinquenta por cento disseram sim. Na Educação, escolas atendem bem com transporte, escola próxima de residência, poucas escolas, bom atendimento, cinquenta e sete por cento. Quando chegam as ruas ficam alagadas, responderam sim quarenta e sete por cento. Na infraestrutura falamos se o lixo é recolhido e reciclado. Setenta e sete por cento responderam que sim. Se há opção de lazer aos municípios sim e sete por cento disseram que não. Existem opções de trabalho no lugar onde moram? Setenta e seis por cento disseram que não. As reuniões foram apresentadas ao Poder Legislativo. Foi questionado que a cerca 1965 é de dois mil. Muita coisa mudou nestes oito anos. A realidade é outra. Na sequência apresentamos as conclusões da análise temática integrada. Apresentamos também métodos para organizar e diagnosticar. Primeiro classificar os condicionantes segundo deficiência, interferir para melhorar; terceiro as propostas, criação de aspectos, espaços, desenvolvimento de projetos, criação de assistência existente. Para incorporar as áreas...



municípios da microrregião com possibilidades de criação de  
consórcio regional de turismo. Com o plano DP-277 circa  
o município de Itaipó, com pista dupla, há um volume de  
tráfego e grande desenvolvimento, um sistema financeiro para o  
município. A estrada de Quercia, com suas paisagens naturais  
e beleza, como também a estrada de ferro, todos elementos  
compatíveis, pois se encaixa o roteiro do município  
depois de desgratada e os pontos. Talvez que o município  
este apto para receber grande volume de recursos financeiros  
desde que o município potencialize o turismo, crie  
histórias e amplie um sistema de informações, a seguir  
faz a apresentação de mapas, com principais aspectos,  
localidades, como por exemplo: local que denomina os bairros  
com: loteamento aprovados a partir de um mil novecentos e  
oitenta; esse do solo: discriminar todas as atividades, densi-  
dade demográfica etc.; sistema viário municipal, o  
perímetro da zona setor histórico; cenário tendencial mu-  
nicipal; cenário tendencial distrito etc.; aptidões e restri-  
ções de Porto de Lima. Contudo a integração social: o desen-  
volvimento turístico; associativismo rural; a qualidade de vi-  
da da população; gestão democrática; os eixos para desenvol-  
vimento local para melhorá-lo. O município precisa de  
ótica positiva, espaço privilegiado, ponto vista com a paisa-  
gem natural bem localizada. Destaca também as dire-  
trizes para o desenvolvimento turístico: fomentar o desen-  
volvimento turístico de Morretes, tendo como premissa básica  
a compatibilização, qualidade de vida da população e dire-  
trizes para gestão democrática. A seguir apresentam os  
propostos e pontos os seguintes itens: Integração so-  
cial com a região metropolitana de Curitiba; a inte-  
gração turística com o município da ilha d'Iterá; plano  
de saneamento ambiental; plano de paisagem  
urbana com a reestruturação da paisagem urbana;  
implementação do Parque Nbandiquara; ampliação do turismo



de Alta salutar e revitalização do litoral urbano, Programa de Educação Ambiental, Programa de ordenação urbana, Programa de Controle das áreas de produção permanentemente urbanas e rurais (APPDs), Programa de melhoria na segurança viária, Programa de intercepção em áreas urbanas do sítio histórico, Intervenções nas estações municipais, Programa de requalificação da estação da Graçiosa, Programa de parceria com ECOM para implantação de pontes de apoio aos camintonenses e turistas, Implantação de núcleos rurais: Rio Sagrado, Umbau e Sambagui, Programa de regularização dos assentamentos do litoral, Fluxo de tráfego de carga da rodovia PR-408, Plano de regularização fundiária municipal, Plano de desenvolvimento do esporte e lazer, Bioma Mata Atlântica, Plano de incentivo ao microempresário, parceria com EMATER no desenvolvimento de tecnologia para aumento da produtividade, Programa de incentivo associativismo para pequenos empreendimentos rurais, Programa de incentivo à fruticultura, Programa de incentivo à agricultura orgânica, Implementação do Plano de desenvolvimento turístico cultural, sistema de informações do município, Elaboração do mapa dos bairros, criação de uma comissão de regularização fundiária, Implementação do sistema de planejamento e gestão municipal, Criação do Conselho da Cidade. Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente Ata que vai assinada por mim, Dilene Conventina, e em anexos a dita presença da 2ª audiência pública municipal.

L. C. S.






**LISTA DE PRESEÇA**

**DIA 16 DE MAIO DE 2008 - 08:30 HORAS**  
**2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR DO**  
**MUNICÍPIO DE MORRETES - PDMM**

NOME	FUNÇÃO	ASSINATURA
1. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Function]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
2. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Function]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
3. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Function]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
4. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Function]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
5. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Function]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
6. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Function]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
7. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Function]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
8. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Function]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
9. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Function]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES**  
 Rua Conselheiro Seixabó, 50 - Centro - Fone/Fax: 41 3642-1268 - CEP 83350-000 - Morretes - Paraná  
 CNPJ 76.032.496/0001-99 - Internet: www.morretes.com.br - E-mail: morretes@prefeitura.gov.com.br

**LISTA DE PRESEÇA**

**DIA 16 DE MAIO DE 2008 - 08:30 HORAS**  
**2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR DO**  
**MUNICÍPIO DE MORRETES - PDMM**

NOME	FUNÇÃO	ASSINATURA
10. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Function]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
11. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Function]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
12. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Function]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
13. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Function]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
14. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Function]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
15. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Function]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
16. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Function]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
17. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Function]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
18. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Function]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
19. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Function]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES**  
 Rua Conselheiro Seixabó, 50 - Centro - Fone/Fax: 41 3642-1268 - CEP 83350-000 - Morretes - Paraná  
 CNPJ 76.032.496/0001-99 - Internet: www.morretes.com.br - E-mail: morretes@prefeitura.gov.com.br



LISTA DE PRESEÇA

DIA 16 DE MAIO DE 2008 - 08:30 HORAS  
2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR DO  
MUNICÍPIO DE MORRETES - PDMM

NOME	FUNÇÃO	ASSINATURA
20. Paulo Roberto Garcia - Secretário		[Assinatura]
21. Maria Rosalina Tomaz de S. Almeida		[Assinatura]
22. Sueli Apoluzia Feres		[Assinatura]
23. Ana Maria de Jesus - Relato		[Assinatura]
24. André N. F. Sobrinho - Sec. Fin.		[Assinatura]
25. Renato R. Ribeiro de Paula		[Assinatura]
26. Sônia Maria	Esc. de Ensino	[Assinatura]
27. Vinícius David de Jesus - PMM		[Assinatura]
28. Diógenes Rodrigues - Coordenador		[Assinatura]
29. Edson Alves - PMM		[Assinatura]

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES  
Rua Conselheiro Sarambá, 50 - Centro - Fone/Fax: 41 3462-1266 - CEP 83350-000 - Morretes - Paraná  
CNPJ 76.322.490/0001-99 - Internet: www.morretes.com.br - E-mail: morretes@prefeitura@vcs.com.br





LISTA DE PRESEÇA

DIA 16 DE MAIO DE 2008 - 08:30 HORAS  
2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR DO  
MUNICÍPIO DE MORRETES - PDMM

NOME	FUNÇÃO	ASSINATURA
30. Luiz Fernando Braga - Pres. Dire. Civi		[Assinatura]
31. Cláudio Antonio de Amorim - Sec. de Saúde - C. S. S. T.		[Assinatura]
32. Ruyton Hermano Mendonça - Relato - C. S. S. T.		[Assinatura]
33. João Manoel Gonçalves - Sec. de Saúde		[Assinatura]
34. Ildio Luiz Bruni - Engenheiro - S. T. S.		[Assinatura]
35. Marilene Júlia Lopes de Oliveira - Sec. de Saúde - C. S. S. T.		[Assinatura]
36. Benedito Antônio Rodrigues		[Assinatura]
37. Márcio Beck Lopes dos Santos - Rel. Técnico de Saúde		[Assinatura]
38. CESAR PETRÉIA		[Assinatura]
39. João de Deus Moreira - Relato - S. T. S.		[Assinatura]

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES  
Rua Conselheiro Sarambá, 50 - Centro - Fone/Fax: 41 3462-1266 - CEP 83350-000 - Morretes - Paraná  
CNPJ 76.322.490/0001-99 - Internet: www.morretes.com.br - E-mail: morretes@prefeitura@vcs.com.br

**LISTA DE PRESENÇA**

DIA 16 DE MAIO DE 2008 – 08:30 HORAS  
**2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR DO  
 MUNICÍPIO DE MORRETES – PDMM.**

NOME	FUNÇÃO	ASSINATURA
40 Danilo Balbon	EMD R	<i>[Handwritten Signature]</i>
41 Francisco Tavares	IPP	<i>[Handwritten Signature]</i>
42 Gilberto P. Malucelli		<i>[Handwritten Signature]</i>
43		
44		
45		
46		
47		
48		
49		

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES  
 Rua Conselheiro Serrão, 50 - Centro - Fone/Fax: 41 3462-1266 - CEP 83200-000 - Maratá - Paraná  
 CNPJ 76.022.496/0001-99 - Internet: www.morretes.com.br - E-mail: morreteprefeitura@rca.com.br



## 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

13


PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

Ata da 3ª Audiência Pública realizada no dia 27/06/09 às 19:00h no Teatro Municipal de Morretes

Nos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, às dezenove horas, no Teatro Municipal de Morretes, realizou-se a terceira audiência pública do Plano Diretor do Município de Morretes - PDMM - Senhor Pedro Jack, coordenador adjunto da equipe técnica do Plano Diretor do Município de Morretes, fez a abertura da 3ª Audiência, cumprimentando todos os presentes e reforçando da importância do Plano e a participação da comunidade. Ele seguiu pedindo para os presentes que apresentem as suas propostas nos debates, focar nos objetivos do plano, deixando questões pessoais para outra oportunidade. Em seguida passou a palavra para doutora Luma, consultora da RZS - planejamento Ltda, que apresentou o diagnóstico do município, o planejamento do Plano Diretor que foi distribuído na segunda Audiência Pública. Também falou do Plano Diretor, seus objetivos e princípios, as funções sociais, as propostas levantadas ao longo do tempo durante elaboração do Plano e que hoje, nesta audiência, estarão em debate. Focou também que o Plano Diretor deve ser participativo, todas as propostas são importantes com grau de prioridade (zero a três) para o desenvolvimento municipal das atividades gerais do município, as políticas de mobilidade, saneamento e políticas do meio ambiente. Abordou o sistema de planejamento e gestão pública, a importância da participação democrática e popular, citou também sobre o Conselho da Cidade de Morretes e portal municipal de informações. A doutora Luma apresentou os instrumentos para uma boa política urbana, desde o planejamento adequado do solo urbano, do parcelamento, edificação ou utilização compatível, como também o pagamento parcelado IPTU, as desapropriações, estado das engenharias e operação consorciada.







A doutora Luma falou da luta de uso e ocupação do solo, urbano, a respeito que morretes tem de uma ocupação, a sua beleza natural, preservação, áreas ocupadas, garantias fornecidas para as famílias. Também de uma área de lazer, um parque, entorno de Rio Nhundiquara, como também organizações espaços para São Bento, respeito a ocupação do solo urbano e seus parâmetros. Foi uma boa explanação sobre o Código de Obras e Edificação, suas alterações e disposições técnicas e administrativas, edificação de valor histórico e cultural. Também a todos do Código de Postura, áreas de limpeza, higiene pública e do controle ambiental, como também a segurança pública. Para finalizar fez uma síntese das propostas, destacando de a importância de quatro eixos: o desenvolvimento turístico, associativismo social, qualidade de vida da população e gestão democrática. Foi seguida a senhora Marlene Teixeira, colaboradora e arquiteta de Planejamento Urbano, Residencialidade, disse que o Plano Diretor deverá ser entregue pela RZS, até o final de agosto para Prefeitura, onde em seguida será encaminhado para Câmara de Vereadores. Também que a partir do dia cinco de julho é possível qualquer audiência pública (aberta). Sabendo que a prefeitura para o mês de setembro que o Plano Diretor esteja aprovado para se entregar para população, prestar contas à comunidade. A Conferência da Cidade, ao ocorrer acontecerá após três meses das eleições. Na sequência da terceira audiência pública, a senhora Luma, distribuiu aos presentes os sessenta e seis propostas, com grau de prioridade de zero a três, para que todos respondessem ficando assim definidas: Regional - 1) Integração comercial com RMC; 2) Integração turística com os municípios da vila literária; 3) Plano de saneamento ambiental; 4) Plano de paisagem sustentável com reestruturação da paisagem urbana; 5) Implantação do Parque Nhundiquara; 6) Implantação de...



8) Programa de educação ambiental, 9) Criação de Polo de desenvolvimento e progresso sobre a BR-101, Mata Atlântica; 9) Criação de um Rec. Parque; 10) Elaboração de planos de manejo em unidades de preservação; 11) Regularização de Rio Nhundiaguara (Lixo e esgoto); 12) Projeto de Recuperação da mata adriar da bacia hidrográfica de morretes; 13) Banca de parcerias para pesquisas de fauna e flora existentes no APP e OSS municipal; 14) Programa de reciclagem de lixo; 15) Regularização de Rio Nhundiaguara; 16) Programa de controle dos APP's urbanos e rurais. Urbanismo e Infra-estrutura - 17) Programa de melhoria na segurança viária; 18) Programa de qualificação dos ruas do sistema viário básico; 19) Programa de intervenção em áreas subúrbias de setor sistema; 20) Intervenção nas estradas rurais municipais; 21) Programa de macrodrenagem urbana; 22) Programa de requalificação da Estrada da Graçiosa; 23) Melhorias na área de planejamento em morretes e acessibilidade; 24) Pavimentar o acesso de centro ao mamulo; 25) Urbanização de morretes urbanos; 26) Programa de regularização fundiária; 27) Programa de parceria com a B-coopa para a implantação de pontos de apoio aos caminhoneiros e turistas; 28) Implantação de trilhas rurais - Rio sagrado, Umbau e Sombagu; 29) Criação de perímetro urbano do Sombagu; 30) Programa de regularização dos assentamentos do INCOA; 31) Plano de traçado de carga da rodovia PR-403, propostas de urbanismo e infra-estrutura. Propostas na área social: 32) Plano de regularização fundiária sustentável das ZER; 33) Arquivo histórico municipal; 34) Abertura de um museu na Casa Pádua Ambrósio; 35) Inventário das festas religiosas; 36) Plano de desenvolvimento do esporte e lazer; 37) Criação de uma usina cultural; 38) Implantação da disciplina "História de Morretes" no currículo escolar; 39) Trabalho na grade escolar educação para o turismo e meio ambiente; 40) Utilização da área da usina cultural como área de lazer e preservação modelo da mata ciliar; 41) Plano, mapa, propostas econômicas; 42) Plano de incentivo ao microempresário; 43) Parceria com entidades que atuam na área do



desenvolvimento de tecnologias para o aumento da produtividade; 93) Indústrias sem discriminação - incentivo de produtores da cidade; 94) Criação de uma sub-rede municipal; 95) Programa de Incentivo ao Associativismo para Pequenos Empreendimentos Rurais; 96) Programa de incentivo à piscicultura; 97) Transferência de cursos de exportação da ALE para o Estado próximo à BR-233; 98) Participação do município no PRODERP; 99) Programa de incentivo à agricultura orgânica. Propostas na área de Turismo: 50) Alvará projeto Ecoparaná e Estrada de Graciosa; 51) Fomentar a existência de uma literatura para pessoas turísticas e estudar a possibilidade de utilizar transportes de passageiros (Morretes, Antonina, Paranaguá); 52) Montagem de dois pontos turísticos; 53) Desenvolvimento do turismo rural na agricultura familiar; 54) Implementação do Plano de Desenvolvimento Turístico Ambiental; 55) Rotas turísticas municipais; 56) Incentivar cursos técnicos de turismo, meio ambiente e cultura; 57) Formatar os roteiros inter-municipais; 58) Desenvolvimento do turismo náutico; 59) Criação de COMTUR e FUNTUR de Morretes; 60) Implementação do Plano de Desenvolvimento Turístico Cultural. Propostas Institucionais: 61) Sistema de informações para o município e do cadastro municipal; 62) Elaboração da minuta de Lei dos Rios do Distrito Sedi; 63) Criação da Comissão de Regularização Fundiária; 64) Implementação do sistema de planejamento e gestão municipal; 65) Capacitação do corpo fiscal municipal; 66) Criação do Instituto Municipal de Planejamento Urbano. Finalizando a Conferência, a senhora Lúcia reuniu todas as propostas analisadas pelos presentes e ficando deliberado que depois de verificadas comunicaria à toda comunidade dos resultados. Nada mais havendo a tratar, foi marcada a 3ª Audiência Pública, lançada a presente lista que vai, assinada, dige em anexo a lista de presença dos participantes da Audiência.

Lúcia



LISTA DE PRESEÇA

DIA 27 DE JUNHO DE 2008 - 19:00 HORAS  
 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR DO  
 MUNICÍPIO DE MORRETES - PDMM.

NOME	FUNÇÃO	ASSINATURA
1. <i>Adriana C. Reis</i>	EMED	<i>[Signature]</i>
2. <i>Edleyton de Moraes</i>	assessor	<i>[Signature]</i>
3. <i>Apelício Paulo Cogni</i>	SAMA	<i>[Signature]</i>
4. <i>Arildo de Souza Santana</i>		<i>[Signature]</i>
5. <i>Amely de Jesus Costa</i>		<i>[Signature]</i>
6. <i>Janaína Mendes de Almeida</i>	Comunidade (Comunidade)	<i>[Signature]</i>
7. <i>José B. Chaves do Carmo</i>	Mercosul	<i>[Signature]</i>
8. <i>Roberto de Jesus (Empresário)</i>		<i>[Signature]</i>
9. <i>Marciana de Jesus de Souza (Estudante)</i>		<i>[Signature]</i>

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

Rua Conselheiro Sirombó, 50 - Centro - Fone/Fax: 41 3462-1366 - CEP 83350-000 - Morretes - Paraná  
 CEP 76.022-400/0001-99 - Internet: www.morretes.com.br - E-mail: morretes@prefeitura@vcc.com.br





LISTA DE PRESEÇA

DIA 27 DE JUNHO DE 2008 - 19:00 HORAS  
 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR DO  
 MUNICÍPIO DE MORRETES - PDMM.

NOME	FUNÇÃO	ASSINATURA
10. <i>Luiz Carlos</i>	Vereador	<i>[Signature]</i>
11. <i>Cláudio de Mello</i>	Proprietário	<i>[Signature]</i>
12. <i>Daniel Iglesias Vieira</i>	ADOLESCENTE	<i>[Signature]</i>
13. <i>Carolina de Mello Farias</i>	Empresária	<i>[Signature]</i>
14. <i>Langem de Souza</i>	Empresário	<i>[Signature]</i>
15. <i>Paulo Roberto</i>	Empresário	<i>[Signature]</i>
16. <i>Alexandre de Souza</i>	Empresário	<i>[Signature]</i>
17. <i>José de Oliveira</i>	SMCO	<i>[Signature]</i>
18. <i>Miguel de Souza</i>	Sec. Obras	<i>[Signature]</i>
19. <i>Pedro Filho</i>		<i>[Signature]</i>

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

Rua Conselheiro Sirombó, 50 - Centro - Fone/Fax: 41 3462-1366 - CEP 83350-000 - Morretes - Paraná  
 CEP 76.022-400/0001-99 - Internet: www.morretes.com.br - E-mail: morretes@prefeitura@vcc.com.br

**LISTA DE PRESEÇA**

**DIA 27 DE JUNHO DE 2008 - 19:00 HORAS**  
**3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR DO**  
**MUNICÍPIO DE MORRETES - PDMM.**

NOME	FUNÇÃO	ASSINATURA
20. Roberto Carlos Pinheiro		<i>[Signature]</i>
21. Julia Rosa Lima		<i>[Signature]</i>
22. Fabiana M. de Lencastre		<i>[Signature]</i>
23. Mariana Lino Costa		<i>[Signature]</i>
24. Edson Roberto		<i>[Signature]</i>
25. Elisabete de Azevedo		<i>[Signature]</i>
26. Gilmar Daltro		<i>[Signature]</i>
27. Luiz Tarciso Rosa		<i>[Signature]</i>
28. Nelson B. Costa		<i>[Signature]</i>
29. Ana Maria de Oliveira		<i>[Signature]</i>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES**  
 Rua Conselheiro Sirobô, 50 - Centro - Fone/Fax: 41 3462-1266 - CEP 83350-000 - Morretes - Paraná  
 CNPJ 75.022.490/0001-99 - Internet: www.morretes.com.br - E-mail: morretesprefeitura@vci.com.br






**LISTA DE PRESEÇA**

**DIA 27 DE JUNHO DE 2008 - 19:00 HORAS**  
**3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR DO**  
**MUNICÍPIO DE MORRETES - PDMM.**

NOME	FUNÇÃO	ASSINATURA
30. Ruth A. R. Hill	ENGENHEIRA	<i>[Signature]</i>
31. Evelyn A. Lourenço		<i>[Signature]</i>
32. Victor W. Padovani		<i>[Signature]</i>
33. Manoel Seiz Leão dos Santos		<i>[Signature]</i>
34. Paulo Hermann Winderlicher		<i>[Signature]</i>
35. Cristiano de Castro		<i>[Signature]</i>
36. Francisco Torres	Coordenador de Serviços Urbanos	<i>[Signature]</i>
37. João Alberto Pereira		<i>[Signature]</i>
38. Rosângela C. Gomes		<i>[Signature]</i>
39. André Alkino Schubert		<i>[Signature]</i>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES**  
 Rua Conselheiro Sirobô, 50 - Centro - Fone/Fax: 41 3462-1266 - CEP 83350-000 - Morretes - Paraná  
 CNPJ 75.022.490/0001-99 - Internet: www.morretes.com.br - E-mail: morretesprefeitura@vci.com.br

**LISTA DE PRESENÇA**

**DIA 27 DE JUNHO DE 2008 - 19:00 HORAS**  
**3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR DO**  
**MUNICÍPIO DE MORRETES - PDM**

NOME	FUNÇÃO	ASSINATURA
40. <i>Bandim da Rosa</i>		
41. <i>Roberto Lino da Silva</i>		
42. <i>Laura M. Pestunag L. de Oliveira</i>		
43. <i>[Signature]</i>		
44. <i>Jon Manoel Coimbra</i>	<i>- Sux</i>	<i>[Signature]</i>
45. <i>Manoel J. Kozaka</i>		
46. <i>Pauline J. Kozaka</i>		
47. <b>LEONARDO DA SILVA MENDES</b>		<i>91-9985-3050</i> <i>(Roraimas, morretes@rvc.com.br)</i>
48.		
49.		

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES**  
 Rua Conselheiro Sirinibá, 55 - Centro - Fone/Fax: 41 3462-2366 - CEP 83350-000 - Morretes - Paraná  
 CNPJ 76.022.490/0001-99 - Internet: www.morretes.com.br - E-mail: morretes@rvc.com.br